

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
– CENTRO DE ARTES –
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E
TERRITORIALIDADES

RENATA FERNANDES ROCHA MARCELINO

**FEBRE AMARELA: A COMUNICAÇÃO PÚBLICA NA MÍDIA
IMPRESSA NO ESPÍRITO SANTO**

VITÓRIA
2018

RENATA FERNANDES ROCHA MARCELINO

**FEBRE AMARELA: A COMUNICAÇÃO PÚBLICA NA MÍDIA
IMPRESSA NO ESPÍRITO SANTO**

Dissertação apresentada ao programa de Comunicação e Territorialidades do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Victor Gentili

Co-orientadora: Dr^a Aline Guio Cavaca

VITÓRIA

2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E TERRITORIALIDADES

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

No dia quatorze do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, às quatorze horas, na sala 03 do PÓS-COM da Universidade Federal do Espírito Santo, iniciou-se o exame público do trabalho de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO da candidata **Renata Fernandes Rocha Marcelino** intitulado "Febre amarela: a comunicação pública na mídia impressa no Espírito Santo". A banca examinadora, sob a presidência do Prof. Dr. Victor Gentili (Orientador – PÓS-COM/UFES), foi composta pelos seguintes membros: Prof^ª. Dr^ª. Aline Guio Cavaca (Membro Externo – FIOCRUZ) e Prof. Dr. Edgard Rebouças (Membro Interno – PÓS-COM/UFES). A banca, após o exame do trabalho da candidata, considerou-a:

APROVADA ()

APROVADA COM RESTRIÇÕES


REPROVADA ()

Observações:

<p>A banca sugere que siga as instruções elencadas no material disponibilizado conforme orientada no processo de aquisição da banca.</p>



Prof. Dr. Victor Gentili



Prof. Dr. Aline Guio Cavaca



Prof. Dr. Edgard Rebouças

Dedico este trabalho àqueles que ao longo da minha vida inculcaram em mim o desejo pelo estudo, pelo trabalho, pelo olhar ao próximo, pela fé. Ao meu querido pai, Geraldo Rocha, que amo tanto e não está mais no meio de nós e a minha primeira mestra, a minha melhor educadora, a mais completa e amorosa mãe, Joselina, a quem tanto amo e devo a minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, **Joselina Rocha**, por todo o apoio, a confiança, o cuidado, as orações e por toda a dedicação para que eu ultrapasse mais este desafio na minha vida.

Ao meu esposo, **Wayner**, por me empurrar para frente, por acreditar que eu seria capaz, por cuidar dos nossos filhos enquanto eu estava cuidando deste projeto, por me incentivar, por me sustentar nos momentos mais difíceis e dolorosos, por ser a ajuda mais que adequada nos instantes que mais precisei.

À minha irmã, **Silvia Rocha**, o meu agradecimento eterno. Você não poupou esforços para me ver com o título de mestre. Obrigada por todas as dicas e todo o apoio moral, espiritual e até material.

À minha irmã, **Rita Rocha**, obrigada pela força, pelas orações e por todas as vezes que você cuidou dos meninos enquanto eu estudava e preparava esta pesquisa.

À minha irmã, **Waldiza Rocha**, o meu obrigado. Mesmo de longe na torcida por mim. A **Margarida e Jorge** obrigada por permitirem aos meus filhos o convívio de bons finais de semana enquanto privados da minha companhia por causa dos estudos.

Aos amigos da Comunidade Shalom, principalmente, **Yvina e Marcelo** que foram suporte para mim nesta caminhada, muito obrigada!

Ao meu orientador, **Victor Gentili**, o meu muito obrigado por recuperar em mim o amor pelo jornalismo. Obrigada por ter aceitado me orientar, por ter me levado a percorrer um caminho desafiador e frutífero. Obrigada por abrir o meu olhar para aquilo que é realmente essencial.

À minha coorientadora, **Aline Guio Cavaca**, obrigada por ter topado ingressar neste mundo de descobertas conosco e principalmente por me ajudar a encontrar um caminho diante de tantas possibilidades.

A **Stefany e Vinicius**, que, brilhantemente, fizeram o levantamento dos dados da pesquisa no Observatório Saúde na Mídia – Regional ES (OSM –ES).

Aos **integrantes** do grupo de trabalho do Laboratório de Projetos em Saúde Coletiva da Ufes (**Laprosoc**), que com suas pesquisas e estudos em Comunicação e Saúde muito contribuíram com o desenvolvimento deste trabalho.

Aos colegas e professores do curso de Mestrado em Saúde Coletiva, principalmente à professora **Rita de Cássia D. Lima**, por sua compreensão e apoio em momento tão delicado e por me mostrar que um outro SUS é possível.

Ao professor **Edgard Rebouças**, que ao longo da minha trajetória acadêmica, desde a graduação em Comunicação Social, é presença importante. Obrigada pelas orientações e pela motivação de sempre.

Ao professor **José Antônio Martinuzzo**, que ao longo do curso e com seus discursos me levou a uma profunda jornada de autoconhecimento, fundamental para a vida e para o momento pessoal pelo qual passei durante o exercício de sua disciplina. Muito obrigada!

À professora **Daniela Zanetti**, que me incentivou a fazer o mestrado mesmo com um bebê de seis meses e um menino de três anos. Que me entendeu, me acolheu, orientou e apoiou no curso até aqui. Obrigada, Dani!

Ao professor **Fabio Malini**, que com todo seu conhecimento não poupou esforços para me fazer ir além.

Aos meus **colegas do Mestrado em Comunicação e Territorialidades** da Ufes. Pelos momentos que vivemos juntos, por nossas experiências e saberes compartilhados. Foi muito bom conviver com esta turma maravilhosa e tão rica de talentos.

Aos colegas da rádio América, em especial ao diretor da Instituição, **Alessandro Gomes**, que entendendo a importância deste mestrado concedeu saídas mais cedo do trabalho para reuniões de orientação, ausências inesperadas e incentivo diário que no final daria tudo certo.

Agradeço ainda àqueles que estão sempre comigo, que roubam por muitas horas os meus pensamentos e atenção, mas não sei como seria minha vida se não os tivesse.

Guilherme e Henrique, a mamãe ama vocês!

Por toda essa jornada de conhecimento científico e também interior, o meu agradecimento Àquele que não me deixou caminhar sozinha. Muito obrigada, meu Senhor e meu **Deus**!

RESUMO

Esta pesquisa no campo da Comunicação e Saúde tem como principal objetivo analisar em que medida a informação divulgada pela Assessoria de Imprensa da secretaria de Saúde do Espírito Santo (Sesa) ganha visibilidade social por meio da imprensa escrita capixaba. Buscou-se entender se a comunicação da Sesa produz conteúdo capaz de contribuir com o exercício de um jornalismo que promova a democracia e o acesso aos direitos. A pesquisa empírica constituiu na coleta de dados de uma amostragem contendo 360 matérias nos veículos A Gazeta e A Tribuna e 67 relises divulgados pela Assessoria de Comunicação da Sesa sobre febre amarela no primeiro trimestre de 2017. Para tanto, a primeira fase da pesquisa foi o levantamento bibliográfico sobre o assunto. Na sequência, foram coletadas as informações de todo o conteúdo veiculado nos dois diários sobre o tema central deste estudo. Os dados foram então, quantificados e tabulados. No terceiro momento, procedeu-se a análise textual de todos os relises publicados sobre febre amarela no site do governo. A verificação tomou como premissa o objetivo da pesquisa de observar se a Comunicação da secretaria de Saúde foi abordada pela mídia e de que forma. A pesquisa de ordem exploratória documental, com abordagem quantitativa e qualitativa utilizou método comparativo para análise dos dados. Foram comparados os relises com os jornais e constatado, após verificação, que a Assessoria de Comunicação da Sesa, durante surto de febre amarela no Estado, conseguiu espaço nos veículos, porém nem sempre a abordagem garantiu acesso ao conhecimento aos leitores da informação essencial capaz de garantir tomadas de decisões.

Palavras-chave: Jornalismo. Comunicação Pública. Assessoria de Imprensa. Febre amarela. Cidadania. Democracia. Comunicação e Saúde.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ciclos epidemiológicos da febre amarela.....	55
Figura 2 - Distribuição geográfica dos casos humanos confirmados e em investigação de febre amarela ao Ministério da Saúde até 17 de março de 2017.....	59
Figura 3 - Casos notificados de febre amarela, por semana, no Espírito Santo de janeiro a março de 2017.	60
Figura 4 - Distribuição geográfica das epizootias em primatas não humanos suspeitas de febre amarela notificadas ao Ministério da Saúde até 17 de março de 2017, com data de ocorrência a partir de 01 dezembro de 2016, por município do Local Provável de Infecção (LPI) e classificação.	61
Figura 5 - Distribuição geográfica das epizootias em primatas não humanos suspeitas de febre amarela notificadas pela secretaria de Saúde do Espírito Santo até 30 de março de 2017, com data de ocorrência a partir de 20 de janeiro de 2017.	62
Figura 6 - Jornal A Gazeta do dia 8/1/2017 exibe primeira notícia sobre a febre amarela registrada em Minas Gerais.....	79
Figura 7 - Jornal A Gazeta do dia 10/1/2017. O jornal exibe a segunda notícia sobre a situação da febre amarela em Minas Gerais.	80
Figura 8 - Jornal A Gazeta do dia 12/1/2017.....	81
Figura 9 - Relise publicado no site do governo do estado em 12/1/2017.....	83
Figura 10 - Jornal A Gazeta do dia 12/1/2017.....	84
Figura 11 - Jornal A Tribuna do dia 12/1/2017	85
Figura 12 - Relise divulgado pela Comunicação da Sesa em 14/1/2017.	86
Figura 13 - Jornal A Gazeta de 18/1/2017.	89
Figura 14 - Jornal A Tribuna do dia 18/01/2017.	90
Figura 15 - Relise divulgado pela Comunicação da Sesa em 19/1/2017	91
Figura 16 - Jornal A Tribuna do dia 18/01/2017.	93
Figura 17 - Relise divulgado pela Comunicação da Sesa em 20/01/2017.	94
Figura 18 - Relise divulgado pela Comunicação da Sesa em 21/1/2017.	96
Figura 19 - Site do Governo do Estado do ES do dia 25/1/2017.....	98
Figura 20 - Fala, Leitor - Editoria de Opinião do Jornal A Gazeta do dia 1/2/2017.	100
Figura 21 - Notas publicadas na Coluna Victor Hugo, do dia 2/2/2017.....	102
Figura 22 - Coluna Fala, Leitor! Jornal A Gazeta do dia 5/2/2017.....	105
Figura 23 - Nota publicada na Coluna Victor Hugo, do dia 5/2/2017.....	106
Figura 24 - Chamada na capa do jornal A Tribuna no dia 8/2/2017.....	108

Figura 25 - Nota publicada na Coluna Maurício Prates, jornal A Tribuna, do dia 9/2/2017.....	109
Figura 26 - Matéria publicada no jornal A Gazeta no dia 17/2/2017.....	111
Figura 27 - Capa do jornal A Gazeta no dia 1/3/2017.	115
Figura 28 - Capa do jornal A Tribuna no dia 1/3/2017.....	116
Figura 29 - Entrevista com o professor de Zoologia da Ufes, Sérgio Lucena no jornal A Tribuna, no dia 4/3/2017.....	118
Figura 30 - Capa do jornal A Gazeta do dia 6/3/2017.	119
Figura 31 - Matéria publicada no jornal A Gazeta no dia 11/3/2017.....	122
Figura 32 - Relise divulgado pela Assessoria de Comunicação da Sesa no dia 21/3/2017.....	124
Figura 33 - Matéria publicada no jornal A Tribuna no dia 24/3/2017.	125
Figura 34 - Matéria publicada no jornal A Tribuna no dia 19/1/2017.	131
Figura 35 - Cartaz preso à porta da sala da vacina da Unidade de Saúde de Vale Encantado, Vila Velha.	132
Figura 36 - Matéria publicada no Jornal A Gazeta do dia 4/ 2/ 2017.....	135
Figura 37 - Matéria publicada no Jornal A Gazeta do dia 6/ 2/ 2017.....	136
Figura 38 - Matéria publicada no Jornal A Tribuna do dia 9/ 2/ 2017	138
Figura 39 - Matéria publicada no Jornal A Tribuna do dia 12/ 2/ 2017	139
Figura 40 - Matéria publicada no Jornal A Gazeta do dia 1/ 3/ 2017.....	142
Figura 41 - Relise divulgado pela Assessoria de Comunicação da Sesa no dia 8/3/2017.....	143
Figura 42 - Matéria publicada no Jornal A Tribuna do dia 10/ 3/ 2017	144
Figura 43 - Relise divulgado pela Assessoria de Comunicação da Sesa no dia 9/3/2017.....	145

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Síntese da concepção dos autores abordados neste capítulo	38
Quadro 2 - Dados epidemiológicos da febre amarela no Espírito Santo de janeiro a março de 2017, divulgados pela Sesa.....	60

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Total de matérias sobre febre amarela veiculadas em A Gazeta e A Tribuna entre janeiro e março de 2017.....	73
Gráfico 2 - Frequência que o assunto febre amarela teve como origem acontecimentos no Estado do ES, em âmbito nacional e internacional.	74
Gráfico 3 – Frequência que o assunto febre amarela ganhou visibilidade na capa dos diários A Gazeta e A Tribuna entre janeiro e março de 2017.	75
Gráfico 4 - Frequência que os diários A Gazeta e A Tribuna utilizaram elementos de edição nas matérias sobre febre amarela entre janeiro e março de 2017.....	76
Gráfico 5 – Frequência de fontes consultadas sobre o assunto febre amarela durante o período pesquisado.	77
Gráfico 6 - Frequência de matérias informativas ou opinativas refletindo o posicionamento do jornal ou de alguma fonte.	78
Gráfico 7 – Frequência em que os jornais abordaram as informações da Assessoria de Comunicação da Sesa	126

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	15
2.1	CIDADANIA	15
2.2	DIREITO À INFORMAÇÃO	16
2.3	JORNALISMO	19
2.3.1	O conceito de notícia	19
2.3.2	O Jornalismo e o Jornalista.....	19
2.3.3	Jornalista X Assessor de Imprensa	21
2.3.4	Assessoria de Imprensa: Como tudo começou.....	23
2.3.5	O Capitalismo, o contexto histórico e a influência na comunicação.....	24
2.3.6	Comunicação tipo exportação.....	26
2.3.7	Assessoria de Imprensa no Brasil	27
2.4	COMUNICAÇÃO PÚBLICA	30
2.4.1	O estudo da Comunicação Pública no Brasil	31
2.4.2	Estado da arte da comunicação pública no Brasil, na Colômbia e na França.....	34
2.4.3	Breve História da Comunicação Pública no Brasil.....	39
2.4.4	Comunicação Governamental	41
2.4.5	Marcos históricos	42
2.4.6	Comunicação Pública na prática.....	45
2.5	COMUNICAÇÃO E SAÚDE.....	48
2.5.1	O conceito de campo	48
2.5.2	Comunicação, políticas públicas e saúde.....	48
2.5.3	Saúde e Comunicação: uma relação histórica.....	49
2.6	FEBRE AMARELA.....	54
2.6.1	Sintomas	54
2.6.2	Transmissão	54
2.6.3	Perfil demográfico da febre amarela.....	56
2.6.4	História da febre amarela.....	57
2.6.5	Febre amarela no Brasil	58
2.6.6	A epidemia no Brasil em 2017	58
2.6.7	A epidemia no Espírito Santo em 2017.....	59
2.6.8	Epizootias em Primatas Não Humanos (PNH).....	61
2.6.9	Epizootias em Primatas Não Humanos (PNH) no Espírito Santo	61

2.6.10	A Vacina febre amarela (VFA) e as contraindicações	63
2.6.11	Doenças associadas à Vacina febre amarela (VFA)	64
3	COMUNICAÇÃO PÚBLICA NA MÍDIA IMPRESSA NO ESPÍRITO SANTO – PESQUISA EMPÍRICA E RESULTADOS	67
3.1	JUSTIFICATIVA.....	67
3.2	OBJETIVOS	68
3.2.1	Objetivo Geral	68
3.2.2	Objetivo Específico	68
3.3	METODOLOGIA DE PESQUISA.....	68
3.3.1	O cenário da pesquisa	69
3.3.2	Objetos de pesquisa.....	69
3.3.3	Jornais.....	69
3.3.4	Amostra	70
3.3.5	Coleta de Dados.....	70
3.3.6	Análise Quantitativa	70
3.3.7	Análise Qualitativa.....	71
4	RESULTADOS	71
4.1	PARTE I – LEVANTAMENTO DE DADOS.....	71
4.2	ANÁLISE QUANTITATIVA	72
4.2.1	Número de matérias	72
4.2.2	Período de publicação	73
4.2.3	Local de publicação	73
4.2.4	Origem da matéria	74
4.2.5	Chamada na capa	74
4.2.6	Uso de elementos de edição:	75
4.2.7	Fontes das matérias	76
4.2.8	Espaço (Informativo ou Opinativo)	77
4.3	PARTE II – ANÁLISE DO CONTEÚDO COLETADO	78
4.3.1	Janeiro.....	78
4.3.2	Fevereiro	100
4.3.3	Março	114
4.4	ANÁLISES, CONSIDERAÇÕES E CONCLUSÕES	126
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	147
	ANEXOS.....	151

1 INTRODUÇÃO

O objeto de estudo desta dissertação é a Comunicação Pública em saúde do governo do estado do Espírito Santo. Busca-se com este trabalho conhecer o modo como a gestão pública estadual garante (e se garante) à sociedade o direito à informação.

A inquietação para esta investigação surgiu após o surto de febre amarela silvestre no Estado. A intensa cobertura midiática chamou a atenção pelo medo gerado na população com a possibilidade de se contrair a doença e, em casos extremos, a morte.

Para tanto, estabeleceu-se, como delimitação do estudo, o tema febre amarela no Espírito Santo, no período de janeiro a março de 2017. Foram analisados os relises sobre febre amarela publicados pela Sesa e a repercussão dos mesmos nos jornais A Gazeta e A Tribuna, no primeiro trimestre de 2017.

A Assessoria de Comunicação da Sesa foi escolhida, porque concentrava as informações sobre a doença em todo o Espírito Santo.

Diante desta realidade, optou-se por estabelecer que o trabalho empírico levantaria informações quantitativas e qualitativas para o qual foram criados alguns parâmetros. Os critérios foram construídos com base teórica de como a informação deve ser repassada de modo a garantir conhecimento ao cidadão e dessa forma a garantia do exercício de direitos.

O que mais nos interessou neste objeto foi a maneira como a comunicação do governo se comportou diante do acontecimento e em que medida proporcionou o direito à informação cidadã. Assim, o principal objetivo de pesquisa que guiou este estudo foi conhecer como a comunicação pública sobre febre amarela foi abordada pela mídia de modo a contribuir com o acesso à informação e o exercício do direito à mesma.

Ao todo foram coletadas e analisadas 360 matérias nos dois veículos e 67 relises divulgados pela Assessoria de Comunicação da Sesa no primeiro trimestre de 2017.

Para a coleta de informações dos jornais foi utilizado o banco de dados digital fornecido pelo jornal A Tribuna e pela aquisição (assinatura) do jornal A Gazeta, também em modelo digital. A seleção das notícias foi feita por meio de parceria com o Observatório Saúde na Mídia – Regional ES (OSM –ES).

A coleta dos dados foi realizada por dois pesquisadores treinados, com a calibração da mesma. O Observatório faz parte do Programa de Extensão “Saúde Coletiva, Comunicação e Cultura”.

Esta dissertação é apresentada em três partes. A primeira, trata-se de uma revisão bibliográfica sobre o direito à informação, os conceitos de jornalismo e cidadania, os estudos realizados sobre Comunicação Pública no Brasil e no exterior, a relação entre comunicação e saúde e informações sobre a febre amarela.

Na segunda parte, foi realizado um estudo quantitativo que visou delinear a abordagem do acontecimento febre amarela nos jornais A Gazeta e A Tribuna durante o primeiro trimestre de 2017.

Na terceira parte da pesquisa, foi realizada análise qualitativa, a partir da análise das notícias veiculadas nos relises e nos jornais. O material noticioso, produzido pela assessoria de comunicação da Sesa e publicado no site do governo do estado, foi comparado com as matérias publicadas nos jornais pesquisados.

Nesta análise comparativa, foi possível perceber que os veículos de comunicação impressos no Espírito Santo utilizaram a maioria das informações divulgadas pela Assessoria de Imprensa da Sesa. De posse deste conhecimento, buscou-se avaliar se as notícias divulgadas atendiam o interesse social e em que medida.

Diante dessas proposições, espera-se que a pesquisa auxilie na compressão de como a informação sobre febre amarela pode ser abordada de modo a informar sem, necessariamente, aterrorizar. Que esta dissertação possa gerar novas proposições e estratégias de atuação que envolvam a universidade, o governo e a imprensa, de modo a desenvolver de fato comunicação em saúde, garantindo o direito à informação de qualidade.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Nesta Revisão Bibliográfica, abordaremos direito à informação, cidadania, democracia, poder e jornalismo. O objetivo é uma reflexão sobre o papel do jornalismo para o exercício de direitos e para a vida em sociedade.

2.1 CIDADANIA

A análise deste tópico será guiada pela obra do economista T. H. Marshall, que em seu livro “Princípios de Economia”, afirmava que “a desigualdade de classes pode ser aceitável desde que a igualdade a cidadania seja reconhecida”.

Mas o que pode ser aceito como cidadania? Participar das decisões políticas, ter acesso a uma boa educação, ter moradia, saúde, segurança, alimentação, qualidade de vida. Enfim, o exercício da cidadania passa pela garantia e acesso aos direitos civis, políticos e sociais.

Segundo Marshall (1967), os direitos civis são necessários à liberdade individual como o direito de ir e vir, a liberdade de imprensa, pensamento e fé, direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça. (MARSHALL, 1967, p. 63)

O direito político é o entendido como de participar do exercício do poder político, tanto como um membro investido de autoridade política tanto como o eleitor que elege tal autoridade. (MARSHALL, 1967, p.63)

Já o direito social é tudo que vai desde o direito a um mínimo bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. (MARSHALL, 1967, p.63)

Todos têm os mesmos direitos, porém, nem todos tem acesso a eles da mesma forma. Quando o Estado não garante os direitos ao cidadão, abre-se espaço para desigualdades. Quando o governo passa a trabalhar com necessidades individuais ele atribui uma escala de prioridades, e isso muitas vezes pode gerar mais desigualdades.

Segundo Marshall (1967), os direitos individuais, em se tratando de moradia, por exemplo, devem ceder lugar para um plano de habitação. Este deve ser formulado não somente pensando na camada mais pobre da sociedade, mas no coletivo, em

todas as classes. É necessário planejar sob os aspectos urbano, ambiental, do bem-estar, levando em consideração todos os interesses, costumes e atividades sociais.

De posse de seus direitos, os cidadãos, cada vez mais conscientes, teriam condições de escolhas que atendessem aos anseios da maior parte da sociedade; no entanto, segundo Marshall (1967), a desigualdade social é necessária e proposital. Determina a distribuição do poder. Se por um lado a desigualdade social desequilibra a vida em sociedade, por outro lado a informação é capaz de minimizar os danos gerados por ela, uma vez que proporciona o acesso aos direitos.

Os direitos civis, sociais e políticos, numa sociedade democrática, se efetivam pela informação. É por meio ao acesso do saber que os cidadãos têm condições de escolher em quem votar, de decidir se aderem ou não a determinada campanha na área da saúde proposta pelo governo, conhecer se há vagas em creches e escolas públicas municipais e estaduais, se estão aptos a participar de um processo seletivo para cargo público — enfim, é por meio da informação que a vida humana se desenvolve.

A este conhecimento podemos chamar de informação de interesse público. Muito embora o que seja, por vezes, interesse para um, nem sempre é interesse para o outro. O conceito das universidades muitas vezes não é o mesmo daquele cidadão que não tem acesso a três refeições ao longo de um dia. Porém, neste estudo, trataremos como interesse público a informação que atende, democraticamente, a maior parcela da população, com base nos direitos já constituídos.

2.2 DIREITO À INFORMAÇÃO

O direito à informação é comumente compreendido como o direito ao acesso à informação mantida pelos órgãos públicos. Segundo Mendel (2009, p.3), mais de 70 leis já foram adotadas em nível global, no que diz respeito ao acesso ao saber. Este direito é cada vez mais considerado um direito humano fundamental.

De acordo com o autor, organismos internacionais responsáveis pela promoção humana e proteção dos direitos humanos como as Nações Unidas, organismos regionais de direitos humanos e mecanismos no âmbito da Organização dos Estados Americanos, do Conselho da Europa e da União Africana, além de outros organismos internacionais com atuação na área de direitos humanos, como a Commonwealth,

reconheceram, com propriedade, o direito humano fundamental de acesso à informação de posse de órgãos públicos, e a necessidade de legislação efetiva que assegure o respeito a esse direito na prática. (MENDEL, 2009, p.7)

As leis criadas para garantir o acesso à informação refletem a premissa fundamental de que os governos têm o dever de servir o povo. Os avanços na tecnologia da informação, e a forma com que os cidadãos consomem e se relacionam, aumentaram a importância do direito à informação para as pessoas. Na atualidade, o cidadão comum tem maior capacidade de enxergar a corrupção, de cobrar dos líderes, de se posicionar. Esta nova condição elevou as demandas pelo respeito ao direito à informação.

Segundo Mendel (2009, p.3), a informação é um fundamento essencial da democracia em todos os níveis.

A democracia gira em torno da capacidade dos indivíduos de participar de modo efetivo de tomada de decisões que os afeta. As sociedades democráticas dispõem de ampla gama de mecanismos participativos, desde eleições regulares até órgãos de vigilância mantidos pelos cidadãos, por exemplo, nas áreas de educação pública e serviços de saúde, e até mecanismos para a apreciação de projetos de políticas, leis ou programas de desenvolvimento. (Mendel. 2009, p.3)

A democracia também implica em prestação de contas e boa governança. Para Schedler (1999, p. 16), o poder público tem a obrigação de divulgar todos os dados necessários e a sociedade tem o direito de receber explicações. De posse deste conhecimento, os atores que exigem contas (cidadãos, imprensa, associações e movimentos sociais, por exemplo) não somente questionam, mas também castigam o comportamento dos servidores públicos.

O problema é que muitas vezes o jornalismo, assim como as associações civis e os movimentos sociais, denunciam, questionam, apontam as falhas, desnudam atos ilícitos ou corruptos, e as constatações não passam de divulgação pública por causa da falta de sanção material efetiva.

Segundo Schedler (1999, p.21), falta se pensar em punições adequadas para os servidores públicos que cometem atos ilícitos. Para o autor, a falta de punição aumenta a corrupção. “Uma denúncia sem punição deixa de ser um ato de prestação de contas e se converte num ato publicitário.” (Schedler.1999, p.21)

De qualquer forma, o acesso ao saber é uma necessidade para a realização e aprofundamento da democracia e, segundo Gentilli (2005, p. 147), os jornais são instituições que desempenham a função pública de atender aos direitos à informação. Tornar uma informação pública é, portanto, a possibilidade de tornar os cidadãos partícipes da esfera pública, da política, e da efetivação de direitos. O jornalismo, portanto, é indispensável neste processo.

Para Gentilli (2005, p.125), a informação jornalística é indispensável no mundo atual. Todas as informações indispensáveis à vida humana chegam às pessoas de forma mediada. Mas quais seriam essas informações necessárias à vida humana? Segundo o autor, informações relacionadas aos direitos sociais ou civis, como a realização de uma campanha de vacinação, prevenção de doenças, sobre acesso à educação, enfim, informações que regem e abastecem a vida em sociedade.

“O acesso à informação jornalística, por parte do cidadão, pode potencialmente vir a consistir num direito que assegura outros direitos, confere condições de igualização de sujeitos e oferece visibilidade ao poder e ao mundo.” (GENTILLI, 2005, p.128)

Para Gentilli (2005, p.129), o direito à informação deve ser pensado a partir de duas vertentes: na perspectiva de um direito para todos ou na perspectiva de fornecer informações em quantidade e qualidade para o melhor julgamento possível de cada um. Neste sentido, o direito à informação refere-se exclusivamente à chamada esfera pública.

Desta forma, Gentilli (2005, p.130) acredita que o direito à informação deve ser pensado como o direito que conclui as condições necessárias para realizar as escolhas relacionadas ao exercício pleno de direitos.

“O direito de cada um ter acesso às melhores condições possíveis para poder formar as próprias preferências particulares, fazer suas escolhas e seus julgamentos de modo autônomo. Nestas condições é uma circunstância que gera um direito à autonomia; é, portanto, um fator de mão dupla no processo de democratizar a democracia: por um lado, fortalece o processo de emancipação humana na medida em que auxilia o cidadão no exercício de suas prerrogativas, por outro, consolida o conjunto dos demais direitos posto que sua difusão ao se tornar mais ampla, torna-se por consequência mais acessível” (GENTILLI, 2005, p.130 e 131)

O direito à informação é considerado por Gentilli (2005, p. 130) como sendo um direito - meio, ou seja, sem ele os demais direitos ficam prejudicados. O direito à informação tem a função de facilitar aos cidadãos o acesso aos demais direitos.

O direito à informação constitui-se num direito de acesso à esfera pública e tem como antagônico o direito à privacidade por um lado, e o segredo na outra ponta.

2.3 JORNALISMO

O jornalismo é um campo que por meio de seus mecanismos influencia diferentes campos de produção cultural, jurídico, literário, artístico, científico. Em função das exigências do mercado, os primeiros a serem influenciados são os próprios jornalistas, que precisam atender aos anseios do público, dos anunciantes e também da linha editorial do veículo ao qual prestam serviço.

Desta forma, cabe avaliar como a restrição estrutural, neste caso, as pressões impostas pelo mercado, exercida por este campo, modifica as relações de força no interior dos diferentes campos (BOURDIE, 1997, p.101).

No campo teórico a informação diária posta pelos jornalistas é vista com extrema importância. Mas será que a prática, tão impactada pelas relações comerciais e de poder, consegue acompanhar a teoria? Diante de todo o exposto até aqui, sobre o papel do jornalismo para a efetivação de direitos, cabe avaliar se nas práticas sociais, no cotidiano, o jornalismo é capaz de levar a informação para garantir o exercício de direitos, ou se por conta das pressões mercadológicas e políticas, a prática cidadã do jornalismo fica legada a segundo plano.

2.3.1 O conceito de notícia

A notícia ocupa importante lugar nos meios de comunicação tais como o rádio, a televisão, os jornais, e até as conversas do cotidiano. Segundo Lage (2012, p.47), a notícia penetra em todos os saberes, obriga a permanente reestruturação de cada campo de conhecimento.

A notícia pode ser definida:

“Como o relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante, e este, de seu aspecto mais importante. Assim, reduzimos a área de discussão ao que venha ser importante, palavra na qual se resumem conceitos abstratos como o de verdade ou interesse humano.” (LAGE, 2012, p.50)

2.3.2 O Jornalismo e o Jornalista

Em quase seis séculos, um modelo de negócios se desenvolveu e se aprimorou para dar ao jornalismo o respaldo de uma indústria poderosa, respeitável e rentável.

Com as novas tecnologias a forma de se fazer negócios com o jornalismo e principalmente a forma de se fazer jornalismo começam a mudar. Os jornais impressos, por exemplo, precisaram alterar a produção de conteúdo para adequá-los à nova realidade digital. (COSTA, 2014)

Mas independentemente das transformações econômicas que envolvem o fazer jornalismo e as inovações tecnológicas, o valor da informação permanece inalterado e forte. A posse do conhecimento torna cada cidadão ou cidadã capaz de reconhecer e lutar por seus direitos.

O jornalismo torna essa construção de conhecimento social acessível, uma vez que oferece à sociedade um conjunto de alternativas e possibilidades existentes no mundo, em constante transformação.

O jornalismo é uma atividade indispensável no mundo contemporâneo, como o instrumento que viabiliza o direito à informação, onde os jornais desempenham a função de mediadores e os jornalistas, individualmente, de representantes do leitor, telespectador e ouvinte, como indivíduos, consumidores e cidadãos. (GENTILLI, 2005, p. 142)

Desta forma, segundo Gentilli (2005), as potencialidades do jornalismo podem se realizar num ambiente de democracia, pluralismo e mercado. Pensar a informação para a cidadania é apostar no profissional jornalista exercendo os papéis de mediador e representante.

O jornalista é mediador a partir do momento em que compartilha informações de interesse público, afim de promover a democracia. O jornal, neste sentido, apresenta-se como um bem cultural para atender essa demanda.

No cotidiano a prática jornalística é tomar decisões. É o profissional que seleciona e organiza os elementos, as informações necessárias para o julgamento do leitor.

O jornalista é mediador no sentido intermediário. A mediação do jornalista é uma mediação ativa, não passiva. Supõe papéis, funções, fazeres, ética. A informação jornalística não é uma informação que chega ao receptor em estado bruto. Ela é manipulada pelo jornalista, que faz as suas pré-escolhas, as suas pré-opções, a sua pré-filtragem, o seu pré-julgamento. (GENTILLI, 2005, p. 143)

Se a mediação for feita com isenção, o jornalista será capaz de prestar um serviço ao cidadão-consumidor de modo a contribuir com as suas escolhas, análises, e até julgamento.

Segundo Gentilli (2005), o jornalismo de mediação não contradiz o jornalismo de representação. O representante é aquele que busca uma informação em nome de alguém. Desta forma, a representação é uma forma de mediação. “O jornalista representa o leitor exatamente porque é mediador.” (GENTILLI, 2005, p.144)

Segundo Gentilli (2005), o Brasil ainda sofre com a ausência de uma legislação específica que dê conta de questões como o monopólio da imprensa. Meia dúzia de famílias, dos grandes centros urbanos, detém a grande parcela de concessões de tevês, rádios e jornais do país. A pluralidade é importante à medida que garante opções de jornais para que o cidadão possa optar por um que lhe ofereça as informações para suas escolhas.

O advento das redes sociais fez resplandecer um novo tempo de maior circulação de informações (aqui não nos deteremos na análise do tipo ou veracidade dessas informações). O fato é que, com a velocidade e as notícias sendo publicadas quase que instantaneamente por qualquer pessoa, em qualquer lugar, o monopólio dos grandes veículos de comunicação de massa passou a ser questionado.

Diante das mudanças e novas realidades tecnológicas postas no mundo alterando inclusive a forma de relacionar-se das pessoas, o profissional jornalista, aquele mediador e representante, teve que se adequar, mas sempre terá papel crucial na tarefa de selecionar, analisar e compartilhar as informações de interesse público.

2.3.3 Jornalista X Assessor de Imprensa

O assessor de imprensa, principalmente o que atuou como jornalista em redações, deve ter critérios e capacidade para dimensionar o que precisa ser divulgado por seus assessorados e de que forma isso vai atrair o olhar da imprensa e assim ganhar atenção e repercussão na mídia.

O trabalho do bom assessor de imprensa, ou seja, aquele que consegue entender e busca atender os anseios de todos os lados em questão, é necessário e muito importante. O problema é a intenção por trás das notícias divulgadas nos relises. Nem sempre o objetivo é atender ao anseio social, mas sim ao interesse pessoal. A questão é um problema na esfera privada e ainda maior na esfera pública.

Muitos gestores se utilizam da máquina pública e do trabalho do assessor de imprensa para vender sua própria imagem, quando deveria utilizar o trabalho deste profissional para gerar conhecimento e promover a cidadania.

Ora, mas é função essencial do profissional jornalista atender as demandas de interesse da sociedade; ao menos, é o que prevê o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros no Art. 3º que diz que o exercício da profissão de jornalista é uma atividade de natureza social, estando sempre subordinado ao Código de Ética.

Ou seja, mesmo trabalhando numa Assessoria de Imprensa, o profissional jornalista, respeitando as diretrizes do código de ética da profissão, deveria divulgar informações de interesse público e não informações de interesse individual. Este profissional, por lei, deveria disseminar informações que garantissem a cada cidadão o acesso aos direitos civis, sociais e políticos. Mas, na prática, sabe-se que não é isto o que acontece. E por conta da própria atividade às vezes é impossível ao profissional assessor trabalhar de forma diferente.

Segundo Duarte (2006, p.91), no Brasil, assessoria de imprensa não é tratada como relações públicas, que tem uma legislação e outra formação acadêmica específicas de modo a funcionar sem ferir as condicionantes legais do exercício profissional. Ainda que o jornalista deixe um jornal para atuar em assessoria, estabeleceu-se que sua atividade permaneça sendo considerada jornalismo.

O código de ética atende às necessidades da área de jornalismo, mas não é regulamentado para a profissão assessoria de imprensa. Para o assessor de comunicação, que também é formado em jornalismo, o código de ética é o mesmo, regido pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), mas na prática as diretrizes desse código não se aplicam ao profissional que atua como assessor.

Na edição 397, do Observatório de Imprensa, o jornalista e então presidente da Radiobrás, Eugênio Bucci, assinou um artigo em que afirma que existe um conflito de interesses do Código de Ética do jornalismo no Brasil. Segundo o autor, os sindicatos da categoria dificultam a mudança.

Isso representa uma enorme dificuldade para os sindicatos, que têm o seu financiamento vindo de assessores e de jornalistas, indistintamente. Compreendo: se não bem operada, essa transição poderá representar um baque relevante no financiamento dos nossos sindicatos. Mas isso não pode ser um motivo que nos impeça de olhar de frente o problema, porque a distinção não pode ser dada por interesses corporativos, ou pior, a distinção

não pode ser obstruída por interesses corporativos – por mais vitais que sejam as fórmulas de financiamento dessas entidades. (BUCCI, 2006)

Uma outra questão, envolvendo a ética profissional, é o artigo 12, do código de ética, que diz que “o jornalista deve ouvir sempre, antes da divulgação de um fato, o maior número de pessoas ou instituições envolvidas em uma cobertura jornalística”. Neste caso, o código confessa que a ética jornalística não vale sempre, do mesmo modo, para assessores. Os jornalistas são obrigados a ouvir todos os envolvidos numa história e os assessores não. Ainda dentro desta discussão, um dado que merece destaque é a obrigatoriedade ou não do diploma para o exercício da profissão de jornalista.

Para Bucci (2006), esta distinção entre as funções exercidas por um jornalista e um assessor de comunicação deveriam ser explícitas pela própria Fenaj e dentro do Congresso Nacional. A defesa da obrigatoriedade do diploma, tal como é colocada pelas Propostas de Emenda à Constituição defendidas pela Fenaj e outras entidades (PEC 33/09, PEC 386-B/09 e PEC 206/12), não garante a regulamentação do trabalho sob uma perspectiva de defesa da comunicação, sua construção e exercício, como um direito. Uma emenda como esta ignora o trabalho empenhado por muitas comunicadoras e comunicadores populares que fazem jornalismo sem o crivo das universidades e que desempenham muito bem este papel. Isto, principalmente, neste momento em que se vive uma crise no meio jornalístico e que se busca entender as novas facetas do Jornalismo pós-industrial¹.

2.3.4 Assessoria de Imprensa: Como tudo começou

Com a globalização o mundo mudou. Os processos, as relações, as emoções e, claro, a informação tornou-se globalizada. Neste contexto, Chaparro (2006, p.33) destaca que o jornalismo se tornou espaço público de socialização de discursos particulares, em todos os campos da atividade humana organizados sob a lógica da competição.

¹ Jornalismo pós-industrial é um conceito desenvolvido pelo Tow Center (Columbia University) que afirma que o antigo jeito de produzir informação, onde o monopólio de distribuição pertencia a uma indústria chamada jornalística, mudou. Ela agora pode ser distribuída pelas mãos de qualquer um. Combinou-se meio e comunicação. Nasceu a superdistribuição.

O autor destaca que o noticiar se tornou a forma mais eficaz de agir e interagir no mundo; sendo assim, a imprensa passou a constituir preocupação prioritária e estratégia das instituições nas esferas pública e privada.

Mas antes de todo esse movimento em rede, em 1906, um jornalista americano chamado Ivy Lee inventou a atividade especializada que hoje é chamada assessoria de imprensa ou de comunicação.

Ivy Lee abandonou o jornalismo para estabelecer o primeiro escritório de relações públicas do mundo, em New York. Corria o ano de 1906, época em que – no relato de Chaumely e Huisman – “a hostilidade do grande público era muito acentuada contra o big business americano, John Rockefeller, acusado de aspirar ao monopólio, de mover uma luta sem quartel às pequenas e médias empresas, de combater sem olhar a meios, numa palavra, de ser feroz, impiedoso, sanguinário. (CHAPARRO, 2006, p.34)

Ivy Lee abandonou o jornalismo para prestar serviços ao mais popular homem de negócios dos Estados Unidos, John Rockefeller, também conhecido como o “barão do capitalismo”. Lee tinha a célebre missão de transformar a imagem do homem de negócios, de odiado a venerado pela opinião pública.

2.3.5 O Capitalismo, o contexto histórico e a influência na comunicação

Para entender melhor os efeitos do que significou o trabalho de Ivy Lee, é preciso contextualizar o momento político e econômico de sua atuação enquanto relações públicas.

Segundo Hebe Wey (apud CHAPARRO, 2006, p. 34), no período entre 1875 a 1900, os Estados Unidos viveram um período de prosperidade. O poder passa das mãos da aristocracia dos plantadores do sul às mãos da nova classe de homens ambiciosos, “formada em parte por capitalistas industriais das cidades do leste”. (CHAPARRO, 2006, p.34)

Para a autora, a guerra Civil instituiu uma caçada frenética ao dólar e à exploração. O poder dos grandes empreendedores do Norte permitia-lhes controlar governos e colocar-se acima das leis. Segundo Wey (apud CHAPARRO, 2006, p.35), até o conceito de moral mudou no período. A pobreza tornou-se sinônimo de incapacidade e a riqueza, de virtude.

A realidade econômica e social na época proporcionou o surgimento dos “barões ladrões”, industriais que se dedicavam a todo o tipo de negociata e corrupção, visando

o lucro fácil. O período econômico ficou caracterizado pelo lema que, na língua portuguesa, transformou-se no “o povo que se dane”. A frase, provavelmente, foi criada por William Henry Vanderbilt, um dos mais conhecidos criadores das ferrovias americanas.

Vanderbilt teria proclamado *the public be damned*, em resposta aos jornalistas, quando lhe solicitaram explicações pelo fechamento de um ramal ferroviário que fazia falta a certa população. (CHAPARRO, 2006, p. 35)

É nesse contexto de desenvolvimento que surge o taylorismo, baseado nas ideias do engenheiro Frederick W. Taylor de padronizar as tarefas e pagar os funcionários por produtividade e até prêmio. Com essa ideologia “a máscara do conhecimento científico passou a encobrir o verdadeiro objetivo patronal, num quadro de luta de classes marcado por violência.” (CHAPARRO, 2006, p.35)

O momento econômico e o comportamento dos barões fez surgir um novo jornalismo, mais realista, de denúncia. No mesmo contexto, ganharam destaque os *muckrakers*, produtores ou escritores populares que exploravam os escândalos sociais, mostrando a imoralidade do mundo dos negócios.

É neste cenário que surge Ivy Lee, com a responsabilidade de dar aos homens de negócios a seriedade capaz de alcançar o respeito da opinião pública. O jornalista vê na realidade do mercado uma possibilidade de novos negócios. Implementou, assim, um novo formato de comunicação empresarial, que garantiu aos empresários maior credibilidade junto à mídia. Aos veículos de comunicação, passou a tratar as informações empresariais como notícias, não como anúncios ou matérias pagas. Tais informações seguiam critérios de noticiabilidade, interesse e importância para o público.

O jornalista criou uma declaração de princípios e ações, em forma de carta aos editores. O documento é histórico e diz o seguinte:

Este não é um serviço de imprensa secreto. Todo nosso trabalho é feito às claras. Nós pretendemos fazer a divulgação de notícias. Isto não é um agenciamento de anúncios. Se acharem que o nosso assunto ficaria melhor na seção comercial, não o usem. Nosso assunto é exato. Maiores detalhes sobre qualquer questão serão dados prontamente e qualquer diretor de jornal interessado será auxiliado, com o maior prazer, na verificação direta de qualquer declaração de fato. Em resumo, nosso plano é divulgar, prontamente, para o bem das empresas e das instituições públicas, com absoluta franqueza, à imprensa e ao público dos Estados Unidos, informações relativas a assuntos de valor e de interesse para o público. (apud CHAPARRO, 2006, p.36)

Com essa declaração e postura do profissional a relação entre o universo empresarial e a mídia começou a mudar. Segundo aponta a literatura específica Lee era um jornalista criativo. Buscou conhecer o comportamento do público e estudou as formas de usá-lo. Em 1906, a Pennsylvania Railroad, fábrica do empresário John D. Rockefeller, contrata o jornalista para prestar assessoria no caso do grave acidente de Gap. O objetivo da contratação era mudar a percepção da imprensa que, até então, era hostil na cobertura do fato.

Lee chegou em meio a uma crise e como medida “anunciou que iria se empenhar para ajudar os repórteres” (AMARAL, 2006, p.53). Na época, e ainda hoje, em casos de acidente como o da ferrovia, as empresas faziam de tudo para minimizar a gravidade do fato. No entanto, Lee foi à contramão e inovou, oferecendo à imprensa todo o suporte necessário para aquela cobertura, como relata Amaral (2006, p.53): “[...] ele levou repórteres à área, por conta própria, colocou engenheiros à disposição do grupo para explicar as causas da tragédia, facilitou entrevistas com dirigentes da empresa, insistiu nas medidas de atendimento às vítimas”.

Apesar de na história Lee ter se configurado como o pai das relações públicas, de ser reconhecido por seu trabalho inovador à época e por toda a contribuição que deu ao jornalismo e também às relações públicas, alguns autores criticam a forma como desempenhou seu trabalho.

Chaparro (2006, p.38) avalia que o jornalista colaborou em boas matérias jornalísticas, utilizando os critérios da carta-compromisso, mas também fez jogo sujo, com práticas de emprego duplo, propina, favores escusos, almoços sedutores, viagens prazerosas e outras formas de convívio vantajoso com o poder econômico.

2.3.6 Comunicação tipo exportação

Nos Estados Unidos, a prática de assessoria de imprensa tornou-se mais comum depois da crise de 1929. O crack econômico e o conseqüente aumento do desemprego e da pobreza da população acarretaram uma situação ainda mais complicada para os empresários norte-americanos.

A demanda social por informação fez com que governo e empresas adotassem medidas estratégicas de comunicação a fim tornar os acontecimentos compreensíveis à sociedade.

Na década de 1930, o crescimento das assessorias de imprensa alcançou as universidades, que começaram a formar especialistas na área de relações públicas.

A atividade de relações públicas verteu dos Estados Unidos para o Canadá em 1940. Seis anos mais tarde, entrou na Europa pela França. Segundo Chaparro (2006, p. 40), em 1950 já existiam departamentos de assessoria de imprensa em mais sete países do Velho Continente: Holanda, Inglaterra, Noruega, Itália, Bélgica, Suécia e Finlândia.

Nesses países, a atividade esteve e está relacionada à área de atuação de profissionais relações públicas, cujo objetivo é promover a mediação entre as organizações, a mídia e o público, seja interno ou externo. Segundo Moutinho e Souza (2006, p. 69), ao contrário do que acontece no Brasil, na Europa a assessoria de imprensa é incompatível com o jornalismo.

2.3.7 Assessoria de Imprensa no Brasil

No Brasil, o desenvolvimento das atividades de assessoria de imprensa sofreu influência das técnicas norte-americanas de relações públicas. A vinda das multinacionais ao país, potencializada pelo governo Juscelino Kubitschek, serviu para disseminar as práticas de relações públicas dentro das empresas brasileiras públicas e privadas.

No entanto, algumas instituições já haviam demonstrado o uso sistematizado do jornalismo como estratégia de divulgação de informações governamentais, como o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, em 1909, no governo Nilo Peçanha.

Como marco do surgimento da atividade no país, Duarte (in DUARTE (Org.), 2006, p. 82-83) aponta a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda, em 1931, por Getúlio Vargas. O DIP tinha como finalidade promover a imagem do governo; porém, durante a ditadura do Estado Novo, tornou-se responsável pela censura à mídia, que somente poderia divulgar informações mediante autorização do órgão.

Na época da ditadura, “os jornais publicariam tudo o que saísse de qualquer repartição do governo” (BELTRÃO apud DUARTE (Org.), 2006, p. 83). Depois do fim do primeiro governo de Vargas, o DIP foi substituído pelo Departamento Nacional de Informações, que tratava da divulgação e do atendimento a jornalistas de forma mais isenta.

Em 1944, foi criada a Agência Nacional para disseminar informações de interesse governamentais. A situação permaneceu sem maiores mudanças até o golpe militar,

em 1964. No poder, os militares investiram nas estratégias de comunicação, criando propagandas e divulgando informações do governo com o intuito de legitimar a ditadura. Para tanto, foi criada a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP).

Segundo Chaparro (2006, p.42), a AERP se tornou modelo para governos estaduais e municipais, e também para grandes empresas, particularmente, as estatais.

Em 1968, foi realizado o I Seminário de Relações Públicas do Executivo, o evento reuniu no Rio de Janeiro representantes da AERP, equipes de comunicação de 16 ministérios, da Agência Nacional, das estações oficiais de rádio e do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística e também dirigentes da Associação Brasileira de Relações Públicas.

Conforme apontado por Chaparro (2006, p.42), o seminário debateu cinco grandes temas:

- 1) Organização e funcionamento dos serviços de Relações Públicas nos órgãos da administração federal;
- 2) Normas de trabalho entre diferentes serviços de Relações Públicas dos órgãos da administração federal e os veículos de Comunicação Social;
- 3) Diretrizes de Relações Públicas no Governo;
- 4) Promoção institucional do governo;
- 5) Imagem do Governo – Opinião Pública

Cada um desses cinco temas foi tratado por uma comissão específica. A comissão que tratou o primeiro tema recomendou a criação de Coordenações de Relações Públicas nos ministérios, estruturadas em setores de Pesquisa e Promoção, de Divulgação e Produção, e de Serviços Gerais. Ao setor de Divulgação e Produção caberia a confecção de material informativo ou promocional e sua consequente divulgação.

A comissão que debateu o segundo tema propôs a seguinte diretriz:

Informar os diferentes públicos sobre a execução dos planos governamentais, notadamente os que visem estimular o desenvolvimento nacional para a melhoria das condições de vida do povo e progresso do País, atraindo a sua compreensão, cooperação e integração nos objetivos comuns. (CHAPARRO, 2006, p.43)

A última das 10 recomendações transcritas a partir deste I Seminário de Relações Públicas do Executivo diz o seguinte:

“Aproveitamento integral da figura do presidente, no seu aspecto humano, moderado e compreensivo, para caracterizar toda a campanha orientada no sentido de valorização do homem, a única susceptível de criar uma imagem efetiva e imediata do governo.” (CHAPARRO IN DUARTE, 2006, p.43)

Percebe-se como resultado deste seminário um direcionamento na área de relações públicas governamental com forte influência da propaganda, e com fortalecimento na figura e ações do gestor, de forma a criar uma imagem positiva do governo. Nota-se uma preocupação em informar a população, porém com conteúdo que atenda aos interesses governamentais. É “o povo que se dane” de uma forma menos hostil.

Era o período da ditadura militar no Brasil. Nesta época, o uso intensivo da propaganda contribuiu para o crescimento das relações públicas no país. Nesse contexto, surgiu um atrativo mercado de trabalho para os jornalistas. A partir daí, começou um forte desenvolvimento das assessorias de imprensa. Os profissionais viram a possibilidade de dupla jornada de emprego, já que não precisavam se afastar das redações. O fato de poderem atuar em trabalhos que nem sempre exigiam a presença física viabilizava o “jogo duplo do duplo emprego”. (CHAPARRO in DUARTE (Org.), 2006, p.44)

Para Duarte (in DUARTE (Org.), 2006, p. 88), o crescimento do mercado de assessoria de imprensa tornou-se atraente aos jornalistas, que enfrentavam ritmo estressante de trabalho, baixos salários e pouca oferta de emprego nas redações devido ao enxugamento das funções. Com a oportunidade, os jornalistas ofereceram seu capital pessoal – trânsito junto aos colegas de redação, habilidade ao lidar com o poder, conhecimento sobre produtos informativos e ética profissional de respeito ao direito público da informação – e ganharam espaço de atuação.

A consolidação da assessoria de imprensa como um fazer jornalístico se deu por meio da ação dos sindicatos de jornalistas, como o de São Paulo, que fizeram o controle para que a atividade fosse exercida somente pela categoria. À época, havia uma disputa de mercado entre jornalistas e relações públicas, que também consideravam que a atividade lhes pertencia.

A questão foi formalizada pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), por meio de acordo com o Conselho Nacional de Relações Públicas, garantindo a “função de

assessor de imprensa, exercida exclusivamente por jornalista, profissional diplomado (Decreto nº 83.284/1979 e Decreto-Lei nº 972/69), de forma reconhecida e valorizada pela sociedade brasileira” (FENAJ, 2007, p. 06).

Porém, o sistema de cooptação, a cultura de controle da informação nos órgãos públicos e uma recorrente acusação de ineficiência ajudaram a criar a fama, particularmente, desde do AI-5 e nas redações mais exigentes, de assessores de comunicação vinculados a órgãos públicos serem necessariamente incompetentes, bloqueadores do fluxo de comunicação, criadores de cortinas de fumaça, porta-vozes do autoritarismo, de fazerem jornalismo chapa-branca (DUARTE in DUARTE (Org.), 2006, p. 84). Particularmente, essa é uma visão existente até hoje na maioria das assessorias.

O desenvolvimento das práticas de assessoria de imprensa no setor privado no Brasil surgiu na década de 1950. A Assessoria de Imprensa da Volkswagen do Brasil seria a pioneira. Os jornalistas Alaor Gomes e Reginaldo Finotti foram responsáveis por estruturar o setor específico de relacionamento com a imprensa. Mais tarde, estes profissionais criaram uma assessoria independente, a Unipress, considerada pioneira na área.

Em 1967, foi criada a Associação Brasileira de Jornalismo Empresarial (Aberje). Após a década de 1980, a profissionalização das assessorias de imprensa brasileiras acarretou outra dimensão da atividade. O ressurgimento da democracia, da liberdade de imprensa e dos direitos sociais criou a necessidade entre as organizações de se comunicarem aos diversos segmentos sociais. Como exemplo, a empresa Rhodia adotou a política de “portas abertas” à sociedade, com a qual conquistou visibilidade e credibilidade pública. A consolidação da democracia no país estabeleceu uma sociedade civil mais atuante.

2.4 COMUNICAÇÃO PÚBLICA

Conceituar o que venha (ou não) ser Comunicação Pública ainda é algo em amadurecimento. A expressão vem sendo utilizada no Brasil e até em outros países, com múltiplos significados, e por vezes até conflitantes. O conceito ainda não é muito claro, mas segundo Brandão (2009, p.1), é uma área que abarca uma grande

variedade de saberes e atividades e pode-se dizer que é um conceito em processo de construção.

2.4.1 O estudo da Comunicação Pública no Brasil

Segundo Brandão (2009, p.1), ao pesquisar e analisar os múltiplos significados e acepções que existem para a Comunicação Pública, foi possível identificar cinco áreas diferentes de conhecimento e atividade profissional. São elas: Comunicação Organizacional, a Comunicação Científica, a Comunicação de Estado ou Governamental, a Comunicação Política e a Comunicação da Sociedade Civil Organizada.

a) Comunicação Organizacional

A Comunicação Organizacional é uma área que trata de analisar a comunicação no interior das organizações e entre ela e seus públicos, buscando estratégias e soluções. Sua característica é tratar a comunicação de forma estratégica e planejada, visando criar relacionamentos com os diversos públicos e construir uma identidade e uma imagem dessas instituições, sejam elas públicas e/ou privadas. (BRANDÃO, 2009, p.1)

O profissional que atua neste segmento comunicacional deve ter em mente a responsabilidade por aquilo conhecido como design e pela administração dos processos de comunicação. Estas ações envolvem desde o profissional de relações públicas ou jornalismo, como também os da área de marketing e publicidade, responsáveis por pensar nas campanhas publicitárias de valorização da imagem ou produto da organização.

Esta acepção de comunicação pública tem como objetivo principal o mercado e os diversos públicos envolvidos neste processo. A meta, neste caso, é vender uma imagem, um produto, uma ideia ou uma crença. A intenção, como define Brandão (2009, p.3), é obter lucro financeiro ou pessoal, em status ou poder.

Para isso, utilizam-se de todo o arsenal tecnológico da comunicação de massa, de relacionamento de grupo e interpessoal, pesquisas em campos diversos para medir a opinião pública, o mercado, as pesquisas de clima para verificar o andamento interno

da organização, além de todo o conhecimento e aparato técnico das áreas de marketing e de comunicação, constituindo o campo da comunicação organizacional.

b) Comunicação Científica

Por comunicação científica entende-se estudos e atividades com o objetivo de criar interação entre a realidade cotidiana das pessoas e a ciência,

(...) ou seja, despertar o interesse da opinião pública em geral pelos assuntos da ciência, buscando encontrar respostas para a sua curiosidade em compreender a natureza, a sociedade ou o seu semelhante. (DUARTE apud, BRANDÃO, 2009, P. 3)

Ao menos dois fatores podem ser apontados para a identificação das atividades de comunicação científica com comunicação pública. O primeiro é o caráter informativo. A comunicação científica se expande por meio da ciência da informação e da divulgação científica. Destaque-se os setores agrícola e de saúde, que, historicamente, acumulam experiências sociais transformadoras por meio das experiências adquiridas no campo da difusão de informação.

O segundo é o fato da produção e difusão de conhecimento científico incorporarem preocupações sociais, políticas, econômicas e corporativas que ultrapassam os limites da ciência e que obrigam as instituições de pesquisa a alargar este conhecimento para além do círculo de seus pares. Isto gera outras demandas.

Segundo Brandão (2009), isto aumenta a preocupação com o papel social da ciência e também a competitividade entre equipes e instituições de pesquisa. Suscita, também, a premissa de que o acesso às informações de ciência e tecnologia é fundamental para o exercício pleno da cidadania. É, portanto, essencial que o campo científico e o campo da mídia sejam cada vez mais próximos.

O trabalho profissional dos envolvidos em divulgar ciência e tecnologia está submetido à noção de compromisso público e prestação de contas à população. Esta noção explica a identificação com a área da Comunicação Pública.

c) Comunicação do Estado e/ou governamental

Brandão (2009, p.4) define este tipo de comunicação como uma dimensão da Comunicação Pública que entende ser de responsabilidade do Estado e dos governos estabelecer um fluxo informativo e comunicativo com seus cidadãos.

Entende-se, portanto, que este tipo de comunicação é voltado para as instâncias sociais que trabalham com a informação destinada à cidadania. Neste caso, abarca os órgãos governamentais, ONGs, terceiro setor, conselhos, agências reguladoras e empresas privadas que trabalham com o setor público, como telefonia e eletricidade, por exemplo.

Segundo Brandão (2009, p.5), a comunicação governamental pode ser entendida como comunicação pública na medida em que ela é um instrumento de construção da agenda pública e direciona seu trabalho para a prestação de contas, que estimula o engajamento da população nas discussões das políticas adotadas e que promove o debate político.

O trabalho realizado neste sentido é o de informar, prestar contas, despertar o sentimento cívico, ouvir a opinião da população sobre assuntos que vão repercutir no cotidiano das pessoas, convocar os cidadãos para o exercício de seus deveres.

A teoria conceituada pela autora é plausível na teoria, mas na prática, a realidade é diferente. Também Bucci (2015) elabora nesta perspectiva. O autor afirma que a comunicação pública está a serviço da vaidade particular. As ações de comunicação estão atreladas em garantir uma boa imagem do gestor com vistas ao próximo pleito eleitoral.

Os instrumentos utilizados para atingir a estes objetivos, geralmente, são as tevês, rádios, impressos, web e redes sociais. O método mais utilizado são as campanhas publicitárias. Na instância municipal, em cidades que os recursos econômicos/financeiros são mais escassos, as assessorias de imprensa ganham papel crucial neste processo de comunicar.

d) Comunicação Política

Pode-se entender a área de comunicação política sob dois ângulos: (1) a utilização de instrumentos e técnicas de comunicação para a expressão pública de ideias, crenças, posicionamentos políticos, tanto dos governos quanto dos partidos; (2) as disputas perenes entre os proprietários de veículos e tecnologia em seu benefício. Incluem-se neste tópico também as polêmicas discussões em torno do Direito da Comunicação que trata da formação de redes, conglomerados e da convergência tecnológica. (BRANDÃO, 2009, p.6)

e) Comunicação da Sociedade Civil Organizada

A Comunicação da Sociedade Civil Organizada trata de formas e práticas de comunicação desenvolvidas pelas comunidades e pelos membros do terceiro setor e movimentos sociais ou populares que também é conhecida como comunicação comunitária e/ou alternativa. (BRANDÃO, 2009, p.7)

Segundo Brandão (2009, p.8), as experiências neste campo revelam uma interdisciplinaridade nunca vista na academia e nem no mercado. É a partir desta perspectiva que o termo *comunicação pública* passa a ser utilizado enquanto referência a uma prática realmente democrática e social da comunicação.

O profissional da comunicação que atua com este segmento deve atuar na perspectiva de uma comunicação libertadora, comprometida com as demandas e práticas populares.

2.4.2 Estado da arte da comunicação pública no Brasil, na Colômbia e na França

Ainda em fase de construção, o conceito do que venha (ou não) ser comunicação pública vem sendo debatido por estudiosos brasileiros, tais como Elizabeth Brandão (2009), Heloíza Matos (2009), Jorge Duarte (2009), Eugênio Bucci (2015), Margarida Kunsch (2012), dentre outros.

Diante dos muitos estudos na área e na dificuldade de se delimitar conceitualmente o que venha a ser Comunicação Pública, analisaremos o que os principais pesquisadores neste campo apresentam sobre o assunto.

Iniciaremos com Pierre Zémor, presidente fundador da associação francesa “Communication Publique”. Em 1995, o pesquisador francês lançou a obra *La communication publique*. O livro foi pioneiro na sistematização dos usos da Comunicação Pública no âmbito da comunicação organizacional das instituições governamentais na França. A partir de um resumo traduzido pela professora Elizabeth Brandão, o autor passou a ser referência obrigatória para estudantes, pesquisadores e profissionais interessados no assunto.

Segundo Zémor (1995, p.1), a comunicação pública se define pela legitimidade do interesse geral.

“Ela ultrapassa o domínio público, tomado no estrito senso jurídico. As atribuições dos poderes públicos e as missões dos serviços públicos implicam as disposições constitucionais, legais e regulamentares próprias a um Estado de direito. A Comunicação Pública acompanha, portanto, a aplicação das normas e regras, o desenvolvimento de procedimentos, enfim, a tomada de decisão pública. As mensagens são, em princípio, emitidas, recebidas, tratadas pelas instituições públicas “em nome do povo”, da mesma forma como são votadas as leis ou pronunciados os julgamentos”. (ZÉMOR, 1995, p.1)

Para o autor, Comunicação Pública está ligada à comunicação estatal/governamental, porém com foco nos interesses do cidadão. Atua como agente regulador, de proteção e antecipação do serviço público. Segundo Zémor, suas finalidades não podem estar dissociadas dos objetivos das instituições públicas, que são:

a) informar (levar ao conhecimento, prestar conta e valorizar); b) ouvir as demandas, as expectativas, as interrogações e o debate público; c) contribuir para assegurar a relação social (sentimento de pertencer ao coletivo, tomada de consciência do cidadão enquanto ator); d) e acompanhar as mudanças, tanto as comportamentais quanto as da organização social. (ZÉMOR, 1995, p.1)

Zémor ressalta a necessidade de relacionamento com o cidadão, porque a comunicação pressupõe troca, partilha de informações públicas, assim como a manutenção do liame social cuja responsabilidade é incumbência das instituições públicas. (ZÉMOR, 1995, p.1)

Segundo Matos (2009, p.47), o conceito de comunicação pública tem sido compreendido como sinônimo de comunicação governamental. Indo ao encontro do que preconiza Zémor, Matos estabelece uma diferenciação nos estudos de comunicação governamental:

Não estamos tratando das políticas de comunicação como forma de controle e regulamentação ou desregulamentação da propriedade e da utilização dos meios tecnológicos de comunicação. Referimo-nos aqui às normas, princípios e rotinas da comunicação social do governo, explicitadas ou não em suportes legais que visem regulamentar as comunicações internas e externas do serviço público. [...] consideramos que a comunicação pública envolve também a resposta do cidadão a iniciativas no fluxo das relações comunicativas entre o Estado e a sociedade. (MATOS (1988), apud MATOS (2009))

Matos (2009, p.48), define Comunicação Pública como aquele processo instaurado em uma esfera pública que engloba Estado, governo e sociedade, um espaço de debate, negociação e tomada de decisões relativas à vida pública do país. (MATOS, apud DUARTE e VERAS, 2006, p.49).

A autora relaciona comunicação pública com democracia e cidadania e pensa como um espaço público de negociação, onde iniciativas de interesse coletivo são debatidas e encontram uma decisão democrática legítima.

Brandão (2009, p.9) caminha nesta mesma perspectiva ao definir Comunicação Pública como o processo que se instaura na esfera pública entre o Estado, o governo e a sociedade e que se propõe a ser um espaço privilegiado de negociação entre os interesses das diversas instâncias de poder constitutivas da vida pública no país.

Da mesma forma, para Kunsch (2012, p.17), Comunicação Pública é um conceito amplo, envolvendo toda a comunicação de interesse público, praticada não só por governos, como também por empresas, terceiro setor e sociedade em geral.

Ainda segundo Kunsch (2012, p.15), a instituição pública deve ser concebida como instituição aberta, que interage com a sociedade, com os meios de comunicação e com o sistema produtivo. Precisa trabalhar com competência, extrapolando os muros da burocracia e chegando ao cidadão comum.

Para Jaramillo López, renomado estudioso da Universidade Externado da Colômbia comunicação pública seria:

Um conjunto de temas, definições, fatos e metodologias referentes à forma como os sujeitos lutam por intervir na vida coletiva e na evolução dos processos políticos provenientes da convivência com o “outro” por participar da esfera pública, concebida como o lugar de convergência das distintas vozes presentes na sociedade. (LÓPEZ, apud BUCCI, 2015, p.42)

A partir desta definição de López, Bucci (2015, p.42) chama a atenção para o fato de ser impossível identificar o que separa a tal comunicação pública das demais comunicações – a comercial, por exemplo.

O autor questiona se qualquer assunto de interesse comum pode ser chamado de Comunicação Pública. Ressalta o trabalho realizado, principalmente, na área publicitária, que em nome do interesse comum, alcança leitores, telespectadores, ouvintes, mas nem sempre o objetivo a ser alcançado caberia nas definições de cidadania, por exemplo. “A capacidade de atrair público (no sentido de atrair audiência) não pode ser um requisito para que possamos definir o que é e o que não é Comunicação Pública” (BUCCI, 2015, p.44).

Os interesses privados agem e se comunicam no âmbito da esfera pública. O que define o ponto em que uma comunicação privada adquire o status de pública é a forma como age seu praticante.

A atuação em comunicação pública exige [do seu praticante]: (a) compromisso em privilegiar o interesse público em relação ao interesse individual ou corporativo; (b) centralizar o processo no cidadão; (c) tratar comunicação como um processo mais amplo do que informação; (d) adaptação dos instrumentos e necessidades, possibilidades e interesses públicos; (e) assumir a complexidade da comunicação, tratando-a como um todo uno. (DUARTE apud BUCCI, 2015, p. 50)

A prevalência do interesse público, também nesta definição, figura como ponto crucial para delimitar as diferenças no que diz respeito ao público e ao privado.

A respeito da Comunicação Pública:

Comunicação Pública coloca a centralidade do processo de comunicação no cidadão, não apenas por meio da garantia do direito à informação e à expressão, mas também do diálogo, do respeito a suas características e necessidades de estímulo à participação ativa, racional e corresponsável. Portanto, é um bem e um direito de natureza coletiva, envolvendo tudo o que diga respeito ao aparato estatal, ações governamentais, partidos políticos, movimentos sociais, empresas públicas, terceiro setor e, até mesmo, em certas circunstâncias, às empresas privadas (DUARTE apud BUCCI, 2015, p.51)

O autor destaca que o uso da expressão está associado ao esforço de melhorar a vida das pessoas pela comunicação. Mas ao analisar um evento como a campanha Criança Esperança, por exemplo, Bucci (2015), levanta indagações sobre o interesse geral em questão:

“A campanha Criança Esperança, que é realizada anualmente pela Rede Globo, que é uma rede comercial de radiodifusão: [...] poderia ser chamado de comunicação pública? É bem verdade que, embora ancorada numa rede privada, ela tem como tema um assunto de interesse geral. Ao mesmo tempo, promove a marca da emissora, que não é pública. E então? Essa forma de campanha é comunicação pública ou apenas parcialmente pública?” (BUCCI, 2015, p.43).

Entender interesse público, significa buscar compreender as intenções de quem enuncia. Uma campanha na área da saúde, como vacinação contra febre amarela, atende esta noção de importância coletiva, mas um *reality show*, que chama a atenção pública, não atende aos interesses sociais da mesma forma.

Quadro 1 - Síntese da concepção dos autores abordados neste capítulo

Referências	Definição
<p>Pierre Zémor Heloíza Matos Elizabeth Pazito Brandão Margarida Kunsch</p>	<p>Espaço de negociação público, onde iniciativas de interesse coletivo são debatidas e encontram uma decisão democrática legítima</p> <p>Comunicação de interesse público, praticada não só por governos, como também por empresas, terceiro setor e sociedade em geral.</p>
<p>Jaramillo López Jorge Duarte</p>	<p>Comunicação democrática e pluralista. Sua operacionalização demanda necessariamente de uma opção política pela cidadania e pelo interesse público. Deve promover o acesso à informação e oportunidade de diálogo e participação.</p>
<p>Eugênio Bucci</p>	<p>A comunicação pública se compõe de ações informativas, consultas de opinião e práticas de interlocução, em qualquer âmbito, postas em marcha por meio do emprego de recursos públicos, mediante processos decisórios transparentes, inclusivos e abertos ao acompanhamento, críticas e apelações da sociedade civil e à fiscalização regular dos órgãos de controle do Estado.</p>

Nota-se que o conceito de Comunicação Pública é amplo, mas dentre os múltiplos significados é possível encontrar um ponto comum que diz respeito a um processo de comunicação de interesse público, praticada por estado, governo, empresas, terceiro setor e sociedade em geral com o objetivo de informar para a construção da cidadania. É vista como um meio de fazer do interesse público algo real, possível. Capaz de promover o acesso à informação com vistas à oportunidade de diálogo e participação. Desta forma, a comunicação apresenta-se como uma importante manifestação política da organização da sociedade.

No entanto, Bucci (2015, p.67) apresenta uma realidade prática muito distinta do ideário teórico. Para o autor, a comunicação pública no Brasil atual se configura como algo voltado aos interesses privados, porém, gerido por recursos públicos.

A comunicação pública no Brasil foi capaz de forjar pretextos jurídicos que dão conta de atender a requisitos formais como “campanha de utilidade pública”, “comunicação de interesse público”, peças de “comunicação institucional”, e assim por diante, mascarando com objetivos oficialmente desinteressados a finalidade material de cevar o eleitorado. (BUCCI, 2015, p. 67)

O caminho inverso que poderia colocar de pé o conceito legítimo de comunicação pública passa por reafirmar um princípio que orienta as normas de gestão pública no estado democrático de direito.

Segundo Bucci (2015), assim como o Estado tem que ser público, a comunicação financiada por recursos públicos deve se orientar por processos decisórios na direção de uma finalidade pública.

Isso passa, por uma mudança de pensamento e ação. Um mover que envolve o poder, o querer e que mexe com a vaidade humana.

2.4.3 Breve História da Comunicação Pública no Brasil

No Brasil, segundo Matos (2009, p.49), a comunicação pública surgiu no contexto da implantação da radiodifusão, na década de 1920. Era à época entendida como comunicação estatal, termo utilizado em contraste com a comunicação do setor privado.

Com o fim do governo militar, os segmentos sociais interessados se organizaram para discutir políticas públicas compatíveis com a tarefa de democratização da comunicação. (MATOS, 2009, p.49)

A Constituição Federal de 1988, instituiu sistemas complementares de serviços de radiodifusão. São eles: o privado, o público e o estatal. Neste sentido, faz-se necessário diferenciar o que venha a ser público e estatal.

Comunicação Pública é a comunicação realizada por meio da radiodifusão pública, nos moldes de sistema público apresentado por Tomaz Jr. (apud DUARTE; VERAS, 2006, p.12) que explica que:

Por 'sistema público' entende-se não as instituições do 'setor público', que se confunde com o estatal, mas sim os espaços e organizações geridos de forma 'pública': coletiva, transparente, em observância de princípios democráticos de participação e de controle social. Obviamente, o tipo de conteúdos, a natureza da organização, entre outros elementos, como a propriedade, também compõem o mosaico de itens que serve para denotar o caráter público aqui referido. (TOMAZ JR. apud DUARTE; VERAS, 2006, p.12)

Os anos 90 representaram o surgimento de um Estado novo no Brasil, uma nova visão política de Estado e da participação da sociedade civil. Novos atores surgiram no cenário político-social e a comunicação se fortaleceu. (DUARTE; VERAS, 2006, p.12)

É também neste contexto que ao longo dos anos as iniciativas pública e privada perceberam a necessidade de comunicação com a sociedade ou com os seus públicos. "O empresariado descobriu que o respeito à cidadania, a responsabilidade social, a prestação de contas à sociedade, a transparência nas suas atividades, ou seja, atividades consideradas politicamente corretas, vendem mais que apenas propaganda". (BRANDÃO, 2009, p.9)

Na história política do país a comunicação dos órgãos públicos sempre foi vista apenas como meio de se fazer propaganda. A comunicação que se faz por órgãos públicos ganhou várias outras expressões, para tentar perder a conotação de marketing político, propaganda política ou publicidade governamental que denotam caráter de persuasão.

Segundo Brandão (2009, p.10), o uso dessas expressões obrigou a busca de nova terminologia que fosse compatível com a nova realidade política no país. No entanto, Bucci (2015, p.68) afirma categoricamente que a comunicação pública no Brasil não está posta para atender a democracia e sim funciona a serviço de seus governantes e de seus interesses pessoais. Ou seja, na prática, não houve mudança alguma.

2.4.4 Comunicação Governamental

A história da comunicação governamental no país está atrelada à publicidade, e preferencialmente a ações divulgadas na grande mídia. Os governos também utilizaram a comunicação como uma ferramenta de cunho educativo, sobretudo nas áreas da saúde e educação.

A comunicação era utilizada de forma instrumental para divulgar as ações de interesse do governo como campanhas educativas na área da saúde, por exemplo. Segundo Brandão (2009, p.11), a comunicação persuasiva atravessou décadas, acompanhou todos os políticos brasileiros, independente de ideologias ou partidos.

As assessorias de comunicação, surgidas na década de 70, chegam com o dever de divulgar por meio da mídia a visão jornalística da comunicação pública. Funcionam com o pressuposto de que o público deve conhecer aquilo que é de interesse do órgão e que o instrumento ideal para essa finalidade é a grande mídia.

Essa é uma visão que imperou até bem pouco tempo. Com o advento das novas tecnologias e do desenvolvimento das redes sociais, esses canais de comunicação também passaram a ganhar peso, porém, a importância da grande mídia não se descarta. De qualquer forma, essa relação com os veículos de comunicação ainda tem grande importância e se dá com o mesmo sentido de décadas atrás de ampliar as informações governamentais com suas informações e intenções.

Sob outro aspecto, no campo da prática, vale destacar que Assessoria de Comunicação, no mais das vezes, é vista como Assessoria de Imprensa. Mesmo tendo no seu corpo funcional setores nas áreas de publicidade e até relações públicas, no geral ela se destaca pelo setor de imprensa.

Na maioria das vezes, profissionais com formação acadêmica no curso de jornalismo trabalham para criar relacionamento entre os veículos e seus assessorados.

O trabalho desses profissionais, atualmente, é indispensável para a circulação de informações. Muitas vezes, é possível ver reproduzidos em jornais impressos e online os relises que vêm das assessorias e que também foram publicados nas páginas oficiais dos órgãos e empresas privadas que foram responsáveis pelo agendamento ou enquadramento daquele assunto.

Acredita-se que pela falta de tempo e número reduzido de jornalistas nas redações os profissionais adquiriram uma certa dependência dos assessores de imprensa. A facilidade de ter um texto na mão, com o enquadramento já definido, adianta parte do processo produtivo na redação.

Por outro lado, o assessor de imprensa garante que o conteúdo por ele produzido será retransmitido na íntegra, com seus agendamentos, enquadramentos e intenções por trás de suas notícias.

2.4.5 Marcos históricos

2.4.5.1 O desenvolvimentismo e sua influência no campo da comunicação

No início da década de 70, a agenda internacional de temas sociais, econômicos, políticos, foi marcada pelas discussões sobre como solucionar o abismo existente entre os países em desenvolvimento e os subdesenvolvidos.

A comunicação de massa e seus instrumentos, técnicas e estratégias foram cruciais para atender aos objetivos das nações. (BRANDÃO, 2009, p.22)

A modernização e o progresso deveriam chegar aos países subdesenvolvidos. Neste sentido, a comunicação foi utilizada para incutir no cotidiano das pessoas os benefícios do que se considerava progresso.

O objetivo era impedir o isolamento das comunidades atrasadas, expandir novas atitudes, formas de vida e hábitos; formar uma opinião pública favorável às mudanças necessárias; ser instrumento do “efeito demonstração” dos padrões das sociedades desenvolvidas. A partir deste raciocínio fica estabelecido o trinômio desenvolvimento – modernização – comunicação (BRANDÃO, 2009, p.23)

Na década de 60, o governo norte-americano lançou a Aliança para o Progresso, um programa de ajuda a países em desenvolvimento. Segundo Mattelart (apud BRANDÃO, 2009, p.23), os efeitos da iniciativa foram sentidos em três áreas: planejamento familiar, inovação no meio rural e novas tecnologias educativas.

No Brasil, esses projetos de incentivo internacional tiveram repercussão a partir da década de 70, com o Projeto SACI – Projeto Satélite Avançado de Comunicações Interdisciplinares. O objetivo era fornecer ao governo federal subsídios para a implantação de um sistema de teleducação. A ideia era transmitir programas de rádio e TV para escolas de primeiro grau.

Segundo Brandão (2009, p.23), assim como o cenário mundial seguia bipartido na chamada guerra fria, na academia e também no campo cultural, as teorias e metodologias se polarizaram. A partir da segunda década do século XX a ideologia de esquerda dominou o cenário intelectual dos países de terceiro mundo. Por outro lado, a ideologia capitalista disseminava teorias e paradigmas resistidos por terceiro-mundistas intelectuais e artistas.

No Brasil, essas duas correntes ideológicas geraram influências poderosas na formação do pensamento e das práticas comunicacionais. Um marco desta disputa ideológica foi a extensão rural, que surgiu durante o movimento desenvolvimentista, mas que refletiu uma reação sustentada pelo pensamento da ideologia de esquerda.

2.4.5.2 A comunicação rural

Comunicação rural é a área da comunicação destinada a formação e informação da população agrícola. Ela surge no contexto da criação dos serviços de extensão rural dentro da ideologia desenvolvimentista.

O modelo teórico de comunicação adotado pela extensão rural ficou conhecido como difusionismo. Segundo Brandão (2009, p. 24), trata-se da construção norte-americana de uma tipologia de agricultores para descrever as maneiras como a população rural lidava e reagia às mudanças introduzidas em seu meio.

A reação no Brasil veio por meio dos críticos, à época, no caso, os intelectuais, artistas, professores universitários e a Igreja, que programavam outro modelo possível de desenvolvimento, que fosse construído a partir de características regionais, culturais e sociais. Neste processo, a Igreja católica teve importante papel.

2.4.5.3 A Igreja católica e a comunicação com os cidadãos

A participação da Igreja católica foi importante no processo de libertação dos povos e no estímulo à participação dos cidadãos na construção de sua liberdade. A Igreja incorporou o papel de dar voz aos que não a tinham. Reuniu militantes e representantes de segmentos minoritários na sociedade ao processo de construção democrático.

No Concílio Vaticano II a Igreja expressa sua preocupação com as questões de comunicação, especialmente na encíclica papal *Inter Mirífica*, de 1963. Conforme

Brandão (2009, p. 27), pela primeira vez, um documento universal da Igreja assegurou a obrigação e o direito dela utilizar os instrumentos de comunicação social, marcando a posição oficial da Igreja sobre o emprego dos meios de “comunicação social”.

“Na interpretação de Puntel, a expressão comunicação social foi preferida aos termos mass media e mass communication, significando que a Igreja quis assumir uma visão mais otimista da comunicação frente às questões sociais. É também o Inter Mirifica que oficializa o Dia Mundial da Comunicação, o único indicado por um concílio da Igreja” (BRANDÃO, 2009, p. 27)

O movimento social dentro da Igreja católica foi muito atuante, sobretudo no período da ditadura. A corrente teológica cristã conhecida como Teologia da Libertação teve papel importante na luta pela igualdade social. Neste contexto, a igreja se utilizava dos meios de comunicação, mas também das missas, reuniões de equipes de trabalho, para transmitir seus comunicados em prol de uma sociedade justa e fraterna.

“A conjunção marxismo e cristianismo como matriz do pensamento comunicacional vai construir correntes acadêmicas que se tornaram hegemônicas na formação do pensamento comunicacional brasileiro. Os princípios que formaram a militância de esquerda católica vão influenciar de maneira significativa, em pleno período da ditadura militar, as propostas de políticas públicas para o campo da comunicação, seja junto ao MEC, seja junto ao Ministério das Comunicações”. (BRANDÃO, 2009, p.28).

2.4.5.4 O jornalismo e a comunicação com os cidadãos

Segundo Matos (2009, p. 50), ao longo dos anos, a imprensa adquiriu independência no que diz respeito ao controle do Estado. A publicidade comercial acaba ganhando espaço diminuindo a dependência de subsídios oficiais.

Quando de seu assassinato em outubro de 1975, Vladimir Herzog assumira, algumas semanas antes, a direção de jornalismo na TV Cultura de São Paulo. O clima pesado da época que precedeu fez Vladimir Herzog migrar para a Inglaterra, onde estagiou, ao lado de Fernando Pacheco Jordão, na BBC. Em boa medida, é possível afirmar que as medidas tomadas por ele para definir a prática do jornalismo na TV Cultura foram precursoras daquilo que, anos depois, será considerado jornalismo público.

Acredita-se que as ideias implantadas por Herzog na TV Cultura de São Paulo são fruto da experiência acumulada por ele na BBC. A emissora inglesa tinha reputação de serviço de utilidade pública. Dentro das definições deste serviço existiram termos como: “interesse social, qualidade, bem comum e equilíbrio, com objetivos educativos e informacionais para toda a sociedade sem distinção” (MATOS, 2009, p.50).

Na BBC alguns fatores como a lógica de mercado, a busca pela audiência, o apelo ao consumismo, logo entram em contradição com a preocupação com a cidadania. No Brasil, a situação não caminhou muito diferente. Segundo Bucci (2009, p. 192), instituições públicas que operam a comunicação social vêm atuando como pequenas máquinas de propaganda a serviço das autoridades do Poder Executivo.

“Criadas ao longo do século 20, principalmente a partir dos anos 50, essas instituições pouco ou nada tiveram de compromisso com o direito à informação do cidadão. Em lugar de informar, dedicam-se a tentar formar a opinião pública segundo os moldes que interessam ao Governo da temporada.” (BUCCI, 2009, p.192)

2.4.6 Comunicação Pública na prática

No Brasil, a Comunicação Pública caminha para duas direções: a teórica e a prática. A perspectiva teórica é a que prevê a comunicação como promotora de participação e informação para a construção da cidadania. A prática, é aquela que utiliza a máquina pública a serviço dos interesses políticos e partidários de seus gestores.

Para Bucci (2015,p.64), a comunicação pública na prática é aquela que existe por conta do emprego de recursos públicos de várias naturezas, produzida com o dinheiro que o Estado extrai dos contribuintes em forma de impostos ou taxas.

Para o autor, a comunicação é pública a partir do momento que é financiada com recursos públicos, porém perde esta característica quando a finalidade que busca alcançar não atende aos objetivos e anseios da coletividade. Bucci (2015, p.66) afirma que, na prática, “a comunicação pública no Brasil atual é o mais monstruoso embaralhamento de interesses privados e recursos públicos que se pode ver à luz do dia.”

Não que, em dado momento, os assuntos divulgados por este ou aquele governo não tenham interesses coletivos ou públicos, mas compactuando com o pensamento de Bucci (2009, p.192) no geral, “as instituições públicas que se dedicam à comunicação social acabam se reduzindo, no todo ou em parte, à condição de máquina acessória da propaganda do governo”.

Dentro deste contexto, o interesse público, o bem comum e até a qualidade se perdem no emaranhado da busca e manutenção do poder, dos interesses pessoais, políticos/partidários e até econômicos/financeiros.

A Comunicação Pública é reduzida a aspectos secundários. Desde Vargas até Fernando Henrique Cardoso, os governos a entendem como propaganda, publicidade institucional, marketing ou relações públicas.

Bucci (2015, p.174) destaca que o governo do ex-presidente Lula, em 2010, colocou publicidade estatal em 8094 veículos; em 2014, o investimento chegou a quase 10 mil instituições privadas. No primeiro ano de administração do Partido dos Trabalhadores, em 2003, o número de veículos contratados para atender publicidade governamental não passou de 499. Em menos de 10 anos, o número de emissoras pagas para veicular anúncios do governo federal aumentou 20%.

Diante de tantos investimentos cabe questionamentos a respeito da necessidade deste quantitativo de distribuição de verba publicitária e também quanto à transparência das mesmas. Cabe avaliar se o material divulgado o foi com o intuito de atender às necessidades de interesse público e social ou se foram realizados exclusivamente para agradar os veículos de comunicação.

Em suas análises, Bucci (2015) denuncia a utilização da máquina pública para exaltar a figura dos gestores e até quitar dívidas de campanha. Esses anúncios publicitários com fachada de interesse público poderiam ser utilizados na verdade como pagamento das valiosíssimas campanhas políticas. Em alguns casos, alguns gestores utilizariam o tempo de mandato para quitar a campanha que o elegeu e para preparar a campanha seguinte no intuito de se manter no poder.

A finalidade da chamada comunicação pública não é outra que não a de fixar, para o governo, uma imagem positiva na opinião pública, por meio de um investimento público que gerará dividendos privados nas eleições seguintes. (BUCCI, 2015, p. 66)

A máquina pública é também utilizada para comprar o silêncio de alguns veículos, que, também utilizando a máscara de utilidade pública, criam cadernos especiais sobre as ações de determinado governo, cobram valores exorbitantes para tanto, como “fachada” para manter seu veículo neutro ou em silêncio diante de uma ou outra denúncia contra aquele gestor ou administração.

Até entre jornalistas subsiste esse conceito de que a Comunicação Pública existe e deve atuar no sentido de transmitir as comunicações do governo de forma política/partidária e não como promotora do bem comum.

Na prática, a Comunicação Pública deveria ser utilizada a serviço da sociedade, não dos governantes. Quando um gestor coloca a máquina pública a serviço de suas intenções pessoais ou particulares, acabam invertendo os propósitos democráticos e como consequência trazem prejuízos gravíssimos e irreparáveis à sociedade.

A Comunicação só será de fato pública quando for capaz de trazer à sociedade proposições que gerem pensamento crítico, novas visões, e deixar de ser uma ferramenta de disseminação de visões prontas. Isso só será possível quando as instituições públicas deixarem de atuar a serviço de intenções particulares, para de fato atenderem ao direito fundamental, que todos deveriam ter, à informação.

É preciso colocar em prática o princípio da impessoalidade, que no Brasil é norma constitucional. Bucci (2015, p.68) lembra que este princípio é o que nos ajuda a entender por que a Comunicação Pública não pode incorrer no partidarismo, sendo que o governismo na comunicação é a forma mais grave de partidarismo.

Da mesma forma a Comunicação Pública não pode incorrer na promoção pessoal, seja direta ou indiretamente. Isso fica evidente quando o logo da administração municipal, por exemplo, identifica o governo de um agente público específico, seja pela utilização da cor do partido que o governante representa ou qualquer outro signo de identificação partidária. Esse, segundo Bucci (2015, p. 68), é o tipo de manobra que fere gravemente o princípio de impessoalidade.

Para Bucci (2015), a Comunicação Pública precisa promover o bem comum e o interesse público:

A comunicação pública se compõe de ações informativas, consultas de opinião e práticas de interlocução, em qualquer âmbito, postas em marcha por meio do emprego de recursos públicos, mediante processos decisórios transparentes, inclusivos e abertos ao acompanhamento, críticas e apelações da sociedade civil e à fiscalização regular dos órgãos de controle do Estado. Quanto às suas finalidades, a comunicação pública existe para promover o bem comum e o interesse público, sem incorrer, ainda que indiretamente, na promoção pessoal, partidária (do partido do governo), religiosa ou econômica de qualquer pessoa, grupo, família, empresa, Igreja ou outra associação privada (BUCCI, 2015, p.69)

A Comunicação Pública precisa de fato ser pública, e ao que parece no Brasil ainda não o é por conta de toda a histórica degradação política do país. A situação parece longe de mudar. Estudos e debates sobre o assunto contribuem para a formação de novos pensamentos e até de transformações com benefícios reais à vida em

sociedade. Só o tempo será capaz de mostrar o quanto as contribuições acadêmicas permitirão algo novo.

2.5 COMUNICAÇÃO E SAÚDE

A comunicação é algo natural, presente na vida cotidiana, inerente à condição humana. A comunicação fornece conhecimento, possibilita novos pensamentos à sociedade, é capaz de fomentar ideias, de mobilizar, de transformar realidades. Para Wolton (2010, p.12), comunicação é a relação que se dá entre os seres humanos. Para o autor não existe vida individual ou coletiva sem comunicação. A comunicação se inter-relaciona com todas as outras áreas da atividade humana.

Neste estudo, abordaremos a relação entre Comunicação e Saúde como um campo, na interface entre os dois campos de conhecimento. Tal como Araújo e Cardoso (2007, p.20), abordaremos a comunicação não como uma ferramenta a serviço dos objetivos da saúde, mas como uma relação intrínseca entre ambos apontando para uma distinção e uma opção política e teórica.

2.5.1 O conceito de campo

Assim como Araújo e Cardoso (2007, p.19), tomaremos a definição de Bourdieu (1989), como ponto de partida para pensarmos o campo da Comunicação e Saúde (CS).

“Consideraremos, então, que campo é um espaço sociodiscursivo de natureza simbólica, permanentemente atualizado por contextos específicos, formado por teorias, modelos, e metodologias, mas também por agentes, instituições, políticas, discursos, práticas, instâncias de formação, lutas e negociações”. (ARAÚJO E CARDOSO, 2007, p.19)

2.5.2 Comunicação, políticas públicas e saúde

Partindo do princípio de que políticas públicas só se constituem efetivamente como tal quando saem do papel, ganham visibilidade e são apropriadas pela população a que se destinam (ARAÚJO & CARDOSO, 2007, p.22), a comunicação, e seu poder de informação, ganha força e torna-se inseparável deste processo.

Embora informação e comunicação sejam inseparáveis, informar não é comunicar. A comunicação é mais complexa que a informação. Wolton (2010, p.12), afirma que não há informação sem um projeto de comunicação.

A comunicação tem caráter estruturante na gestão de políticas públicas. Segundo Araújo e Cardoso (2007, p.23), políticas públicas são decididas num processo de luta por hegemonia, no qual o poder simbólico é um dos elementos centrais.

Segundo Bourdieu (1989), o poder simbólico é o “poder de fazer ver e fazer crer”. Neste sentido a comunicação tem papel fundamental na efetivação das políticas públicas. Ou seja, a pessoa (ou grupo) que consegue fazer prevalecer seu ponto de vista em detrimento do outro terá ampliada suas chances de influenciar as políticas públicas.

O poder da comunicação neste sentido está atrelado ao saber relacionar-se, a criar sintonia entre emissor e receptor e vice-versa. Quando esta relação obtém sucesso, é capaz inclusive de neutralizar outros componentes, como o capital econômico, por exemplo.

A história das políticas públicas de saúde no Brasil está atrelada à comunicação. Inicialmente, a relação se deu com a comunicação sendo utilizada como meio para propaganda e educação sanitária. Mas ao longo do percurso, rumo a conquistas de direitos como o Sistema Único de Saúde, por exemplo, a apropriação da comunicação se deu também como um direito de todos.

O crescimento da comunicação para além de sua dimensão instrumental fica evidente no decorrer das Conferências Nacionais de Saúde, espaço de luta e correlação de forças no campo da saúde, como bem definem Araújo e Cardoso (2007, p.26).

2.5.3 Saúde e Comunicação: uma relação histórica

a) Saúde Coletiva e Comunicação

O caminho até a implantação do Sistema Único de Saúde teve início com a implantação da Saúde Coletiva no Brasil. Por meio deste campo, tiveram início as discussões sobre a atenção à saúde no país.

No contexto histórico, a saúde coletiva surgiu como a possibilidade de se construir algo novo. Na época, discutia-se em tom de crítica no meio acadêmico os limites da

Medicina Preventiva, da Medicina Comunitária, da Saúde Pública e da Medicina da Família. É neste conjunto de discussões que surge a saúde coletiva.

Segundo Paim (2014, p.3), a Saúde Coletiva é um campo de produção de conhecimento voltado para a compreensão da saúde e a explicação de seus determinantes sociais, bem como de práticas direcionadas à promoção, prevenção e o cuidado a agravos e doenças, tomando por objetivo a coletividade.

Em pleno período da ditadura militar, em meados da década de 1970, o assunto chamou a atenção e não se restringiu a um debate da área médica, mas extrapolou para o restante da sociedade e abarcou outros segmentos profissionais como a engenharia, física e arquitetura. Trata-se, então, de uma área multiprofissional e interdisciplinar. É nesta intercessão de áreas e saberes que se faz presente a comunicação.

As pesquisas acadêmicas e estudos avançam, e têm início as primeiras discussões sobre a Reforma Sanitária Brasileira, de onde surgiu a premissa de que saúde é um direito de todos.

b) Reforma Sanitária Brasileira e a Comunicação

Entre 1968 – 1973, a sociedade civil, especialmente os movimentos sociais, combatia a ditadura militar, defendia a democratização do estado e da sociedade. Neste contexto, destaca-se o movimento pela democratização da saúde, conhecido como Movimento da Reforma Sanitária Brasileira (RSB) ou Movimento Sanitário. A proposta era reconhecer o direito à saúde como inerente à conquista da cidadania. (Paim, 2014, p.10)

O período da Reforma Sanitária tem como marco a criação do Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES), que promoveu debates em torno desta demanda social. O CEBES defendeu a saúde como um direito de cada um e de todos os brasileiros. (Paim, 2014, p.11)

Foi por meio das discussões no CEBES que surgiu a proposta de criação do SUS, com caráter público, descentralizado, integral, democrático e com uma gestão participativa.

Todos os estudos que foram fomentados à época, assim como a criação da Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO), somaram

esforços para a concretização da RSB. Os trabalhos dos docentes e pesquisadores contribuíram com a elaboração de textos e palestras para a VIII Conferência Nacional de Saúde (CNS).

As conferências foram iniciadas durante o governo Vargas como um fórum estritamente técnico. Com o tempo passaram a contar com representantes de outros segmentos sociais. A cada quatro anos, o grupo se reúne para avaliar e propor diretrizes para as políticas nacionais, estaduais e municipais de saúde. Ao lado dos conselhos de saúde, as conferências são os principais espaços de participação e controle social no setor saúde. (ARAÚJO E CARDOSO, 2007, p.26)

Outro movimento importante para a temática da saúde foi o processo de elaboração da Constituição de 1988, e a aprovação das leis 8.080/90 e 8.142/90, que estabeleceram respectivamente a organização do SUS e o controle social mediante conferências e conselhos de saúde.

c) Sistema Único de Saúde e Comunicação

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (BRASIL, 1988)

Este artigo 196, da Constituição Federal, citado acima, é a base jurídica do que constitui o processo de construção do Sistema Único de Saúde (SUS). A universalidade é o princípio final, ainda um desejo a ser alcançado. A busca da equidade se articula com a integralidade do cuidado à saúde.

O SUS é o resultado de anos de luta e discussões sobre saúde pública no país. Este é um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo. Abrange desde o simples atendimento ambulatorial até o transplante de órgãos, garantindo acesso integral, universal e gratuito para toda a população do país.

A porta de entrada do sistema de saúde deve ser preferencialmente a atenção básica (postos de saúde, centros de saúde, unidades de Saúde da Família etc.). A partir desse primeiro atendimento, o cidadão é encaminhado para os outros serviços de maior complexidade da saúde pública (hospitais e clínicas especializadas).

Os medicamentos básicos são adquiridos pelas secretarias estaduais e municipais de saúde, dependendo do pacto feito na região. Em média, o governo federal repassa 80% do valor dos medicamentos excepcionais, dependendo dos preços conseguidos pelas secretarias de saúde nos processos licitatórios. Os medicamentos para DST/Aids são comprados pelo ministério e distribuídos para as secretarias de saúde.

O princípio da universalidade corresponde ao conceito fundador do SUS, que é o da saúde como direito universal, direito de todos. Seu correspondente na comunicação seria, logicamente, a comunicação como direito de todos (ARAÚJO & CARDOSO, 2007, p.62).

Mas o SUS ainda esbarra num grande problema: a dificuldade de mobilização da sociedade em prol de um sistema universal e igualitário. Essa questão está atrelada à falta de vontade política e de investimento financeiro.

A União é o principal financiador da saúde pública no país. Historicamente, metade dos gastos é feito pelo governo federal, a outra metade fica por conta dos estados e municípios. A União formula políticas nacionais, mas a implementação é feita por seus parceiros (estados, municípios, ONGs e iniciativa privada), e na maioria das vezes quem depende deste sistema sofre no cotidiano os problemas da falta de boa gestão do recurso público.

d) Saúde na comunicação

A comunicação se afirma como elemento essencial para a promoção da saúde, ao funcionar como uma área estratégica para interação e troca de informações entre as instituições, comunidades e indivíduos. A comunicação é capaz de revelar à sociedade as informações que de fato são de interesse público, de fazer com que as ações do governo fiquem à mostra, acessíveis a todos.

Na área da saúde, a comunicação está associada à noção de direito; é, portanto, dirigida a 'cidadãos'. Nesse sentido, comunicar não é apenas a divulgação de um fato publicamente, mas é também o aperfeiçoamento de um sistema público de saúde em todas as suas dimensões e a participação efetiva das pessoas na construção dessa possibilidade.

Segundo Araújo & Cardoso (2007, p.61), o objetivo deve ser, minimamente, estabelecer um debate público sobre temas de interesse e garantir às pessoas

informações suficientes para a ampliação de sua participação cidadã nas políticas de saúde.

2.6 FEBRE AMARELA

2.6.1 Sintomas

A Febre amarela é uma doença infecciosa grave transmitida por picada de mosquito. Segundo acervo da Fundação Oswaldo Cruz², geralmente, quem contrai o vírus não chega a apresentar os sintomas ou os mesmos são muito fracos.

Os primeiros sintomas da doença são: febre alta, calafrios, cansaço, dor de cabeça, dor muscular, náuseas e vômitos por cerca de três dias.

Nas formas leves e moderadas os sintomas duram cerca de dois a quatro dias e são aliviados com o uso de sintomáticos, antitérmicos e analgésicos, e ocorrem em cerca de 20% a 30% dos casos. (BRASIL, 2017. P.9)

As formas graves e malignas acometem entre 15% a 60% das pessoas com sintomas que são notificadas durante epidemias, com evolução para óbito entre 20% e 50% dos casos. (BRASIL, 2017. P.9)

A forma mais grave da doença costuma aparecer após um breve período de bem-estar (até dois dias), quando podem ocorrer insuficiências hepática e renal, icterícia (olhos e pele amarelados), manifestações hemorrágicas e cansaço intenso. (BRASIL, 2017. P.9)

De acordo com a Fundação Oswaldo Cruz, a maioria dos infectados se recupera bem e adquire imunização permanente contra a doença.

2.6.2 Transmissão

O vírus é transmitido pela picada dos mosquitos transmissores infectados e não há transmissão direta de pessoa a pessoa. A vacina é a melhor forma de prevenção e controle da doença.

O vírus da febre amarela apresenta dois ciclos epidemiológicos de transmissão distintos, silvestre e urbano (Figura 1). A doença é a mesma nos dois ciclos.

No ciclo silvestre da febre amarela, os primatas não humanos (macacos) são os principais hospedeiros e amplificadores do vírus, e os vetores são mosquitos com

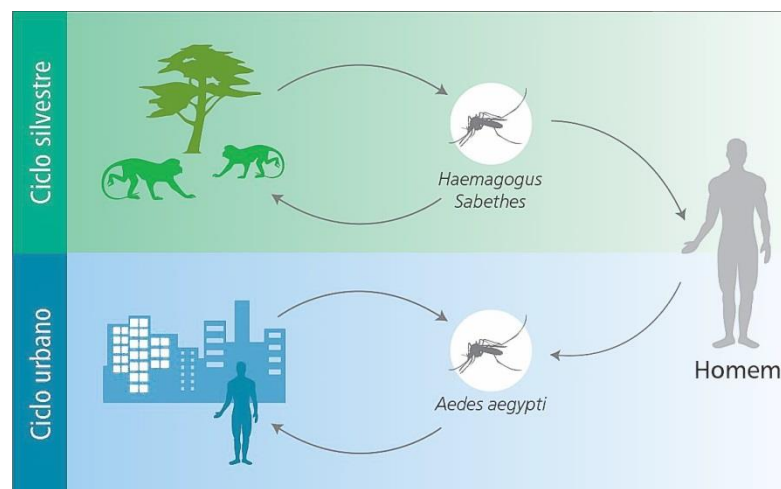
² Conteúdo extraído do site Bio-Manguinhos/Fiocruz 2014. Este Portal é regido pela Política de Acesso Aberto ao Conhecimento, que busca garantir à sociedade o acesso gratuito, público e aberto ao conteúdo integral de toda obra intelectual produzida pela Fiocruz.

hábitos estritamente silvestres, sendo os gêneros *Haemagogus* e *Sabethes* os mais importantes na América Latina.

Nesse ciclo, o homem participa como um hospedeiro acidental ao adentrar áreas de mata.

No ciclo urbano, o homem é o único hospedeiro com importância epidemiológica e a transmissão ocorre a partir de vetores urbanos (*Aedes aegypti*) infectados.

Figura 1 - Ciclos epidemiológicos da febre amarela



Fonte: Ministério da Saúde (2017).

A febre amarela urbana não é registrada no país desde 1942. A proliferação do *Aedes aegypti*, já presente em quase todos os municípios do país, traz a possibilidade de reurbanização do vírus amarílico. (BRASIL, acesso em 11 de dezembro de 2017)

A forma silvestre é restrita nas regiões tropicais da África e das Américas. Em geral, apresenta-se sob a forma de surtos com intervalos irregulares, sem ciclicidade definida. (BRASIL, acesso em 11 de dezembro de 2017) Na população humana, o aparecimento de casos é geralmente precedido de epizootias³ em primatas não humanos. No Brasil, a partir da eliminação da forma urbana, só há ocorrência de casos de febre amarela silvestre (FAS) e os focos endêmicos até 1999 estavam situados nos estados das regiões Norte, Centro-Oeste e área pré-amazônica do Maranhão,

³ Doença que apenas ocasionalmente se encontra em uma comunidade animal, mas que se dissemina com grande rapidez e apresenta grande número de casos.

além de registros esporádicos na parte Oeste de Minas Gerais. (BRASIL, acesso em 11 de dezembro de 2017)

Nos surtos ocorridos no período de 2000 a 2009, observou-se a expansão da circulação viral nos sentidos leste e sul do país, detectando-se sua presença em áreas silenciosas há várias décadas. (BRASIL, acesso em 11 de dezembro de 2017)

Segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, acesso em 11 de dezembro de 2017), esse caráter dinâmico da epidemiologia da doença tem exigido avaliações periódicas das áreas de risco para melhor direcionar os recursos e aplicar as medidas de prevenção e controle.

Em outubro de 2008, procedeu-se a uma nova delimitação, que levou em conta fatores como: evidências da circulação viral, ecossistemas (bacias hidrográficas, vegetação), corredores ecológicos, trânsito de pessoas, tráfico de animais silvestres e critérios de ordem operacional e organização da rede de serviços de saúde que facilitassem procedimentos operacionais e logísticos nos municípios. (BRASIL, acesso em 11 de dezembro de 2017)

Foram redefinidas, então, duas áreas no País: a) Área Com Recomendação de Vacina (ACRV), correspondendo àquelas áreas onde se reconhece o risco de transmissão; b) Área Sem Recomendação de Vacina (ASRV), correspondendo às “áreas indenes”, sem evidência de circulação viral. (BRASIL, acesso em 11 de dezembro de 2017)

Na última epidemia da doença, em 2017, o Espírito Santo passou a integrar a área com recomendação de vacina para a doença por determinação da Organização Mundial de Saúde.

2.6.3 Perfil demográfico da febre amarela

Segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, acesso em 11 de dezembro de 2017), a febre amarela é uma doença que acomete com maior frequência o sexo masculino e a faixa etária acima dos 15 anos, em função da maior exposição profissional, relacionada à penetração em zonas silvestres da área endêmica de FAS.

Outro grupo de risco são pessoas não vacinadas que residem próximas aos ambientes silvestres, onde circula o vírus, além de turistas e migrantes que adentram

estes ambientes sem estar devidamente imunizados. (BRASIL, acesso em 11 de dezembro de 2017)

A maior frequência da doença ocorre nos meses de dezembro a maio, período com maior índice pluviométrico, quando a densidade vetorial é elevada, coincidindo com a época de maior atividade agrícola. (BRASIL, acesso em 11 de dezembro de 2017). Porém, neste ano de 2017, o estado de São Paulo registrou surto da doença no mês de outubro, dois meses após o Ministério da Saúde divulgar o fim dos surtos da doença no país.

No Brasil, segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, acesso em 11 de dezembro de 2017), há risco de reurbanização da febre amarela levando-se em consideração:

- Expansão territorial da infestação do *Aedes aegypti*, já detectado em todas as Unidades Federadas;
- Áreas infestadas por *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus* superpostas a áreas de circulação do vírus amarílico;
- Áreas urbanas infestadas por *Aedes aegypti* próximas de áreas de risco para febre amarela silvestre;
- Intenso processo migratório rural-urbano, levando à possibilidade de importação do vírus amarílico dos ambientes silvestres para os urbanos;
- Áreas de circulação do vírus amarílico com baixas coberturas vacinais.

2.6.4 História da febre amarela

A origem da febre amarela foi tema de muitas discussões e estudos, ao longo de anos, porém, pesquisas recentes realizadas com tecnologia de biologia molecular apontam para originalidade africana. (BRASIL, acesso em 11 de dezembro de 2017)

Segundo acervo histórico do Ministério da Saúde (BRASIL, acesso em 11 de dezembro de 2017), o primeiro relato de epidemia de uma doença semelhante à febre amarela é de um manuscrito maia de 1648 em Yucatán, México.

Há registros de manifestação da doença na Europa, antes dos anos 1700, mas foi em 1730, na Península Ibérica, que se deu a primeira epidemia, causando a morte de 2.200 pessoas. (BRASIL, acesso em 11 de dezembro de 2017)

Nos Estados Unidos, nos séculos XVIII e XIX, repetidas vezes foram registradas epidemias devastadoras. A doença era levada por meio dos navios procedentes das Índias Ocidentais e do Caribe. (BRASIL, acesso em 11 de dezembro de 2017)

2.6.5 Febre amarela no Brasil

O primeiro registro de febre amarela no Brasil foi em Pernambuco, no ano de 1685, onde permaneceu durante 10 anos. A doença também chegou à cidade de Salvador causando cerca de 900 mortes durante os seis anos em que ali esteve. O controle das epidemias foi possível após a realização de grandes campanhas de prevenção. O país permaneceu em silêncio epidemiológico por cerca de 150 anos. (BRASIL, acesso em 11 de dezembro de 2017)

A última ocorrência de febre amarela urbana no Brasil foi em 1942, no Acre. Hoje, ainda se teme a presença da febre amarela em áreas urbanas, especialmente depois do final da década de 70, quando o mosquito *Aedes aegypti* retornou ao Brasil. (BRASIL, acesso em 11 de dezembro de 2017)

O ciclo silvestre só foi identificado em 1932 e desde então surtos localizados acontecem nas áreas classificadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como áreas de risco com recomendação para vacinação: Acre, Amapá, Amazonas, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, além de determinadas áreas da Bahia, Paraná, Piauí, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo. (BRASIL, acesso em 11 de dezembro de 2017)

2.6.6 A epidemia⁴ no Brasil em 2017

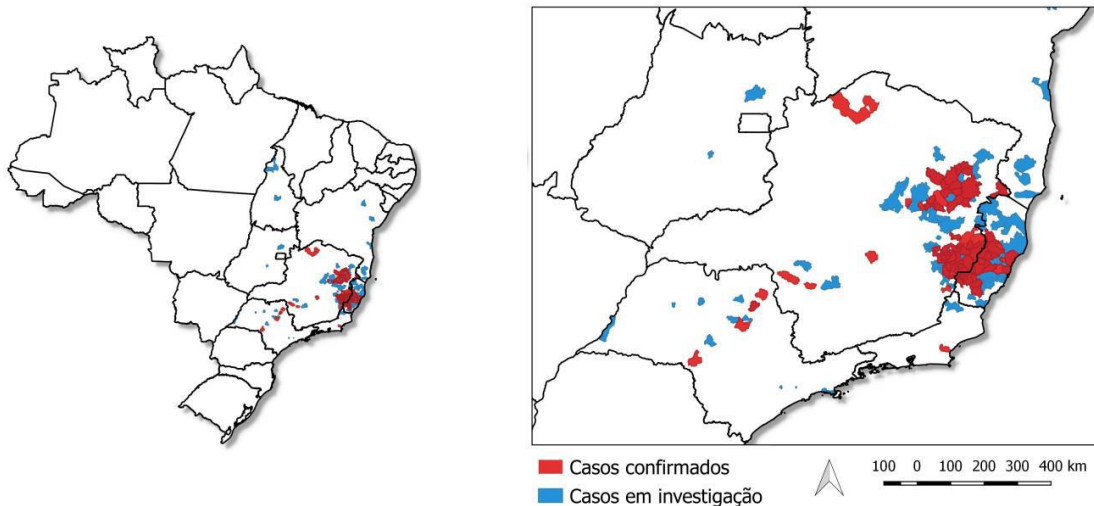
Entre dezembro de 2016 a 17 de março de 2017, o Ministério da Saúde registrou 1.561 casos de febre amarela no país. Deste total, 850 estão em investigação⁵, 448 foram confirmados e 263 descartados. Foram registradas 264 mortes, sendo 144 confirmadas, 110 em investigação e 10 descartadas.

⁴ Aparecimento, em uma população, de número de casos de determinado agravo, sensivelmente maior do que o esperado normalmente. Pode ocorrer em um curto espaço de tempo ou a longo prazo.

⁵ Números divulgados e apurados até 24/10/2017.

O levantamento foi realizado em oito estados em situação epidemiológica em quatro regiões brasileiras, atingindo um universo de 188 municípios. No período, o Ministério relata ter distribuído 17.493.385 milhões de vacinas para os Estados.

Figura 2 - Distribuição geográfica dos casos humanos confirmados e em investigação de febre amarela ao Ministério da Saúde até 17 de março de 2017.



Fonte: Ministério da Saúde (2017)

2.6.7 A epidemia no Espírito Santo em 2017

Até 31 de março de 2017, a secretaria Estadual de Saúde recebeu 328 notificações de suspeita de febre amarela. Sessenta e sete notificações foram descartadas. Do total de 261 casos, 109 foram confirmados para febre amarela silvestre. Dentro do período mencionado, 32 casos resultaram em mortes. De acordo com o Ministério da Saúde, o Espírito Santo foi o estado com o maior número de mortes confirmadas tendo como causa a febre amarela.

Em investigação, 152 casos com quadro indicativo também de leptospirose, febre maculosa, dengue e outras doenças com sintomas semelhantes.

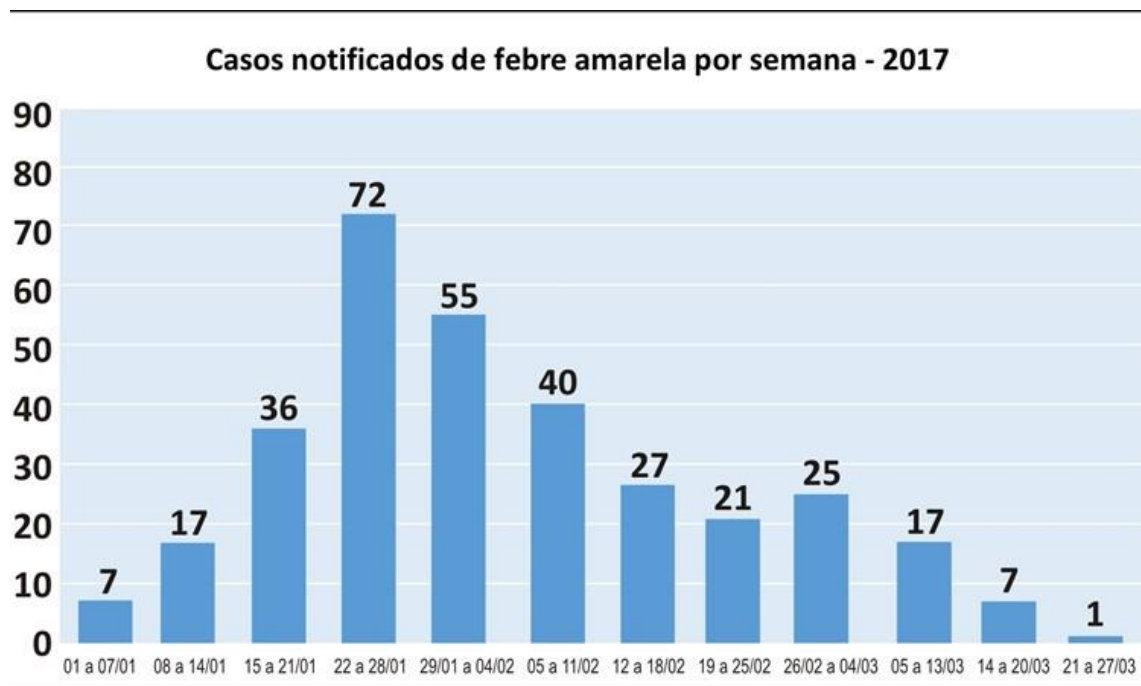
Confira os dados da doença no Espírito Santo de janeiro a março de 2017 (Quadro 2).

Quadro 2 - Dados epidemiológicos da febre amarela no Espírito Santo de janeiro a março de 2017, divulgados pela Sesa.

Casos Confirmados	109
Casos Descartados	67
Mortes notificadas	56
Mortes confirmadas	32
Mortes Descartadas	6
Mortes em investigação	18
Total de notificações	328

Até 31 de março de 2017, 2.499.609 pessoas foram imunizadas contra a febre amarela em todo o Estado, o que representa uma cobertura vacinal de 69,86% da população do Espírito Santo. No mesmo período, foram distribuídas 3.332.030 doses para todo o Estado. A estimativa do IBGE para julho de 2017 projeta uma população de 4.016.356 habitantes.

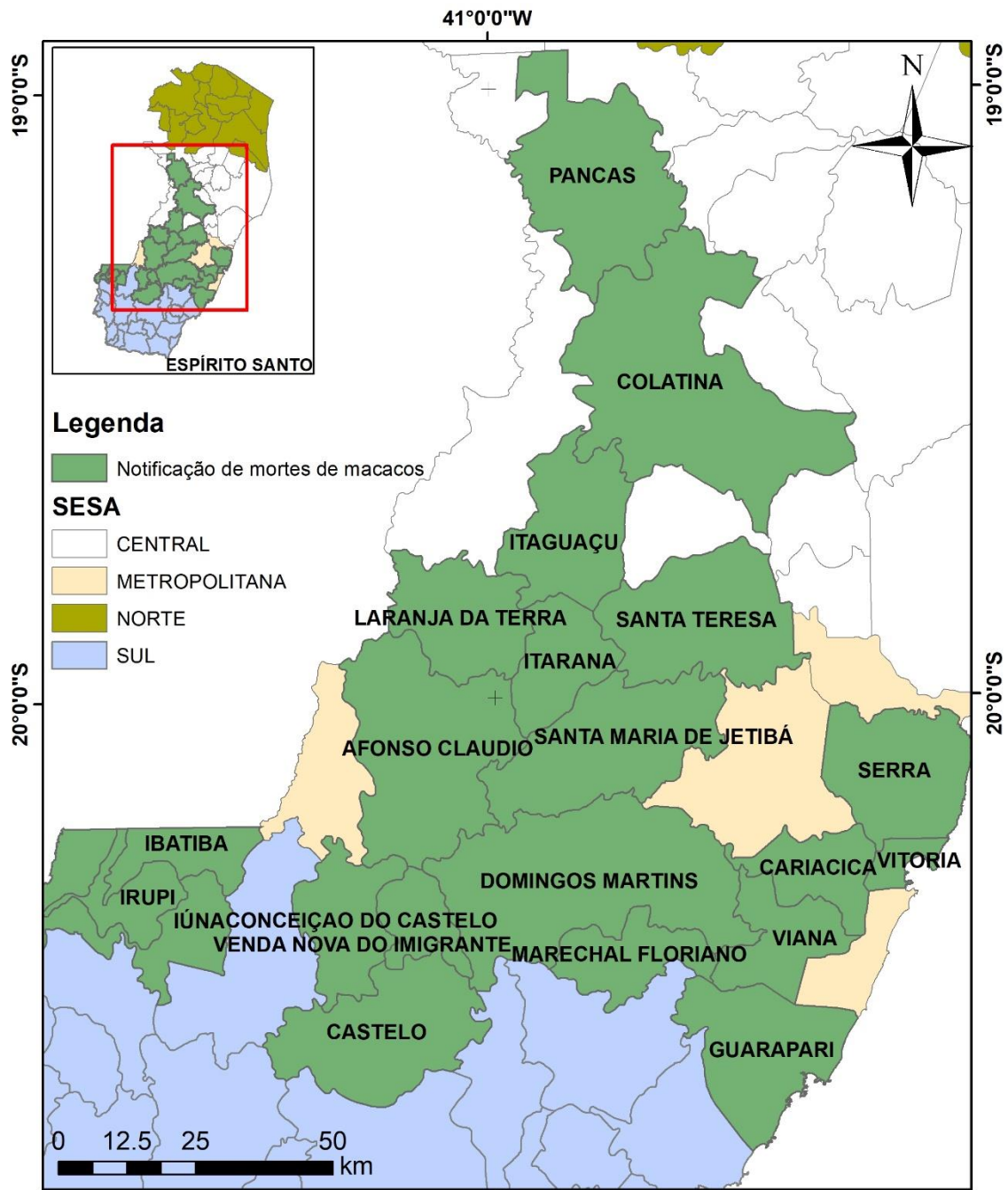
Figura 3 - Casos notificados de febre amarela, por semana, no Espírito Santo de janeiro a março de 2017.



Fonte: Sesa (2017).

Santa Maria de Jetibá, Santa Teresa, Serra, Venda Nova do Imigrante, Viana e Vitória.

Figura 5 - Distribuição geográfica das epizootias em primatas não humanos suspeitas de febre amarela notificadas pela secretaria de Saúde do Espírito Santo até 30 de março de 2017, com data de ocorrência a partir de 20 de janeiro de 2017.



Fonte: SESA - 2017

2.6.10 A Vacina febre amarela (VFA) e as contraindicações

A forma mais eficaz de evitar a doença é por meio da vacinação. No Brasil, o imunizante é desenvolvido pelo laboratório Bio-Manguinhos da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), desde 1937.

A Organização Mundial da Saúde considera que apenas uma dose da vacina já é suficiente para a proteção por toda a vida. No entanto, como medida adicional de proteção, o Brasil, até o final de 2017, adotou esquema de duas doses da vacina: uma aos nove meses de idade e um reforço aos quatro anos.

Em 2018, o Ministério da Saúde passou a aplicar na população dose fracionada da vacina, de forma que a dose padrão (0,5 ml) protege por toda a vida, enquanto a dose fracionada (0,1 ml) protege por pelo menos oito anos.

A vacina, porém, possui algumas contraindicações. Alguns grupos devem evitá-la. A saber:

- a) Crianças menores de 6 meses de idade.
- b) Pacientes com imunodepressão de qualquer natureza.
- c) Pacientes infectados pelo HIV com imunossupressão grave, com a contagem de células CD4 <200 células/mm³ ou menor de 15% do total de linfócitos para crianças menores de 6 anos.
- d) Pacientes em tratamento com drogas imunossupressoras (corticosteroides, quimioterapia, radioterapia, imunomoduladores).
- e) Pacientes submetidos a transplante de órgãos.
- f) Pacientes com imunodeficiência primária.
- g) Pacientes com neoplasia.
- h) Indivíduos com história de reação anafilática relacionada a substâncias presentes na vacina (ovo de galinha e seus derivados, gelatina bovina ou outras).
- i) Pacientes com história pregressa de doenças do timo (miastenia gravis, timoma, casos de ausência de timo ou remoção cirúrgica).
- j) Gestantes. A administração deve ser analisada caso a caso na vigência de surtos.

A vacina que previne na maioria dos casos, pode suscitar, em algumas pessoas, reações de moderadas a graves como: febre, dor de cabeça, dor muscular, inflamação ou infecção no cérebro que pode causar forte dor de cabeça e confusão, meningite, doenças autoimunes com envolvimento do sistema nervoso central e periférico e doença viscerotrópica aguda, infecção multissistêmica generalizada, semelhante às formas graves da doença e até a morte. (BRASIL, 2014)

2.6.11 Doenças associadas à Vacina febre amarela (VFA)

2.6.11.1 Manifestações gerais

Febre, dor de cabeça e dor muscular têm sido os eventos mais frequentemente relatados nos três primeiros dias após a aplicação da vacina contra a febre amarela. (BRASIL, 2014. P.75)

2.6.11.2 Eventos adversos

Eventos adversos associados à VFA podem ocorrer como reações locais e sistêmicas, estas últimas variando de moderadas a graves, inclusive com óbito. (BRASIL, 2014. P.75)

A VFA é administrada pela via subcutânea e a manifestação mais frequentemente referida é a dor no local de aplicação (4% em adultos, e um pouco menos em crianças pequenas), de curta duração (primeiro e segundo dias depois da aplicação), autolimitada e de intensidade leve ou moderada. (BRASIL, 2014. P.75)

2.6.11.3 Eventos adversos graves e Vacina

Os eventos adversos graves incluem as reações de hipersensibilidade, doença neurológica aguda como encefalite, que é uma inflamação ou infecção no cérebro que pode causar forte dor de cabeça e confusão, meningite, doenças autoimunes com envolvimento do sistema nervoso central e periférico e doença viscerotrópica aguda, infecção multissistêmica generalizada, semelhante às formas graves da doença. (BRASIL, 2014. P.76)

No Brasil, segundo o Manual de Vigilância Epidemiológica do Ministério da Saúde (BRASIL, 2014. P.76), entre 2007 e 2012, a incidência de eventos adversos graves

relacionados à vacina contra a febre amarela foi de 42 casos por 10 milhões de doses administradas.

2.6.11.4 Reações de hipersensibilidade associadas à vacina

Anafilaxia (reação alérgica grave que se desenvolve rapidamente, quando a pessoa é exposta a algum produto alergênico ao qual o sistema imunológico desenvolveu sensibilidade. Alguns dos sintomas que podem aparecer são erupção cutânea, pulso baixo, convulsões, incontinência urinária, perda de consciência, súbito ataque cerebral e “choque anafilático”, (que pode ser fatal se não tratado rapidamente) e manifestações alérgicas. São eventos raros, mas podem ocorrer como reação a qualquer um dos componentes da vacina.

De acordo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2014. P. 76), a OMS estima que a frequência de reações tais como *rash*, urticária e asma foi de um caso por 130 mil a 250 mil doses distribuídas e, para as reações anafiláticas, foi de 8 por um milhão de doses distribuídas. No Brasil, em estudos de pós-comercialização, a taxa de anafilaxia foi de 23 casos por 100 milhões de doses aplicadas, para o período de 1999 a 2009. (BRASIL, 2014. P. 76)

2.6.11.5 Doença neurológica aguda associada à VFA (DNA-VFA)

A doença neurológica aguda associada à vacina surge de uma a quatro semanas após a aplicação e, segundo o Manual de Vigilância Epidemiológica do Ministério da Saúde (BRASIL, 2014. P.77), em geral, tem bom prognóstico.

A dor de cabeça intensa e prolongada é um sintoma frequente e pode ocorrer na fase inicial após a vacinação, sendo ainda um sinal de alerta para possíveis complicações.

Segundo o Manual do Ministério da Saúde:

Tanto o sistema nervoso central como o periférico podem ser acometidos. De maneira geral, as complicações neurológicas relacionadas à vacina podem ser causadas diretamente pela invasão do vírus vacinal no sistema nervoso central ou pelas reações inflamatórias e desmielinizantes, representadas por manifestações autoimunes nas quais, anticorpos e/ou células T produzidas em resposta à vacina causam lesão ao sistema nervoso central e periférico. As manifestações causadas diretamente pelo vírus vacinal são denominadas doenças neotrópicas, podendo acometer o encéfalo e as meninges e levar a um quadro de encefalite e/ou meningite. As afecções desmielinizantes podem acometer tanto o encéfalo quanto as raízes nervosas, causando, respectivamente, a encefalomielite aguda disseminada (Adem) ou a síndrome de Guillain-Barré (SGB).(BRASIL, 2014. P.77)

De acordo com o Ministério da Saúde, a frequência estimada de doença neurológica varia entre quatro e oito casos para cada um milhão de doses distribuídas. No Brasil, os casos de doenças neurológicas agudas notificados ao SIEAPV, no período 2007 a 2012, foram de 116 casos, ou seja, 2 casos por um milhão de doses aplicadas. (BRASIL, 2014. P. 77)

As manifestações clínicas dos eventos adversos neurológicos causados pela vacinação são variadas e assemelham-se àquelas comumente verificadas entre os indivíduos não vacinados. Febre, dor de cabeça, alterações do nível de consciência e rigidez de nuca podem estar presentes nos pacientes com meningoencefalite asséptica. (BRASIL, 2014. P. 77)

A paralisia flácida, simétrica e ascendente é um sintoma comumente encontrado nos pacientes com síndrome de Guillain-Barré. Convulsões, alterações da consciência e distúrbios motores também podem estar presentes nos pacientes com encefalomielite aguda disseminada. (BRASIL, 2014. P. 77)

Os eventos adversos neurológicos relacionados à vacina são classificados segundo os níveis de certeza em: possíveis, prováveis e confirmados, de acordo com critérios específicos definidos pela OMS e disponíveis para consulta na página 246 do Manual de Vigilância Epidemiológica do Ministério da Saúde.

2.6.11.6 Doença viscerotrópica aguda associada à vacina febre amarela (DVA-VFA)

De acordo com o Brighton Collaboration Viscerotropic Disease Working Group a doença viscerotrópica aguda associada à vacina febre amarela (DVA-VFA) é definida como uma disfunção aguda de múltiplos órgãos que ocorre após a vacinação. (BRASIL, 2014. P. 77)

Sua gravidade varia desde sintomas leves até um quadro grave de falência de múltiplos órgãos e óbito e a doença é resultante da replicação e da disseminação do vírus 17D ou 17DD demonstrada por estudos virológicos em amostras de necropsia dos pacientes vacinados. (BRASIL, 2014. P. 77)

A frequência estimada para doença viscerotrópica foi de três a quatro casos por um milhão de doses distribuídas de vacinas. (BRASIL, 2014. P. 78)

No Brasil, no período de 2007 a 2012, o risco de doença viscerotrópica aguda relacionada à vacina febre amarela foi de 21 casos, ou seja, 4 casos por dez milhões de doses administradas. (BRASIL, 2014. P. 78)

Em 2009, durante a campanha de vacinação no Estado de São Paulo a frequência foi de 31 casos por dez milhões de doses aplicadas e, no Rio Grande do Sul, a frequência observada foi de 11 por dez milhões doses aplicadas. (BRASIL, 2014. P. 78)

Os sintomas iniciais de DVA-VFA são inespecíficos, incluindo febre, cefaleia, astenia, mialgia, artralgia, náusea, vômito, diarreia e dor abdominal semelhantes às manifestações da doença febre amarela. Com a progressão da doença, pode ocorrer icterícia, trombocitopenia, elevação de transaminases hepáticas, bilirrubinas totais e creatinina. O quadro mais grave é caracterizado por hipotensão, hemorragia, insuficiência renal aguda e insuficiência respiratória. Manifestações menos frequentes incluem rabdomiólise e coagulação intravascular disseminada. (BRASIL, 2014. P. 78)

3 COMUNICAÇÃO PÚBLICA NA MÍDIA IMPRESSA NO ESPÍRITO SANTO – PESQUISA EMPÍRICA E RESULTADOS

3.1 JUSTIFICATIVA

A suspeita de febre amarela em Minas Gerais, estado integrante da região sudeste que faz fronteira com o Espírito Santo, gerou as primeiras matérias na imprensa capixaba sobre o assunto.

Em menos de 15 dias, das primeiras notas nos jornais impressos sobre o tema, o governo anuncia a realização de vacinação cautelar no Estado. Em poucos dias, o caos já estava instalado. A corrida aos postos em busca por uma dose da vacina virou manchete em todos os noticiários.

Diante da quantidade demasiada de informações sobre o assunto a assessoria de imprensa da secretaria de Saúde, aparentemente, trabalhava para minimizar os efeitos de uma possível crise na área.

Foi a partir deste cenário que surgiu na pesquisadora o desejo de entender o trabalho da comunicação pública do governo; de observar para quem a assessoria estava direcionando a sua comunicação e se o trabalho desenvolvido pelos profissionais da secretaria ganhava visibilidade social por meio dos veículos de mídia impressa.

3.2 OBJETIVOS

3.2.1 Objetivo Geral

Entender como a comunicação pública sobre febre amarela foi abordada pela mídia impressa no Espírito Santo, durante surto de febre amarela no estado no primeiro trimestre de 2017.

3.2.2 Objetivo Específico

- a) Identificar os relises sobre febre amarela produzidos pela Comunicação Pública da secretaria de Estado da Saúde no Espírito Santo, no período estudado;
- b) Identificar e classificar o noticiário sobre febre amarela publicado nos jornais *A Gazeta* e *A Tribuna* no período pesquisado;
- c) Verificar se o conteúdo produzido pela comunicação pública institucional foi utilizado pelos diários.
- d) Verificar se o conteúdo divulgado pela Assessoria de Comunicação do governo aproveitado pelos diários apresentou informações de interesse da população de modo a garantir conhecimento social e possibilidade de tomada de decisões.

3.3 METODOLOGIA DE PESQUISA

A pesquisa é de ordem exploratória documental, com abordagem quantitativa e qualitativa. A pesquisa exploratória tem como objetivo trazer novas descobertas, dar luz a situações que necessitem maior conhecimento. (Gil, 2008, p. 27)

A análise documental é importante para o tipo de pesquisa proposta por se tratar de um estudo que utiliza como dados jornais, imagens e relises institucionais. (GIL, 2008, p.147)

Para fazer o tratamento dos dados qualitativos foi utilizada a análise de conteúdo. Segundo Minayo (2014), trata-se de um conceito historicamente construído para dar respostas teórico-metodológicas e que se diferencia de outras abordagens.

Ainda conforme Minayo (2014), não há trabalho de pesquisa social sem proximidade com a realidade. Portanto, a metodologia de pesquisa qualitativa objetiva compreender a relação entre os grupos, instituições, seja na esfera pública ou privada, como no caso desta pesquisa específica, valores, culturas, processos históricos, sociais e de implementação de políticas públicas e sociais.

3.3.1 O cenário da pesquisa

O estudo foi desenvolvido no estado do Espírito Santo pelo fato dos pesquisadores envolvidos atuarem profissionalmente e academicamente nesta localidade. Além disso, é também uma forma de gerar e valorizar conhecimento científico regional no cenário nacional e internacional.

O Espírito Santo foi considerado pela Organização Mundial de Saúde como área de risco para a febre amarela. A recomendação do secretariado da OMS levou em consideração a velocidade de propagação observada no estado, a proximidade da área urbana de Vitória de epizootias e casos humanos em investigação para infecção de febre amarela, assim como a implementação da campanha de vacinação contra febre amarela.

O Espírito Santo faz parte da região sudeste do Brasil. Ocupa área equivalente a 46.077,5 Km², e isso representa 0,54% do território nacional. Possui 78 municípios, 3.514.952 habitantes e a expectativa de vida média é de 73,7 anos. (IBGE, 2017).

3.3.2 Objetos de pesquisa

O objeto desta pesquisa é a Assessoria de Comunicação da Sesa, durante o surto de febre amarela no Espírito Santo, nos meses de janeiro a março de 2017.

3.3.3 Jornais

A escolha da mídia impressa se deu pela facilidade de acesso e recuperação do material publicado sobre o tema. O jornal diário também se constitui em documento e permite uma melhor avaliação dos processos de edição. Desta forma, foram selecionados os jornais A Gazeta e A Tribuna por serem os mais tradicionais, com maior tempo de existência e serem de maior circulação no estado.

3.3.4 Amostra

Para a realização desta pesquisa foram coletadas e analisadas 360 matérias nos dois veículos e 67 relises divulgados pela Assessoria de Comunicação da Sesa entre 1º de janeiro e 31 de março de 2017.

3.3.5 Coleta de Dados

Para a coleta de informações dos jornais foi utilizado o banco de dados digital fornecido pelo jornal A Tribuna e pela aquisição (assinatura) do jornal A Gazeta, também em modelo digital. A seleção das notícias foi feita por meio de parceria com o Observatório Saúde na Mídia – Regional ES (OSM –ES).

A coleta dos dados foi realizada por dois pesquisadores treinados, sendo realizada a calibração das mesmas. O Observatório faz parte do Programa de Extensão “Saúde Coletiva, Comunicação e Cultura”, e conta com financiamento do edital PROEXT 2016 – Ministério da Educação. Este projeto objetiva fomentar a reflexão crítica sobre a mídia, tornando disponíveis seus resultados para a comunidade.

Trata-se de uma iniciativa desenvolvida através do Convênio entre o Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da UFES (PPGSC/UFES) e o Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT/FIOCRUZ), o qual conta com o Observatório Saúde na Mídia, coordenado pelo Laboratório de Comunicação e Saúde (LACES/ICICT/FIOCRUZ).

3.3.6 Análise Quantitativa

Para se entender a proporção e repercussão do assunto tratado, propôs-se a análise quantitativa. Por meio deste tipo de estudo foi possível precisar numericamente a frequência e intensidade do tema analisado dentro dos dois veículos.

As matérias foram classificadas a partir de um formulário no Google Forms, gerando uma planilha com as variáveis: Número de matérias; Período de publicação; Local de publicação; Origem da matéria; Chamada na capa; Uso de elementos de edição; Fontes das matérias; Informativo e Opinativo.

3.3.7 Análise Qualitativa

A análise qualitativa se deu por meio da comparação dos relises divulgados pela Comunicação da Sesa no período pesquisado com as matérias veiculadas pelos dois jornais, diariamente; observou-se também o conteúdo de cada publicação.

Foram verificados e selecionados todos os relises sobre febre amarela publicados no site do governo do estado do Espírito Santo, entre o dia 12 de janeiro de 2017, quando pela primeira vez a secretaria de Saúde abordou o assunto institucionalmente, e 31 de março de 2017, último dia do mês selecionado para a pesquisa.

No período pesquisado, a Sesa publicou 67 relises sobre o assunto. Os textos do governo foram lidos e cada matéria publicada nos jornais A Gazeta e A Tribuna após a publicação da secretaria de Saúde foi criteriosamente analisada, a fim de apurarmos se o conteúdo da comunicação pública havia sido aproveitado de alguma forma pelos veículos e de que maneira.

Após a verificação, as apreciações foram anotadas e, na sequência, o conteúdo analisado, tomando como parâmetro o aproveitamento do conteúdo da comunicação pública e o que de fato poderia ser de interesse público.

A análise dos meses de janeiro, fevereiro e março permitiu conhecer o aproveitamento que os veículos deram ao trabalho da Assessoria de Comunicação da secretaria de Saúde e em que medida o conteúdo repassado contribuiu para a formação cidadã e para a capacidade de tomada de decisão da sociedade.

4 RESULTADOS

4.1 PARTE I – LEVANTAMENTO DE DADOS

Para a realização desta pesquisa foram coletadas e analisadas 360 matérias extraídas dos jornais A Gazeta e A Tribuna e 67 relises divulgados pela Comunicação da secretaria de Estado da Saúde.

Para a coleta de informações dos jornais foi utilizado o banco de dados digital fornecido pelo jornal A Tribuna e pela aquisição (assinatura) do jornal A Gazeta, também em modelo digital. A seleção das notícias foi feita por meio de parceria com o Observatório Saúde na Mídia – Regional ES (OSM-ES).

A coleta dos dados foi realizada por dois pesquisadores treinados, sendo realizada a calibração das mesmas. A calibração de classificação foi construída em semana falsa nos seguintes dias: 14/01, 20/01, 26/01, 01/02, 07/02, 13/02, 19/02, 25/02, 03/03.

O Observatório faz parte do Programa de Extensão “Saúde Coletiva, Comunicação e Cultura”, e conta com financiamento do edital PROEXT 2016 – Ministério da Educação. Este projeto objetiva fomentar a reflexão crítica sobre a mídia, tornando disponíveis seus resultados para a comunidade.

Trata-se de uma iniciativa desenvolvida por meio do Convênio entre o Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da UFES (PPGSC/UFES) e o Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT/FIOCRUZ), o qual conta com o Observatório Saúde na Mídia, coordenado pelo Laboratório de Comunicação e Saúde (LACES/ICICT/FIOCRUZ). (Anexo I)

4.2 ANÁLISE QUANTITATIVA

Para se entender a proporção e repercussão do assunto tratado, utilizou-se a análise quantitativa. Por meio deste tipo de estudo é possível precisar numericamente a frequência e intensidade do tema analisado dentro dos dois veículos.

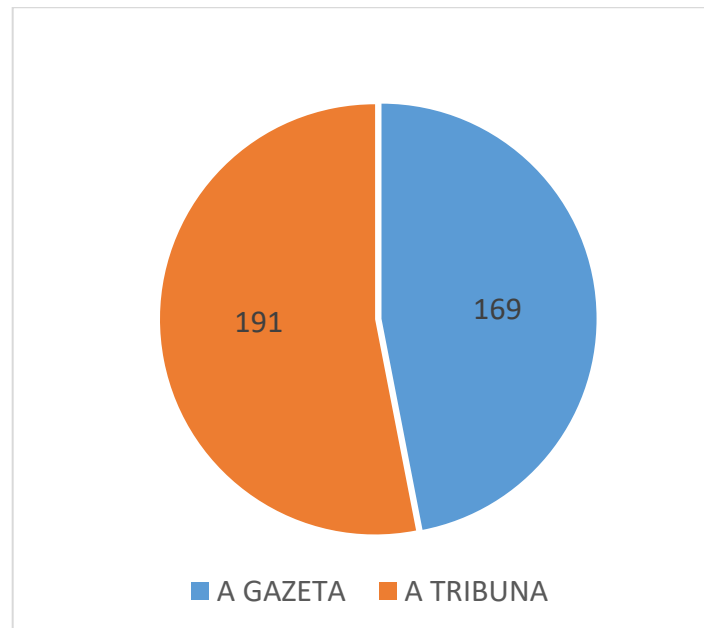
As matérias foram classificadas a partir de um formulário no Google Forms, gerando uma planilha com as variáveis:

- a) Número de matérias;
- b) Período de publicação;
- c) Local de publicação;
- d) Origem da matéria;
- e) Chamada na capa;
- f) Uso de elementos de edição;
- g) Fontes das matérias;
- h) Espaço (Informativo ou Opinativo)

4.2.1 Frequência de matérias

Foram quantificadas as matérias relacionadas à febre amarela selecionadas nos jornais, no período estabelecido. Foram publicadas 169 matérias sobre febre amarela no jornal A Gazeta e 191 em A Tribuna nos três meses analisados. Vide .

Gráfico 1 - Total de matérias sobre febre amarela veiculadas em A Gazeta e A Tribuna entre janeiro e março de 2017.



Fonte: Elaborado pela autora.

4.2.2 Período de publicação

As publicações tiveram início no dia 8 de janeiro, com matéria veiculada no jornal A Gazeta, no Caderno Especial Minas Gerais. Foi uma nota pequena que destacou as suspeitas no Estado mineiro.

O jornal A Tribuna publicou a primeira matéria sobre o assunto no dia 14 de janeiro, já a partir das comunicações realizadas pela secretaria de Estado da Saúde.

Os jornais publicaram, diariamente, informações sobre a febre amarela durante todo o mês de janeiro e início de fevereiro, com uma pausa na semana da crise na segurança pública do Estado. Em março, os dois veículos divulgaram com intensidade nos primeiros 20 dias, mas depois o assunto começou a perder o destaque inicial e a atenção para o tema diminuiu, mas permaneceu no noticiário até o dia 31 de março, porém de forma mais branda.

4.2.3 Local de publicação

Das 169 matérias publicadas no jornal A Gazeta, 91% foram na editoria de Cidades as demais ganharam espaço em outros cadernos como Economia, Esportes, Opinião, Política, Polícia e Colunas Sociais.

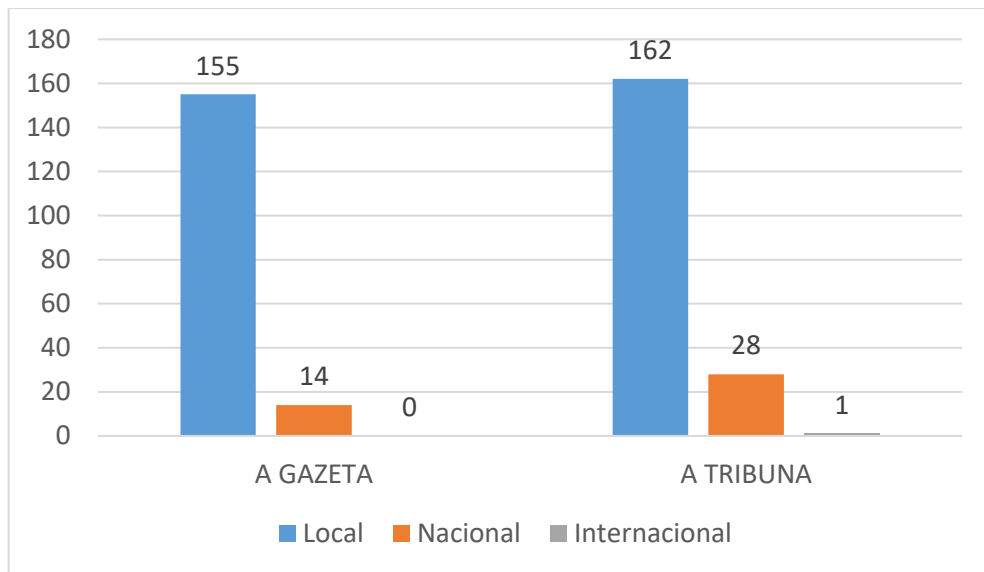
No jornal A Tribuna das 191 matérias veiculadas 42% foram na editoria de Cidades, 25% Reportagens Especiais, 14% AT2 e 7% opinião.

4.2.4 Origem da matéria

Como as primeiras matérias sobre o tema foram sobre o surto no Estado de Minas Gerais, fez-se necessário incluir na pesquisa a origem da reportagem. No jornal A Gazeta, 14 matérias tiveram origem nacional, as demais 155 foram produzidas pela redação local.

No Jornal A Tribuna, 28 matérias publicadas tiveram produção nacional, 162 elaboradas pela equipe no Estado e uma internacional.

Gráfico 2 - Frequência que o assunto febre amarela teve como origem acontecimentos no Estado do ES, em âmbito nacional e internacional.

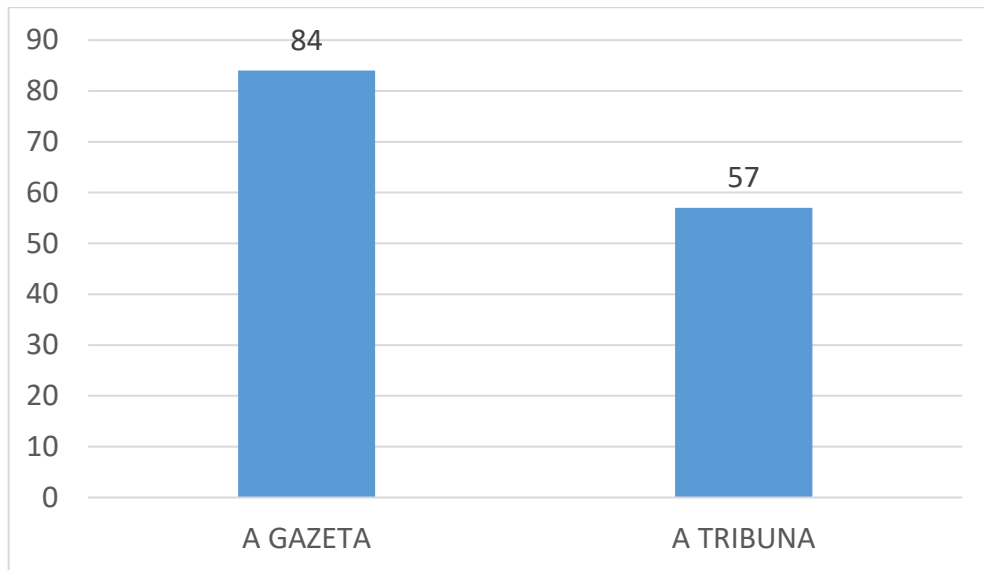


Fonte: Elaborado pela autora

4.2.5 Chamada na capa

O jornal A Gazeta abordou o assunto febre amarela 84 vezes na capa do diário e o jornal A Tribuna 57 vezes. (Gráfico 3)

Gráfico 3 – Frequência que o assunto febre amarela ganhou visibilidade na capa dos diários A Gazeta e A Tribuna entre janeiro e março de 2017.



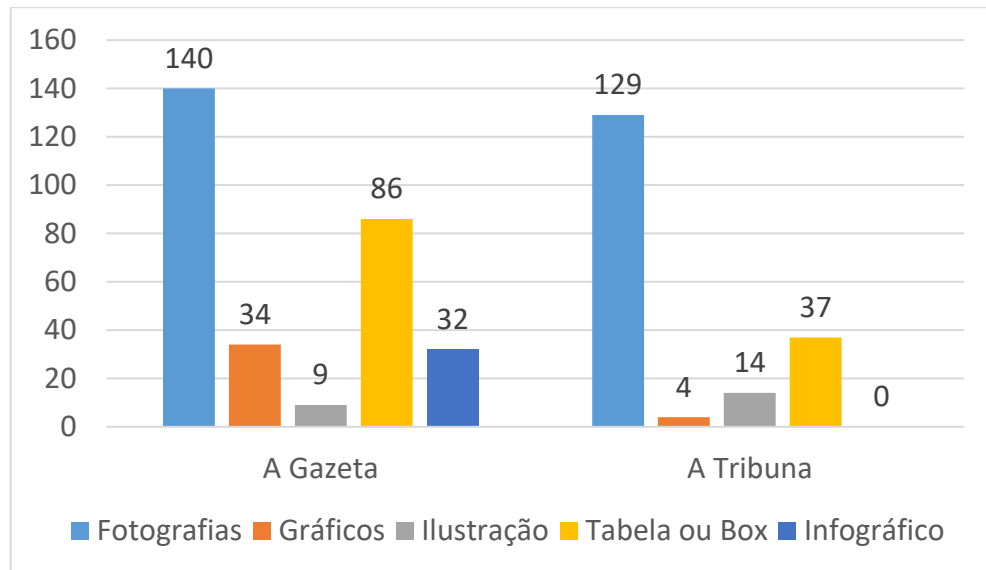
Fonte: Elaborado pela autora

4.2.6 Uso de elementos de edição:

Neste item foram verificados os elementos de edição das matérias como: fotografias, ilustrações, infográficos, quadros ou tabelas e gráficos.

O jornal A Gazeta utilizou os recursos citados acima 148 vezes no período (Gráfico 4)

Gráfico 4 - Frequência que os diários A Gazeta e A Tribuna utilizaram elementos de edição nas matérias sobre febre amarela entre janeiro e março de 2017.

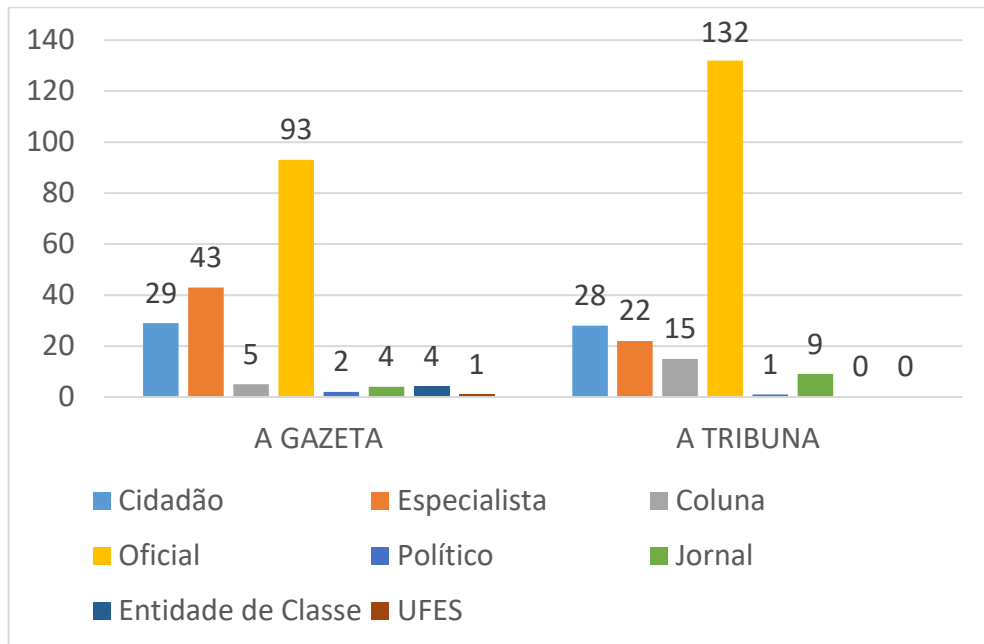


Fonte: Elaborado pela autora

4.2.7 Fontes das matérias

Este é um espaço na pesquisa dedicado a identificar as fontes citadas nas matérias nos dois diários, sendo classificadas em fontes oficiais (Ministério da Saúde, secretaria de Estado da Saúde, prefeituras municipais), fontes especialistas (pesquisadores, profissionais da área médica), fontes representantes de Entidades de Classes (ONG, associação de moradores, sindicatos, conselhos), cidadãos, outras fontes ou sem referência a fontes. (Gráfico 5)

Gráfico 5 – Frequência de fontes consultadas sobre o assunto febre amarela durante o período pesquisado.



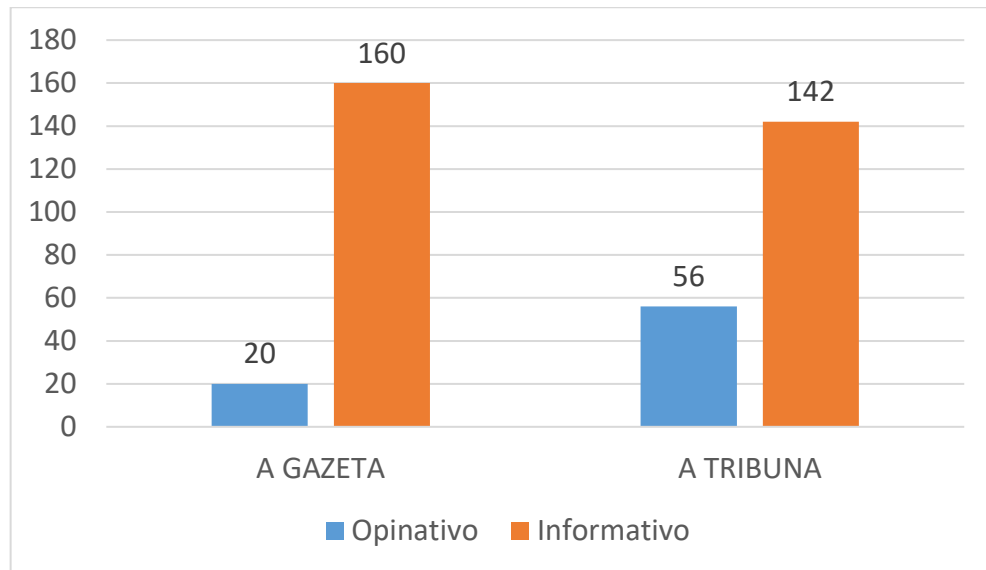
Fonte: Elaborado pela autora.

4.2.8 Espaço (Informativo ou Opinativo)

Este é um espaço na pesquisa dedicado a identificar as matérias veiculadas com informações acerca do fato ou opinião do veículo ou especialista sobre o assunto.

(Gráfico 6)

Gráfico 6 - Frequência de matérias informativas ou opinativas refletindo o posicionamento do jornal ou de alguma fonte.



Fonte: Elaborado pela autora.

4.3 PARTE II – ANÁLISE DO CONTEÚDO COLETADO

A análise do conteúdo coletado se deu a partir das informações divulgadas pela Assessoria de Comunicação da Sesa, no site oficial do governo do estado. Todos os relises publicados foram comparados com as matérias veiculadas pelos dois jornais, diariamente, e foi observado o conteúdo de cada publicação.

Por meio deste levantamento, buscou-se verificar se os veículos aproveitaram as informações do governo e sob quais pontos de vista.

4.3.1 Janeiro

No dia 8 de janeiro, o jornal A Gazeta divulgou a primeira matéria sobre febre amarela. Foi dedicado um espaço pequeno no caderno “Notícias de Minas”, com o título “*Caratinga investiga febre amarela*”. A nota destaca que, em menos de um mês, cinco pessoas morreram com sintomas semelhantes à febre amarela silvestre. (Figura 6)

Figura 6 - Jornal A Gazeta do dia 8/1/2017 exibe primeira notícia sobre a febre amarela registrada em Minas Gerais.



Fonte: Jornal A Gazeta (2017).

No dia 10 de janeiro, o veículo volta a noticiar no caderno "Notícias de Minas", desta vez com o título "Febre amarela: 14 mortes investigadas". A matéria informa que foram notificados 23 casos da doença, aborda as formas de contágio, o início das notificações, a vacinação, a solicitação ao ministério da Saúde de novas

vacinas e o último registro da doença no Brasil. A fonte oficial foi a secretaria de Saúde de Minas Gerais. (Figura 7)

Figura 7 - Jornal A Gazeta do dia 10/1/2017. O jornal exibe a segunda notícia sobre a situação da febre amarela em Minas Gerais.

AGAZETA
TERÇA, 10 DE JANEIRO DE 2017

CIDADES | 13

NOTÍCIAS DE MINAS

CONTAGEM

Mais de 250 kg de maconha são apreendidos
A Polícia Civil prendeu em flagrante dois homens suspeitos de tráfico de drogas em Contagem, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Eles estavam com 265 quilos de maconha, de acordo com a investigação. Além da droga, um carro e R\$ 1,8 mil foram apreendidos. Segundo a polícia, os dois homens agiam em Betim e Contagem. FOTO: TV Globo

INTERIOR DE MINAS

Febre amarela: 14 mortes investigadas

Vacina está disponível nos postos, diz governo

▲ A Secretaria de Saúde de Minas Gerais informou ontem que investiga 14 mortes por suspeita de febre amarela em cidades do interior do Estado. Ao todo, 23 casos suspeitos da doença foram notificados.

A secretária disse também que entre os 23 casos investigados, 16 são considerados prováveis, pois os pacientes apresentaram critério de caso suspeito, segundo o Guia de Vigilância em Saúde e com exame laboratorial preliminar positivo, realizado pela Fundação Ezequiel Dias (Funed). A confirmação ainda depende de investigação. Segundo a secretária, todos os pacientes são homens, aposentados ou agricultores, e moram em área rural.

A secretária afirmou ainda que a transmissão na área rural está relacionada ao mosquito, o Haemagogus. A febre amarela também é transmitida pelo Aedes aegypti, mas somente em ambiente urbano. Não há suspeita em áreas urbanas.

As notificações começaram na última quinta-feira. A secretária alertou para atualização de vacinas para quem for viajar para estas cidades. As vacinas estão disponíveis e um reforço no estoque já foi solicitado ao Ministério da Saúde.

O último caso de febre amarela rural foi registrado em Minas em 2009. Já a urbana não é registrada desde 1942.

BELO HORIZONTE

“É pouca UPA para muita gente”, declarou prefeito

▲ O prefeito Alexandre Kalil (PHS) visitou, ontem, a Unidade de Pronto-Atendimento (UPA) do bairro Primavera de Maio, na Região Norte de Belo Horizonte. De acordo com ele, a região tem uma demanda muito grande de pacientes, e uma nova unidade está sendo construída nas proximidades. “O problema aqui é pouca UPA para muita gente”, declarou.

Segundo a assessora da Prefeitura de Belo Horizonte, a unidade ficará no bairro Azeiteiro. Conforme a Secretaria Municipal de Saúde, atualmente, cada uma das nove regiões da cidade conta com uma UPA.

De acordo com Kalil, visitas como a desta segunda-feira serão rotina na administração dele.

Segundo Kalil, um levantamento sobre os médicos da prefeitura será feito. Questionado sobre a realização de concurso para contratação de novos profissionais,





Fonte: Jornal A Gazeta (2017).

No dia 11 de janeiro, no mesmo caderno “Notícias de Minas”, o jornal A Gazeta veicula notícia com o título: “Cidades começam a vacinar contra a febre amarela”. A matéria informa que, nas localidades com suspeita de febre amarela em humanos e suspeita de morte de macacos, terá início a vacinação domiciliar. A reportagem apresenta ainda os nomes das cidades com registros de casos suspeitos, o número de doses de vacina disponíveis e de casos notificados.

No dia 12 de janeiro, o jornal A Gazeta divulgou no caderno “Notícias de Minas” a confirmação de seis mortes por febre amarela. A esta altura o número de casos

inexistência de casos confirmados da doença no Espírito Santo há pelo menos 50 anos.

Além disso, uma fonte técnica da secretaria informou os procedimentos em relação às dosagens da vacina e também à população que precisava ser vacinada no momento. O texto indica ainda uma plataforma na internet com orientações sobre países com recomendações e exigências da vacina, caso algum morador local precisasse se deslocar para alguma região nesta situação.

Para finalizar, o texto apresenta informações sobre a doença em si, tais como sintomas e forma de contágio. E encerra informando que o último caso de febre amarela no Brasil foi em 1942, no Acre.

O relise, do início ao fim, trouxe informações sobre a doença tratada como algo distante, como se o Espírito Santo estivesse isento de tê-la. Como algo acometido apenas por localidades vizinhas ou distantes, e assim fosse permanecer.

Figura 10 - Jornal A Gazeta do dia 12/1/2017

AEDES AEGYPTI É TRANSMISSOR

Risco de febre amarela no Estado

Dezessete macacos com suspeita da doença foram encontrados mortos no Espírito Santo

BRUNELA ALVES RIBEIRO
briverio@redgazeta.com.br

Dezessete macacos foram encontrados mortos com suspeita de febre amarela no Espírito Santo. A Secretária de Estado da Saúde do Estado (Sesa), no entanto, confirmou a morte de apenas 10 animais, sendo seis em Ibatiba (Sul do Estado) e quatro em Colatina, no distrito de Itapina (Nordeste).

A existência dos outros sete foi relatada pela Prefeitura de Pancas, por meio da superintendência-geral. Segundo o município foram encontrados sete animais da espécie barbado (bugio) próximo à estrada em Córrego Floresta, no distrito de Laginha de Pancas.

A médica infectologista Martina Zanotti, responsável pelo programa de imunização da Sesa, explica que, se o macaco estiver infectado com febre amarela e um mosquito pi-

cá-lo, o vírus fica encubado no inseto e, assim, pode ser transmitido para humanos. "A febre amarela silvestre são esses casos mais recentes, porque a febre amarela urbana, que é dentro da cidade, a gente já não tem no Brasil desde 1942. Mas a silvestre é transmitida através de picada de mosquito silvestre, que pica o macaco infectado e depois pica o humano".

A médica também informou que o grande risco para a área urbana é que o mosquito *Aedes aegypti* também pode transmitir a doença. "Se esse mosquito pica alguém infectado que veio da mata, pode ter o risco de acontecer a doença aqui."

Outra preocupação é a proximidade do Espírito Santo com Minas Gerais e a vinda de turistas, uma vez que o Estado mineiro registrou 48 casos suspeitos de febre amarela e há 14 mortes sob investigação.

De acordo com o superintendente de Pancas Rodrigo Bernardi, a po-



Martina Zanotti: preocupação com turistas de Minas

pulação recebeu orientação técnica sobre contato com esses animais. Bernardi afirmou que o Ministério da Saúde está monitorando toda a área próxima à divisa de Minas Gerais para realizar uma ação incisiva com reforço da vacinação contra a febre amarela.

A Secretaria de Estado

da Saúde (Sesa) informou que há 50 anos não há registro de febre amarela em humanos e animais no Estado. As mortes dos macacos estão sendo investigadas e, até agora, não há confirmação da doença. O material será analisado no Instituto Evandro Chagas, no Rio de Janeiro. O resultado sai em 20 dias.

EM ALERTA

"TURISTAS PODEM SER VACINADOS NO ESTADO"

Martina Zanotti
Infectologista

A infectologista Martina Zanotti detalha como se prevenir, em que casos a vacina é indicada e quais são os sinais da doença.

A população do Espírito Santo precisa se vacinar?

A princípio, quem não vai viajar para área endêmica não precisa se vacinar. O Espírito Santo é uma área livre de febre amarela.

Os turistas mineiros que chegam ao Estado estão sendo vacinados?

Sim. Se ele não foi vacinado em Minas Gerais, e procurar um unidade de saúde no Estado.

Como se pega febre

amarela?

Através da picada do mosquito. A febre amarela silvestre nas matas se pega através do mosquito *haemagogus* e *sabethes*. E nas áreas urbanas pode pegar através do mosquito *Aedes aegypti*.

Existe risco da febre amarela chegar ao Estado pela proximidade com Minas Gerais?

Sim, existe. **Quais são os sintomas?**

Febre, mal-estar, dor de cabeça, dor no corpo, são os sintomas de uma virose habitual. Com o passar dos dias, ela pode ir complicando com manifestação hemorrágica, icterícia, que é a coloração amarela da pele e dos olhos.

O que fazer para se prevenir?

Se proteger do mosquito e tomar a vacina.

Fonte: Jornal A Gazeta (2017).

O jornal A Tribuna no dia 14 de janeiro publicou sua primeira reportagem sobre o assunto: "Surto de febre amarela em Minas Gerais deixa Espírito Santo em alerta". "Este ano, 38 pessoas morreram com suspeita da doença em municípios mineiros. Aqui no Estado, 54 macacos foram achados mortos e se investiga se foram vítimas da febre" (Figura 11)

Figura 11 - Jornal A Tribuna do dia 12/1/2017



Fonte: Jornal A Tribuna (2017).

Em sua primeira abordagem sobre o assunto, o jornal A Tribuna publicou uma matéria especial onde apresenta casos de pessoas com viagens marcadas para locais de risco, um tira-dúvidas com informações diversas sobre a febre amarela, a procura por vacinas por turistas, a morte de macacos e uma lista com os locais de vacinação.

Na mesma data, 14 de janeiro, a comunicação da Sesa divulgou relise (Figura 12) com o título: "Sesa: moradores de 23 cidades da divisa com Minas serão imunizados contra febre amarela". O texto informa que o Ministério da Saúde vai enviar mais doses da vacina contra a febre amarela para ação de bloqueio nas 23 cidades que fazem divisa com Minas Gerais. Reiterou a ausência de casos da doença no Espírito Santo, informou a metodologia de distribuição das vacinas para os municípios, destacou os riscos da vacina para grupo específico de pacientes e reforçou a necessidade de vacina apenas para quem iria se dirigir a área de risco.

Lista ainda os nomes dos 23 municípios que fazem divisa com Minas Gerais, fez um quadro com orientações para vacinação contra a doença, apresentou as contraindicações da vacina e detalhes sobre a doença como sintomas, formas de contágio e o último registro da doença em área urbana.

Figura 12 - Relise divulgado pela Comunicação da Sesa em 14/1/2017.

2017-5-7

Governo ES - Sesa: moradores de 23 cidades da divisa com Minas serão imunizados contra febre amarela
Governo do Estado do Espírito Santo

Governo ES

14/01/2017 19h06 - Atualizado em 14/01/2017 19h10

Sesa: moradores de 23 cidades da divisa com Minas serão imunizados contra febre amarela

A Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) informou ao Ministério da Saúde sobre o cenário no Estado e quantitativo de macacos mortos encontrados em municípios capixabas. Diante disso, o Ministério da Saúde irá enviar, a partir de segunda-feira (16), 350 mil doses da vacina contra febre amarela para ação de bloqueio nos 23 municípios capixabas que tem limite com o Estado de Minas Gerais e onde foram encontrados macacos mortos. Esta é uma medida preventiva diante dos casos crescentes em Minas Gerais, uma vez que, até o momento, não há confirmação da doença no Estado.

A Secretaria também solicitou o envio de 15 mil doses por mês para garantir o atendimento aos turistas que vem ao Estado neste período de férias. Hoje, a Sesa recebe 5 mil doses, por mês, do Ministério da Saúde.

As vacinas serão distribuídas a estes municípios, que são responsáveis pela organização e aplicação da vacina em sua população. A vacinação contra febre amarela segue critérios recomendados pelo Programa Nacional de Imunização, e todos os municípios recebem orientações técnica sobre qual público deve ser vacinado e em qual situação deve ser aplicada a vacinação, ou seja, não pode ser administrada em qualquer pessoa, devendo seguir indicações e esquema vacinal (confira tabela abaixo).

O Ministério da Saúde alerta que, nos casos de pacientes com imunodeficiência, a administração da vacina deve ser condicionada à avaliação médica de risco-benefício. Pessoas com histórico de reação alérgica à substâncias presentes na vacina (ovo de galinha e seus derivados, gelatina e outros produtos com proteína bovina), além de pacientes com histórico anterior de doenças do timo (miastenia gravis, timoma, ausência de timo ou remoção cirúrgica) também deve buscar orientação profissional.

A Sesa reforça que quem mora nos outros municípios do Estado não precisa ser vacinado, a menos que vá se deslocar para áreas de risco. Desde 2014, o Ministério da Saúde passou a recomendar a aplicação de duas doses da vacina contra febre amarela, válidas para a vida toda, e não mais uma dose a cada dez anos. Por isso, quem planeja sair do estado e viajar para áreas de risco de febre amarela deve se certificar de que está devidamente protegido contra a doença. O viajante deve buscar uma unidade municipal de saúde caso ainda não tenha tomado a primeira dose da vacina ou a dose de reforço. Se for a primeira vez que a pessoa é vacinada, a dose deve ser aplicada pelo menos dez dias antes da viagem para que o organismo produza anticorpo contra a doença.

Quanto aos viajantes internacionais, alguns países exigem a apresentação do Certificado Internacional de Vacinação ou Profilaxia (CIVP), que é obtido mediante apresentação do Cartão Nacional de Vacinação – comprovante válido em todo o território brasileiro – em um Centro de Orientação do Viajante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). No Espírito Santo, o Centro de Orientação do Viajante funciona no aeroporto de Vitória.

Lista dos 23 municípios:

1. Água Doce do Norte
2. Alto Rio Novo
3. Baixo Guandu
4. Barra de São Francisco
5. Brejetuba
6. Divino São Lourenço
7. Dorcas do Rio Preto
8. Guacui
9. Ibatiba
10. Ibitirama
11. Irupi
12. Itana
13. Laranja da Terra
14. Mantenedora
15. Montanha
16. Mucuri
17. Pancas
18. Afonso Cláudio
19. Ecoporanga
20. Colatina
21. Itaguçu
22. Governador Lindenberg
23. Conceição do Castelo

Orientação para vacinação contra febre amarela para residentes em área com recomendação da vacina ou viajantes para essa área

Fonte: Sesa (2017).

O relise da Sesa foi publicado somente às 19h06 e atualizado às 19h10, e pautou os jornais que circularam no dia seguinte. A capa de A Gazeta deu a chamada: “*Febre amarela: 23 cidades vão receber doses da vacina*”. O assunto também ganhou espaço na capa de A Tribuna: “*Moradores de 23 municípios do Estado vão ser vacinados contra febre amarela*”.

Os dois jornais aproveitaram as informações do texto na íntegra nas edições do dia 15 de janeiro. A Tribuna incluiu a opinião de uma infectologista quanto à ação do governo.

No dia 16 de janeiro, o jornal A Gazeta publicou na chamada de capa: *“Casos suspeitos de febre amarela no Estado deixam Saúde em alerta” “secretaria Estadual de Saúde confirmou duas notificações e casos serão investigados. Pacientes estão internados e são de regiões onde foram encontrados macacos mortos.”*

A Sesa é a fonte oficial na matéria e confirma a notificação de dois casos suspeitos. O coordenador do Núcleo de Doenças Infecciosas da Ufes, Reynaldo Dietz, também foi fonte na matéria e relatou a taxa de letalidade da febre amarela: 20% e da dengue: 1%.

O assunto também ganhou destaque na capa de A Tribuna: *“Estado já tem dois pacientes com suspeita de febre amarela.” “Um é morador de Conceição do Castelo, na região Serrana, e está internado desde sexta-feira. O outro caso suspeito foi registrado em São Roque do Canaã, na região Noroeste.”*

Nesta matéria, a Sesa foi fonte, mas foram ouvidos também representantes das secretarias municipais. As informações divulgadas no último relise institucional da secretaria de Saúde foram aproveitadas.

No dia 17 de janeiro, o assunto febre amarela foi novamente capa do jornal A Gazeta: *“Filas e confusão na busca por vacina da febre amarela” “Suspeita de dois casos no interior do estado fez a população correr para os postos de saúde. Houve tumulto na Glória. Especialista alerta que não há razão para pânico”.*

O Jornal A Tribuna, no mesmo dia, também destacou o aumento da procura por vacina nos postos de saúde:

“Procura aumenta e já falta vacina nos postos” “Só em Vitória duas mil pessoas foram vacinadas nos últimos quinze dias. Ontem de manhã teve fila e distribuição de senha em várias unidades de saúde. À tarde o estoque acabou. O mesmo ocorreu em outros municípios. O Ministério da Saúde deve enviar amanhã 350 mil doses ao Estado.”

Neste dia, 17 de janeiro, o governo do estado convocou coletiva de imprensa para prestar esclarecimentos sobre a situação epidemiológica do Espírito Santo em relação à febre amarela.

No dia seguinte, 18 de janeiro, a entrevista coletiva realizada na tarde anterior com o secretário estadual de Saúde, Ricardo de Oliveira, foi chamada de capa do jornal A Gazeta.(Figura 13)

"Doença assusta capixabas" " febre amarela: secretário reforça que não há razão para pânico" "o número de casos suspeitos subiu ontem de 2 para 4, mas o secretário de saúde, Ricardo de Oliveira, afirmou que o Espírito Santo continua não sendo uma área de risco. O Estado vai receber 500 mil doses da vacina contra a doença, e 26 municípios do interior terão prioridade."

A matéria destaca a alta procura nos postos e a falta de vacinas em algumas regiões, e apresenta o posicionamento do governo, que pede cautela da população. O texto volta a falar sobre os macacos com suspeita da doença, casos de humanos com suspeita de febre amarela no interior do Espírito Santo e, sobre os riscos da vacina, neste caso, utiliza como fonte não só o governo do estado, mas um profissional da área médica especialista em infectologia e sem ligações com a administração pública.

A matéria volta a apresentar o mapa da doença com formas de contágio, regiões com orientação para vacinação da população e histórico recente da febre amarela no Brasil.

Figura 13 - Jornal A Gazeta de 18/1/2017.

REPORTAGEM ESPECIAL

FEBRE AMARELA

“NÃO HÁ MOTIVO PARA PÂNICO NO ESTADO”

Secretário apela para que só vá aos postos quem for viajar

**CARLA SÁ
RAQUEL LOPES**

A preocupação com os casos suspeitos de febre amarela no Estado fez a população buscar unidades de saúde para se imunizar contra a doença. Mas o secretário de Saúde do Estado, Ricardo de Oliveira, garante: “não há nenhum motivo para pânico e nem corrida aos postos de vacina. O Espírito Santo continua não sendo uma área de risco”.

Enquanto isso, 500 mil doses estão previstas para chegar ao Estado e a prioridade é vacinar moradores de 26 municípios, principalmente os que estão na divisa com Minas Gerais. Também é recomendada a imunização para quem for viajar para locais de risco.

“Não há nenhum caso confirmado nem em macacos nem em homens por aqui. E em Minas Gerais as suspeitas são de regiões silvestres, não urbanas, fora das cidades”, reforçou o secretário. Para proteger a população do Espírito Santo preventivamente, entregando a Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) em conjunto com o Ministério da Saúde farão o que chamam

de vacinação castelatar. Serão 500 mil doses que chegam em duas levadas. A primeira remessa, de 350 mil, deve ser entregue em Vitória hoje, no fim do dia, e depois será encaminhada para três regiões de saúde do Estado, uma em Colatina, outra em São Mateus e a terceira em Cachoeiro. Só então, os municípios poderão buscar a medicação. A previsão é de que as vacinas sejam aplicadas a partir da próxima segunda-feira.

Semana passada, a Sesa havia divulgado uma lista com 23 municípios que são prioridade para receber as doses. Esse número subiu para 26 porque entraram São Roque do Canaã, Venda Nova do Imigrante e São Gabriel da Palha.

A ação de imunizar a população nesses lugares visa fazer uma barreira para que, se algo for confirmado em Minas, não haja transmissão da doença para o Espírito Santo. “Quando usamos a estratégia de colocar vacinação nos limites, é para proteger todo o Estado. Não há necessidade de fazer vacinação em massa”, explica o secretário.

Outra remessa de imunização, de 150 mil, chega até o fim desta semana. Também serão repassadas doses para outras cidades, além das 26 que têm preferência, incluindo a Grande Vitória, mas em menor quantidade. Não foi divulgado quanto cada local receberá.

PEDIDO

“Pedimos encarecidamente à população que não procure os postos se não precisar”

RICARDO DE OLIVEIRA
SECRETÁRIO DA SAÚDE

BOM SENSO

A recomendação é de que, fora dos 26 municípios listados pela Sesa, apenas sejam imunizadas pessoas que tem viagem para locais de risco, como é o caso de algumas áreas de Minas Gerais.

O secretário ressaltou que se alguém for até uma unidade de saúde dizendo que vai viajar, sem ser essa a realidade, vai acabar tirando a dose de alguém que efetivamente precisa ir até uma área de risco e deveria ser imunizado.

“Estamos apelando para o bom senso da população”, salientou Oliveira. “Peço encarecidamente à população que não procure os postos se não precisar”, completou.



Posto de saúde de Itaparica, em Vila Velha, ficou lotado de pessoas buscando vacina

Fonte: A Gazeta (2017).

O jornal A Tribuna do dia 18 de janeiro também trouxe o assunto na capa da edição:

“Estado vai receber 500 mil doses da vacina contra febre amarela” “Vacinas chegam esta semana e parte será destinada à Grande Vitória. Secretário de Estado da Saúde afirma que não há razão para pânico nem necessidade de corrida aos postos.”

O veículo dá visibilidade à falta de vacina nos postos e à expectativa da chegada de mais doses ao estado. Também destaca a fala do secretário Ricardo de Oliveira, quanto à falta de razão para pânico. Ao mesmo tempo, o jornal enfatiza as confusões registradas nos postos de saúde.

Figura 15 - Relise divulgado pela Comunicação da Sesa em 19/1/2017

2017-5-7

Governo ES - Febre amarela: Secretaria de Saúde convoca municípios a combaterem o *Aedes aegypti*
Governo do Estado do Espírito Santo

Governo ES ^{1/1}

19/01/2017 18h16

Febre amarela: Secretaria de Saúde convoca municípios a combaterem o *Aedes aegypti*

A Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) reuniu, na tarde desta quinta-feira (19), os municípios capixabas que, por enquanto, precisam vacinar somente quem vai viajar para áreas de risco. O secretário da pasta, Ricardo de Oliveira, pediu o apoio dos secretários de saúde desses municípios na intensificação do combate ao mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da doença na área urbana.

"Quem está preocupado com a febre amarela precisa colaborar com a eliminação do *Aedes aegypti*, que continua sendo encontrado principalmente no ambiente doméstico. Mesmo os municípios que não estão na zona de fronteira com Minas Gerais podem ajudar muito neste momento convocando a população para combater o mosquito, pois assim vamos evitar que a doença chegue até nós", argumentou o secretário.

Oliveira ressaltou que vacinação é coisa séria. Ele afirmou, ainda, que se o mais adequado fosse vacinar toda a população do Espírito Santo, assim seria feito. "Neste momento, a estratégia é fazer o bloqueio na região próxima a Minas Gerais, onde foram confirmados casos da doença, e nos municípios onde foram encontrados macacos mortos, o que deixa o governo estadual e as administrações municipais em alerta. O objetivo da vacinação de bloqueio é imunizar esse grupo de pessoas que está mais exposto e quebrar a cadeia de transmissão da doença", detalhou Oliveira.

Participaram também da reunião técnicos da área de Vigilância em Saúde da Secretaria de Estado da Saúde, entre eles o chefe do Núcleo de Vigilância Ambiental, Roberto Laperrière Junior; a chefe do Núcleo de Vigilância Epidemiológica, Célia Birchler; e a coordenadora do Programa Estadual de Imunizações, Danielle Grillo.

Danielle disse que foi realizada uma reunião com profissionais da área de imunização de todos os municípios capixabas, na manhã desta quinta (19), e foi enfatizado que outras cidades podem ser incluídas na estratégia de vacinação cautelar, caso registrem morte de macacos por suspeita de febre amarela ou tenham casos suspeitos da doença em humanos. Ela reforçou as orientações passadas pelo secretário.

Assessoria de Comunicação da Secretaria de Estado da Saúde

Jucilene Borges

jucileneborges@saude.es.gov.br / asscom@saude.es.gov.br

Juliana Rodrigues

julianarodrigues@saude.es.gov.br

Ana Carolina Costa

Fonte: Sesa (2017).

No dia seguinte, a informação publicada pelo governo foi destaque na capa do jornal *A Gazeta*:

"Casos suspeitos no Espírito Santo sobem para seis" "Febre amarela: Minas confirma oito mortes e ES prepara barreira" "Governo estadual vai criar uma faixa de vacinação nas cidades localizadas na divisa com Minas Gerais, onde a doença já matou oito pessoas. Doses chegam hoje a 26 municípios e já poderão ser aplicadas."

Na edição do dia 19 de janeiro, o jornal *A Tribuna* publicou na capa: "*Estado já tem seis casos suspeitos de febre amarela*". O jornal, novamente, destaca o "*avanço do vírus*" e também a suspeita de mortes após aplicação da vacina. Na matéria principal o diário informou sobre o número de casos suspeitos no Espírito Santo, a situação dos pacientes internados, a chegada de novas doses da vacina, a prioridade para a vacinação, informou o nome das cidades que terão vacina cautelar, quem deve se vacinar e contraindicações à vacina.

O veículo utilizou as informações divulgadas pela Assessoria de Comunicação da Sesa, mas deu destaque aos casos em investigação no estado. Já o jornal A Gazeta utilizou o mesmo foco do *relise* divulgado pela Assessoria de Comunicação. Os dois jornais utilizaram a mesma fotografia, de autoria do fotógrafo do governo, para ilustrar suas matérias.

No dia 20 de janeiro, o Jornal A Gazeta deu a seguinte notícia: “*Saúde Pública*” “*Febre amarela: secretário orienta população a evitar áreas de floresta*”. O título se manteve na capa, mas perdeu o destaque em função da morte trágica do ministro Teori Zavascki, relator da operação Lava Jato⁶ no STF.

A matéria sobre febre amarela informou sobre o encontro realizado no dia anterior entre governo e secretarias municipais que ainda não faziam parte da região de bloqueio. O texto abordou também uma nova armadilha contra o mosquito *Aedes aegypti*, a redução no tempo para a divulgação dos resultados dos exames, as formas de contágio e sintomas da doença, destacou que quem precisa viajar está ficando sem a vacina e também uma pequena matéria sobre a suspeita da vacina ter causado algumas mortes. A edição traz um box com mapa com as regiões onde é recomendada a vacina e os locais onde foram encontrados macacos mortos.

O jornal A Tribuna trouxe na capa a chamada: “*Vacina na Grande Vitória contra febre amarela a partir de segunda*”. A matéria destaca a chegada de novas vacinas para atendimento à população. O texto reforçou as reclamações por conta do tempo de espera para tomar a vacina e alta procura nos postos. Também chamou a atenção para o aumento de casos da doença no Espírito Santo, voltou a reforçar os dados epidemiológicos em Minas Gerais, novamente trouxe informações sobre a forma de contágio, o que é a doença, contraindicações da vacina, e mais uma vez destacou o medo das pessoas.

No dia 20 de janeiro, o jornal A Gazeta, mesmo que tenha optado por enquadramento diferente ao do governo do estado, aproveitou as informações principais passadas pela Comunicação da Sesa no dia anterior.

⁶ A Operação Lava Jato é uma investigação comandada pela Polícia Federal que apura o envolvimento de empresários de grandes empresas e políticos no país, num grande esquema de lavagem de dinheiro que movimentou bilhões de reais em propina. Mais de cem pessoas foram presas e condenadas. A Polícia Federal considera-a a maior investigação de corrupção na história do país.

O Jornal A Tribuna buscou outro foco. Utilizou o secretário de estado da Saúde como fonte, mas abordou temas mais ligados ao tumulto em torno da vacina. Novamente, o jornal optou por valorizar o medo das pessoas em vir a contrair a febre amarela; um exemplo disso é o título “Assustada com casos”. A nota retrata o medo de uma mulher, moradora de Venda Nova do Imigrante, região serrana do estado, que diz que tem medo de ter a doença e que assim que a vacina estiver disponível vai “correr” para tomá-la. (Figura 16)

Figura 16 - Jornal A Tribuna do dia 18/01/2017.

um caso suspeito, e Atracuz. AO TODO, JA TOTALIZAM COMITADOS ... DIA E NOROESTE DO RIO DE JANEIRO.

SAIBA MAIS

Contraindicação

> A VACINA é contraindicada para gestantes; mães que amamentam crianças com menos de 6 meses de vida; crianças menores de 6 meses de vida; pessoas com mais de 59 anos – a não ser em caso de extremo risco e com orientação médica; alérgicos a ovo; quem tomou e teve reação; e pessoas com deficiência do sistema imune.

O que levar para a vacinação

> A PARTIR DE HOJE, vários municípios da lista de prioritários começam a vacinar. Cada secretaria tem a sua estratégia, mas a indicação geral é levar as carteiras de vacinação e do SUS.

O que é a febre amarela?

> É UMA DOENÇA infecciosa febril aguda, que pode até levar à morte em cerca de uma semana sem tratamento.

> DE QUEM É INFECTADO pelo vírus, 50% não têm sintoma algum e 50%

PREVENÇÃO

Assustada com casos

A jornalista Elisângela Curty, de 43 anos, moradora de Venda Nova do Imigrante, disse que está assustada com os últimos casos suspeitos de febre amarela no Estado.

“Infelizmente a gente que não está muito próximo do problema acaba relaxando, mas tendo a vacina disponível vou correr para tomar. Os casos surgem do nada e chegam de forma avassaladora.”



têm sintomas semelhantes aos da dengue, como febre alta, dor de cabeça e dor no corpo por 5 dias. A partir do 3º dia, a grande maioria dos pacientes começa a melhorar. Mas quem tem um quadro grave pode ter essa melhora e depois voltar a piorar com febre alta, forte enjoo, sangra-

mentos de gengiva e digestivo, vômito com sangue, com falhas nos rins e até entrar em coma e chegar à morte.

> OS MACACOS não transmitem a doença para o ser humano, mas podem ser picados e terem a doença.

> NÃO HÁ tratamento específico, só dos sintomas e a prevenção com vacina.

Fonte: Jornal A Tribuna (2017).

No dia 20 de janeiro, a Assessoria de Comunicação da Sesa divulgou informação de que o governo havia solicitado mais 500 mil doses de vacina ao Ministério da Saúde. Naquele dia, o secretário de Saúde, Ricardo de Oliveira, concedeu novamente entrevista coletiva à imprensa onde divulgou ainda a ampliação da área de vacinação cautelar.

A Comunicação oficial do governo reforçou a importância do combate ao mosquito *Aedes aegypti*, informou sobre o número de casos suspeitos e destacou informações

como contraindicações para a vacina, as ações adotadas pelo poder público diante do quadro epidemiológico da doença e informações sobre as formas de contágio, sintomas e prevenção. (Figura 17)

Figura 17 - Relise divulgado pela Comunicação da Sesa em 20/01/2017.

Governo do Estado do Espírito Santo

Governo ES 

20/01/2017 17h38 - Atualizado em 20/01/2017 17h42

Febre amarela: Secretaria de Saúde solicita mais 500 mil doses de vacina ao Ministério da Saúde

A Secretaria de Saúde do Espírito Santo (Sesa) solicitou ao Ministério da Saúde mais 500 mil doses da vacina contra febre amarela para ampliar a área de vacinação cautelar. A informação foi anunciada pelo secretário da pasta, Ricardo de Oliveira, em entrevista coletiva concedida na tarde desta sexta-feira (20). Como medida de precaução, mais 11 municípios capixabas vacinarão suas populações.

Segundo Oliveira, a decisão foi tomada durante a reunião do gabinete de monitoramento, e levou em consideração a morte de macacos por suspeita de febre amarela em zona de mata dentro do Espírito Santo, além da proximidade geográfica entre esses municípios e a ligação que eles mantêm entre si e com a região capixaba que faz fronteira com Minas Gerais por meio da faixa contínua de floresta. “Esses municípios vão replicar a barreira de proteção do nosso Estado contra a febre amarela. Estamos tomando uma medida de precaução”, comentou o secretário.

Os municípios que vão receber a vacina são: Marilândia, Domingos Martins, Itarana, Santa Teresa, Castelo, Iconha, Muniz Freire, Águia Branca, São Domingos do Norte, Santa Leopoldina e Santa Maria de Jetibá. Outros 26 municípios já receberam doses da vacina para imunizar suas populações, com orientação da Secretaria de Estado da Saúde para que vacinem primeiro quem mora na zona rural e depois as pessoas que residem na área urbana.

Os 26 municípios são: Águia Doce do Norte, Alto Rio Novo, Baixo Guandu, Barra de São Francisco, Brejetuba, Divino de São Lourenço, Dolores do Rio Preto, Guaçu, Ibatiba, Ibitirama, Irupí, Itana, Laranja da Terra, Mantenedópolis, Montanha, Mucurici, Pancas, Afonso Cláudio, Ecoporanga, Colatina, Itaguaçu, Governador Lindenberg, Conceição do Castelo, Venda Nova do Imigrante, São Roque do Canaã e São Gabriel da Palha.

Nesta semana, o Espírito Santo recebeu um total de 500 mil doses da vacina contra febre amarela do Ministério da Saúde – 350 mil chegaram na quarta-feira (19) e 150 mil nesta sexta (20). Sobre a solicitação de mais 500 mil doses, o Ministério da Saúde ainda não informou quando o quantitativo será enviado, mas a Secretaria de Estado da Saúde espera que seja já na próxima semana. Além de serem usadas na vacinação cautelar nos 11 municípios, as doses serão distribuídas entre as cidades capixabas que continuam com a recomendação de vacinar somente quem vai viajar para área de risco fora do Estado.

O secretário Ricardo de Oliveira também reforçou, durante a coletiva, a orientação de combater o mosquito *Aedes aegypti*. “A população de todos os municípios capixabas podem e devem ajudar a combater o mosquito, que é o transmissor da febre amarela na área urbana. Basta tirar 10 minutos do dia, uma vez por semana, para eliminar os focos do *Aedes aegypti* dentro de casa. Quem fizer isso vai contribuir muito para proteger a si mesmo, a família e o vizinho”, comentou.

Casos suspeitos

Fonte: Sesa (2017).

No dia seguinte, a chamada na capa do jornal *A Gazeta* foi: *“Febre amarela: Estado vai receber mais 500 mil doses de vacina”*. A matéria destaca o aumento de casos da doença e a inclusão de novos municípios na área de vacinação cautelar.

O veículo reproduziu uma entrevista do jornal *O Globo* com o presidente da Sociedade Brasileira de Virologia, Maurício Lacerda Nogueira, que defendeu a necessidade da vacina em todo o estado, fala contrária à apresentada pelo governo até então. O especialista disse:

““A cobertura vacinal é muito baixa, principalmente na região próximo à divisa com Minas. Se é que existe alguma cobertura vacinal. Para o vírus não existem fronteiras. É tudo uma mata só. Então o risco de a doença chegar a cidades e se espalhar é maior. Se uma pessoa adoecer e for para a cidade, outras pessoas estarão expostas”, declarou.”

Após declaração do médico, a reportagem segue informando que outros especialistas em saúde no estado concordam com a afirmação do infectologista, mas *“No entanto, isso não significa que a população deve entrar em pânico.”*

A matéria destacou ainda a importância do combate ao mosquito *Aedes aegypti*, e trouxe com detalhes as cidades onde o bloqueio vacinal estava acontecendo e os postos onde teriam vacinação. Trouxe ainda discursos da população sobre a dificuldade de conseguir a dose da vacina.

No jornal A Tribuna a febre amarela foi manchete de capa mais uma vez:

“33 bairros vão ter vacina contra febre amarela a partir de segunda” “São bairros de Vitória, Vila Velha, Cariacica e Guarapari. Na Serra, locais ainda estão sendo definidos. O Estado vai receber mais 500 mil doses para ampliar área de atendimento.”

A matéria abordou principalmente informações sobre os locais de vacinação e o aumento de casos da doença. O veículo também reproduziu a matéria do jornal O Globo com especialista falando sobre a vulnerabilidade do Espírito Santo e a necessidade de estender a cobertura vacinal para todo o estado.

No geral, neste dia, os dois veículos abordaram o conteúdo divulgado pela Sesa. Porém, os enfoques que cada diário deu ao assunto, principalmente reproduzindo a matéria do jornal O Globo, coloca mais uma vez em questão a credibilidade do governo diante a situação epidemiológica corrente no estado. A fala do especialista não só contesta um posicionamento adotado pelo poder público como também, mais uma vez, amedronta a população.

Na edição do dia seguinte, 22 de janeiro, o medo mais uma vez presente. A capa do jornal exibe um pequeno resumo, em três chamadas, sobre a situação do Espírito Santo: *“Primeira suspeita de morte é de Ibatiba” “Dois macacos já morreram com a doença no interior” “Um milhão de doses de vacina vão chegar”*

A primeira morte por suspeita da doença foi relatada com detalhes e por familiares da pessoa falecida. A edição do dia trouxe informações sobre o resultado do exame que confirma febre amarela em macaco no interior do estado.

O Jornal A Tribuna também deu destaque para a suspeita da primeira morte por febre amarela no Espírito Santo. Destacou os casos em investigação no estado, relatou a confirmação de febre amarela em macaco, informou sobre as formas de contágio da doença, voltou a utilizar a frase *“avanço do vírus”* para informar que o estado solicitou

mais vacinas ao governo federal e também “*Há risco de a febre vir para a área urbana*”, dando mais uma vez ênfase ao discurso do medo, mas sem explicar com detalhes os riscos da febre amarela urbana.

Nesta edição, os dois veículos utilizaram as informações divulgadas pela Assessoria de Comunicação da Sesa. O relise, divulgado no dia anterior, traz as informações detalhadas sobre a confirmação de febre amarela em macaco, a confirmação de febre amarela silvestre no estado, as cidades com vacinação cautelar, as orientações para vacina, os casos suspeitos e as ações do governo. (Figura 18)

Figura 18 - Relise divulgado pela Comunicação da Sesa em 21/1/2017.

Governo ES ⁽¹⁾

21/01/2017 12h50

Saúde: exame confirma febre amarela em macaco

A Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) recebeu, na noite desta sexta-feira (20), os primeiros resultados das análises enviadas para o Instituto Evandro Chagas, no Pará. Os exames comprovaram que os macacos encontrados em Irupí e Colatina eram positivos para febre amarela.

“Temos a confirmação de que o Espírito Santo tem a febre amarela silvestre. Nossa estratégia já estava sendo feita prevendo que esse resultado pudesse acontecer. Portanto, a estratégia para essas áreas não muda, as pessoas continuam se vacinando. Vale uma recomendação mais forte para as pessoas que precisam se deslocar para essas áreas. Não é recomendável ir para essas áreas de floresta no Estado agora se não estiver vacinado, e se tiver que ir, é necessário usar repelente e roupa de manga cumprida para se proteger do mosquito transmissor. A população também pode ajudar a evitar a febre amarela urbana, eliminando os focos do mosquito *Aedes aegypti*, responsável por transmitir a doença nas cidades”, disse o secretário de Estado da Saúde, Ricardo de Oliveira.

A Sesa já havia adotado medidas preventivas com a vacinação cautelar nos moradores dos municípios que fazem divisa com Minas Gerais e nos municípios onde foram encontrados macacos mortos com suspeita de febre amarela: Água Doce do Norte, Alto Rio Novo, Baixo Guandu, Barra de São Francisco, Brejetuba, Divino de São Lourenço, Dolores do Rio Preto, Guaçuí, Ibatiba, Ibitirama, Irupí, Ituna, Laranja da Terra, Mantenópolis, Montanha, Mucurici, Pancas, Afonso Cláudio, Ecooporanga, Colatina, Itaguaçu, Governador Lindenberg, Conceição do Castelo, Venda Nova do Imigrante, São Roque do Canaã e São Gabriel da Palha.

Nesta sexta-feira (20), diante da avaliação diária realizada pelo Gabinete de Monitoramento, esta medida cautelar foi ampliada para 11 novos municípios. Esta decisão levou em consideração a morte de macacos por suspeita de febre amarela em zona de mata dentro do Espírito Santo, além da proximidade geográfica entre esses municípios e a ligação que eles mantêm entre si e com a região capixaba que faz fronteira com Minas Gerais por meio da faixa contínua de floresta.

Para a imunização dos moradores de Marilândia, Domingos Martins, Itarana, Santa Teresa, Castelo, Iconha, Muniz Freire, Águia Branca, São Domingos do Norte, Santa Leopoldina e Santa Maria de Jetibá, a Sesa solicitou 500 mil doses ao Ministério da Saúde. As doses devem chegar na próxima semana.

A orientação da Secretaria de Estado da Saúde é que vacinem primeiro quem mora na zona rural e depois as pessoas que residem na área urbana. Para o restante do Estado, a recomendação de vacinação continua a mesma: apenas pessoas que vão viajar para regiões silvestres, rurais ou de mata localizadas em áreas de risco para febre amarela, inclusive nestes municípios do Espírito Santo, que estão realizando a vacinação cautelar.

Com a confirmação da febre amarela silvestre, a Sesa solicitou ao Ministério da Saúde mais 500 mil doses, totalizando 1 milhão de novas doses da vacina contra a febre amarela, para reforçar a vacinação no Estado.

Fonte: Sesa (2017).

O material divulgado pela Assessoria de Comunicação apresenta informações técnicas, mas com linguagem didática e de fácil compreensão. Tratado com seriedade, no entanto, os dois diários optaram por uma linha de divulgação alarmista. As palavras e frases utilizadas, os enquadramentos, evocam o medo.

No dia 24 de janeiro, a Sesa divulgou dois *relises*, um falando sobre uma reunião com órgãos de meio ambiente para discutir febre amarela e outro sobre a confirmação da doença em humano no Espírito Santo. O segundo assunto ganhou destaque no jornal A Gazeta.

O jornal priorizou o primeiro caso confirmado da doença, informou sobre o estado do paciente, lembrou da morte de uma pessoa que estava com suspeita de febre amarela; novamente a edição mostrou o mapa da doença no Espírito Santo, relatou a alta procura por vacina e as longas filas nos postos de saúde e falou sobre a prioridade da vacina.

A Tribuna também destaca a confirmação de primeiro caso de febre amarela em humano no estado, mas utiliza como fonte, na capa do diário, o Ministério da Saúde, no restante da matéria a fonte foi a Sesa. O jornal trouxe algumas informações divulgadas pela secretaria em texto publicado no site do governo. O jornal também exibiu depoimentos de familiares de pessoas internadas com suspeita da doença, mostrou também a procura por vacina, a superlotação nas filas dos postos de saúde, a chegada de novas vacinas e uma matéria relatando a morte de novos macacos em Domingos Martins.

A Sesa, há alguns dias, já vinha deixando de divulgar informações sobre morte de macacos porque, segundo o que foi relatado nos relises e nas próprias matérias, isso estava incentivando a população a matar os primatas; independentemente disso, A Tribuna divulgou a informação. As notícias do governo do estado novamente foram aproveitadas, mas os dois veículos sempre acrescentam informações extras que acabam mantendo o medo e a preocupação dos leitores.

No dia 24 de janeiro, o governador Paulo Hartung se reuniu com o secretariado para debater a febre amarela e o ajuste fiscal. A assessoria do governador emitiu uma nota sobre isso. No dia seguinte, o jornal A Tribuna, apenas, comentou a manifestação do governador em seu perfil numa rede social onde afirma que o governo está mobilizado em resolver o problema da febre amarela.

Em 25 de janeiro, os dois diários abordaram a morte de mais dois pacientes com suspeita de febre amarela. Ambos utilizaram como fonte a Sesa, mas o órgão não publicou nada em seu site sobre as mortes.

No dia 26 de janeiro, o jornal A Gazeta publicou a notícia divulgada pelo Governo sobre as armadilhas contra o *Aedes aegypti*. Abordou o roubo de vacinas por mãe e filha em um posto de saúde em Cariacica, a grande procura por vacina nos postos, a repercussão das mortes junto às famílias, denúncia de venda de senhas para

conseguir vacina, além da discussão por parte do Ministério da Saúde sobre o estado vir a ser área de risco.

No jornal A Tribuna o roubo das vacinas por mãe e filha ganhou mais destaque do que a confirmação de uma morte por febre amarela. O veículo abordou ainda a chegada de novas vacinas, a confirmação da primeira morte por febre amarela, a venda de senhas nos postos de saúde e as armadilhas contra o *Aedes aegypti*.

Nesta data, os dois veículos abordaram a informação divulgada pela Sesa no dia anterior.

Figura 19 - Site do Governo do Estado do ES do dia 25/1/2017.



Fonte: Sesa (2017).

No dia 26 de janeiro, o governo do estado divulgou informações com atualização dos dados epidemiológicos da doença, orientações para doação de sangue para quem tomou a vacina e o fechamento de parques estaduais como medida preventiva no intuito de preservar visitantes e funcionários do contato com o vírus da febre amarela silvestre.

No dia 27 de janeiro, o caso febre amarela não teve visibilidade na capa do jornal A Gazeta, mas ocupou quatro páginas da editoria de Cidades. O jornal publicou a atualização do número de casos notificados e ampliação da vacinação, destacou a presença de representante do Ministério da Saúde no estado para reforçar o combate à doença, destacou a notícia do governo do fechamento de quatro parques estaduais; o diário abordou, também, os riscos da vacina, os casos de pessoas que foram

vacinadas e sofreram reação, mostrou ainda o caso de pacientes que escondem sintomas para vacinar, e a queda no estoque de sangue no hemocentro de Colatina.

No jornal A Tribuna do dia 27 de janeiro, a chamada de capa foi o anúncio do governo do fechamento de parques estaduais por conta da febre amarela. O veículo voltou a divulgar o número de casos notificados e apresentou a história de outras famílias que viviam a incerteza da doença; publicou também a aquisição de novas doses da vacina, a prisão de mãe e filha por roubarem doses da vacina, informações gerais sobre a doença como formas de contágio e prevenção, um infectologista da Fiocruz explicando possíveis causas e desenvolvimento do ciclo da febre amarela, e um alerta de infectologistas sobre os riscos da vacina.

Mais uma vez, as informações do governo do estado foram aproveitadas na íntegra pelos dois jornais que não se limitaram a informações oficiais, mas buscaram outros pontos de vista e outras informações acerca da doença.

No dia 30 de janeiro, a Sesa divulgou um texto com informações atualizadas sobre os casos de febre amarela no Espírito Santo. O relise também informou que o Estado iria solicitar mais doses da vacina, explicou a criação da Sala de Situação, trabalho realizado em parceria com o Ministério da Saúde e a Organização Panamericana de Saúde com o objetivo de monitorar a situação dos pacientes com suspeita da doença, o trabalho da Funasa, o envio de medicamentos para municípios e a necessidade de doação de sangue.

O Jornal A Gazeta do dia 31 de janeiro destacou a quantidade de macacos mortos no Estado, abordou a confirmação da segunda morte por causa da doença, exibiu as confusões nas filas nos postos de saúde.

O Jornal A Tribuna do mesmo dia apresenta novamente relatos de pessoas que estavam com suspeita da doença, abordou as novas doses de vacina que chegarão ao estado e os postos onde estão sendo aplicadas a vacina na Grande Vitória.

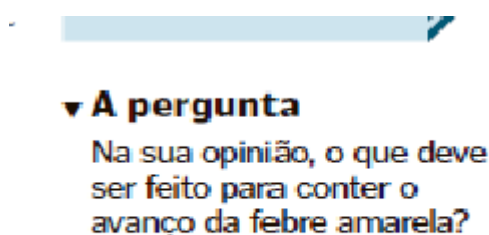
Neste dia, os veículos aproveitaram em parte o material do governo. A Sala de Situação, por exemplo, não ganhou repercussão alguma neste dia. O mais evidente abordado por ambos os veículos foram os dados epidemiológicos da doença.

4.3.2 Fevereiro

No dia 1º de fevereiro a Assessoria de Imprensa da Sesa divulgou um relise apresentando dados da febre amarela como o número de notificações recebidas, quantitativo de casos confirmados e em investigação, número de mortes e altas hospitalares.

Na coluna “Fala Leitor” do jornal A Gazeta do dia 1º de fevereiro, o veículo faz a seguinte pergunta aos leitores: *“Na sua opinião, o que deve ser feito para conter o avanço da febre amarela?”* (Figura 20) A matéria sobre a doença ganhou uma pequena chamada na capa e uma matéria com três páginas na editoria de Cidades.

Figura 20 - Fala, Leitor - Editoria de Opinião do Jornal A Gazeta do dia 1/2/2017.



Fonte: Jornal A Gazeta (2017).

O veículo deu destaque à morte de uma pessoa que estava internada com suspeita de febre amarela. O caso ocorreu em Colatina, região noroeste do Espírito Santo. O jornal utilizou como fonte a Sesa e o relise divulgado pela secretaria no dia anterior com dados atualizados apontando os números da doença no estado.

A matéria trouxe também uma entrevista com o diretor do Instituto Evandro Chagas, Pedro Vasconcelos, onde ele explica que os riscos de uma transmissão em área urbana são quase nulos. Neste dia, o jornal trouxe também uma matéria com a chamada *“Caso de polícia”*, onde retrata o roubo de vacinas na cidade de Santa Leopoldina.

O jornal A Tribuna do dia primeiro de fevereiro trouxe como destaque a confirmação de duas mortes por febre amarela e seis em investigação. O jornal contraria o jornal A Gazeta que divulgou a confirmação de três mortes. As confirmações em ambos

jornais são atribuídas à Sesa. Em relise, divulgado no dia anterior, o órgão informou a confirmação de duas mortes e não três. Neste caso, A Gazeta errou.

A Tribuna apresentou os dados epidemiológicos da doença fornecidos pelo governo e focou nas histórias das pessoas internadas com suspeita da doença. Também informou sobre um movimento nos hospitais da rede privada no intuito de capacitar os profissionais da saúde para atendimento específico de casos de febre amarela. O diário também dedicou amplo espaço com entrevista com o diretor do Instituto Evandro Chagas onde ele explica que o risco de a doença chegar na Grande Vitória é mínimo. Na mesma página o jornal trouxe informações sobre os macacos mortos e a chegada de mais vacinas ao estado.

Mais uma vez a Assessoria de Imprensa da secretaria de Saúde utilizou o recurso da entrevista coletiva e conseguiu espaço nos dois diários. As informações que também foram repassadas no texto publicado no site do governo foram aproveitadas nos dois jornais.

No dia 2 de fevereiro, na coluna “Fala Leitor” o jornal A Gazeta pergunta novamente aos leitores: *“Na sua opinião, o que deve ser feito para conter o avanço da febre amarela?”* Neste dia, o assunto não foi capa do veículo, mas ganhou espaço na coluna Victor Hugo.

A primeira nota abordou a utilização de templos e espaços religiosos para aplicação da vacina em Vitória e a segunda teve um tom mais político revelando o descontentamento da classe empresarial com o fechamento do Parque da Pedra Azul por causa da febre amarela (Figura 21). Uma terceira nota na coluna abordou a visita que um representante do Ministério da Saúde faria no dia seguinte ao estado.

Figura 21 - Notas publicadas na Coluna Victor Hugo, do dia 2/2/2017.

8 | **CIDADES** AGAZETA
QUINTA, 02 DE FEVEREIRO DE 2017

lximenes@redgazeta.com.br
VICTOR HUGO
Leonel Ximenes

O prefeito de Colatina, Sérgio Meneguelli, foi visto, sábado, cuidando de um jardim público em Colatina. Está sendo considerado o João Dória dos pobres.

Igrejas de Vitória ajudam na vacinação
Três igrejas colocaram seus templos à disposição da Prefeitura de Vitória para ajudar na vacinação da população contra a febre amarela: são duas evangélicas – Igreja Batista de Jardim Camburi e Igreja Batista independente de Jabour – e uma católica – São Francisco em Jardim da Penha). Nesses locais, junto com a Praia do Suá, a PMV identificou um movimento de procura pela vacina muito maior que o esperado.

Rede ampliada
Na semana que vem a Secretaria Municipal de Saúde (Semus) vai avaliar se será necessário ampliar as unida-



Turismo prejudicado
Donos de hotéis e pousadas de Pedra Azul estão reclamando da queda do movimento de hóspedes, inclusive com cancelamento de reservas. “O governo acabou fazendo propaganda negativa ao fechar o Parque da Pedra Azul por causa da febre amarela. Isso espalhou o pânico”, lamenta um empresário do setor.

Mãos à obra
A vereadora Neuzinha de Oliveira (PSDB) informa que fez uma indicação à Prefeitura de Vitória para que sejam feitas a limpeza e a reforma da Praça João Climaco, que vem sofrendo com sujeira e abandono, conforme publicou ontem a coluna.

Me inclui fora
Por falar na vereadora, ontem, na reunião da Comissão de Acessibilidade da Câmara, Neuzinha disse que precisava de um batom. David Esmael passou na hora na frente dela, que pediu: “David, me empresta o seu?”. “Não mexo com isso”, respondeu logo.

Fonte: Jornal A Gazeta (2017).

Na editoria de Cidades o jornal destaca o aumento de mortes por suspeita da doença. Retrata os casos em investigação, apresenta informações sobre a doença, destaca mais uma vez a venda de senhas e confusões nos postos de vacina, além do treinamento que profissionais da saúde receberam do diretor do Instituto Evandro Chagas.

No dia 2 de fevereiro, o assunto febre amarela ganhou espaço na capa do jornal A Tribuna. O veículo trouxe na chamada que médicos orientam como se prevenir da doença sem a vacina.

Na editoria de Cidades o jornal destaca a morte de um lavrador de 30 anos com suspeita da doença. O texto enfatiza o acontecimento em si, resgata o histórico das mortes anteriores e apresenta os dados epidemiológicos divulgados pela Sesa.

A edição deste dia trouxe a entrevista de uma especialista médica na área de dermatologia dando dicas sobre as formas de prevenção com a utilização de repelentes, por exemplo, contra o mosquito. Na mesma página, há um box informando os locais de vacinação.

Na edição deste dia, os dois diários aproveitaram as informações divulgadas pelo governo.

No dia 3 de fevereiro, o jornal A Gazeta publicou na capa da edição: *“PREOCUPAÇÃO” “Febre amarela: Estado registra mais mortes, e procura pela vacina cresce”*. Mantém a pergunta na coluna “Fala Leitor”: *“Na sua opinião, o que deve ser feito para conter o avanço da febre amarela?”*

Na editoria de Cidades o título é: *“ Número de mortes cresce e causa correria em busca por vacina” “Vale até comprar lugar na fila e dormir na porta do posto para garantir as doses”*. A matéria utilizou como fonte as secretarias municipais. Destacou mais uma morte por suspeita de febre amarela, utilizou como fonte a secretaria de Saúde de Colatina, município ao norte do Espírito Santo, mas utilizou os dados epidemiológicos divulgados pela Sesa no estado.

O Jornal A Tribuna do dia 3 de fevereiro traz uma matéria na página 4, editoria de Cidades, sobre novo lote de vacinas que o Espírito Santo vai receber do Ministério da Saúde. A matéria utiliza os dados do governo do estado e também apresenta números do Ministério da Saúde.

O veículo apresenta mais um caso de morte por febre amarela confirmado pelo Ministério da Saúde. Na matéria a Sesa não confirma esta morte e informa que será divulgado novo boletim. O diário publica dados epidemiológicos já divulgados pela secretaria de estado da Saúde e também uma matéria com o perfil da maioria das vítimas.

Neste dia, percebe-se que os jornais começam a dedicar menos espaço para o assunto. A Gazeta o abordou em apenas uma página e A Tribuna em duas; no entanto, as informações da Sesa ficaram restritas aos dados epidemiológicos que foi o divulgado nos relises da secretaria.

No dia 4 de fevereiro, o jornal A Gazeta trouxe na capa:

“Após vacina, três são internados em estado grave” “Causas das internações ainda são investigadas, mas reação à vacina é o mais provável.” Pelo terceiro dia consecutivo, mantém a pergunta na coluna “Fala Leitor”: *Na sua opinião, o que deve ser feito para conter o avanço da febre amarela?*

A matéria na editoria de Cidades ocupou página inteira e retratou a situação de pessoas que tomaram a vacina, tiveram reação e foram internadas. A secretaria da

Saúde confirmou a informação na matéria, e o secretário Ricardo de Oliveira foi a fonte para esclarecer o fato e orientar os leitores.

A matéria aborda ainda o tumulto nas filas e a corrida nos postos. Destaca desentendimento entre cidadãos e servidores de posto de saúde que terminou na delegacia.

O Jornal A Tribuna do dia 4 de fevereiro trouxe na capa a ampliação no número de postos que irão vacinar e mais uma morte confirmada por causa da doença. O jornal utilizou os dados epidemiológicos divulgados pela Sesa, apresentou os números do país divulgados pelo Ministério da Saúde e uma matéria menor com os casos de pessoas que tiveram reação à vacina e precisaram ser internadas.

Em reportagem especial sobre a doença o jornal divulgou o fechamento do parque nacional do Caparaó e uma entrevista com o presidente do Conselho do Convention Bureau das Montanhas Capixabas e vice-presidente do Conselho Estadual de Turismo (Contures), Valdeir Nunes, que falou que nas Montanhas não há riscos.

A Tribuna divulgou a denúncia de que o funcionário de um posto de saúde estava vendendo senhas. Noticiou também que novos postos estariam aplicando a vacina e a lista com todos eles.

Os dados divulgados pela Comunicação da Sesa foram aproveitados pelos diários neste dia. O Jornal A Tribuna detalhou mais os fatos e destacou fato mais polêmico com mais uma morte confirmada, informação que está no relise publicado no site oficial do governo. O jornal A Gazeta não divulgou a informação de mais uma morte confirmada. Neste dia, o veículo dedicou menos espaço ao assunto.

No dia 5 de fevereiro, o jornal A Gazeta não trouxe na capa nenhuma chamada sobre a febre amarela, mas uma matéria sobre a situação da previdência da polícia militar, uma pequena chamada sobre manifestação de familiares de militares e um destaque sobre cirurgia na bexiga do governador Paulo Hartung.

Nesta edição, a pergunta na coluna “Fala Leitor”: *“Na sua opinião, o que deve ser feito para conter o avanço da febre amarela?”* foi respondida por alguns eleitores: uns elogiando as ações do governo, outros questionando a vacinação em área urbana, insinuando motivações eleitoreiras para o fato. Outro leitor questiona porque não vacinar os macacos. (Figura 22)

Figura 22 - Coluna Fala, Leitor! Jornal A Gazeta do dia 5/2/2017.

ARABSON

ASSESSOR RA DE TRUMP INVENTA ATAQUE TERRORISTA NOS EUA EM ENTREVISTA

INVENTOU NADA. TENHO PROVAS.

DA REDAÇÃO

A imprensa cumprindo o seu papel social

A REPORAGEM de capa da GAZETA desse domingo, assinada por Mikaela Campos e Vinícius Vábit, cumpre uma das funções mais importantes do jornalismo: lançar luz sobre questões importantes. A Prevenção Social, sem dúvida, é uma delas. No final do ano passado, o governo Temer diante de mais gra-

ve crises fiscal da história, mandou ao Congresso uma proposta de reforma que visa frear o assustador avanço do maior dos gastos públicos: as aposentadorias. Os planos que ficaram de fora do projeto foram os militares - das polícias estaduais e Forças Armadas. A questão é que eles respondem por uma signifi-

cativa parte desse rubro. Há argumentos de defesa razoáveis, a atividade exige vigor físico. O problema é o sistema como está: é insustentável. Todos têm de dar a sua contribuição - ou pelo menos deveriam. O objetivo da reportagem não é, definitivamente, culpar essa ou aquela categoria,

ainda, o problema é do sistema como um todo. A intenção é apenas mostrar à sociedade o tamanho do desafio que está posto e as possíveis maneiras de enfrentá-lo. Para isso, os jornais cruzaram milhares de dados (disponíveis no Portal de Transparência, mas nem um pouco amigáveis) que por meses foram negociados pelo governo do Estado. O resultado está nas páginas 26, 27 e 28 desta edição.

Boa Domingo.
Boa leitura.

FALA, LEITOR

Endereço: Rua Cláudio Mural, 902, Monte São, Vitória-ES - CEP 30633-265
E-mail: carta@redacao.com.br. Telefone: (71) 3233-9073.
Se não achar cartas enviadas.

A pergunta
Na sua opinião, o que deve ser feito para conter o avanço da febre amarela?

Macacos
Estamos pagando caro pelo desmatamento, e agora som as florestas, o habitat dos macacos, os hospedeiros do mosquito Haemagogus anacam também em ambientes urbanos. A população aflita e desesperada corre aos postos de saúde em busca da vacina. Não seria o caso do Ministério da Saúde e Meio Ambiente fazerem também uma vacinação em massa nos macacos em seu habitat? Com a palavra o senhor ministro da Saúde, com os primatas imunizados seriam menos casos de contaminação nos humanos e salvaríamos também as famílias dos primatas.

José Pedro Naisson, por e-mail.

Medidas corretas
Penso que os focos de febre amarela silvestre que estão aparecendo em diversos cantos desse país, principalmente na Região Sudeste (Minas e Espírito Santo), não deveriam ser motivo de alarde, de vez que o Ministério da Saúde e outros órgãos a ele ligados sempre estiveram em alerta, considerando que a doença é desevolvída e em regiões tropicais. O Centro-Oeste e o Norte do país sempre tiveram a doença e nunca foi motivo de alarde. O que está sendo feito atualmente pelo governo do Estado do Espírito Santo - Secretaria de Estado da Saúde é uma medida bastante elogiável, do ponto de vista de controle e da vacinação da população, principalmente aqueles moradores próximos da floresta nativa, onde vivem algumas espécies de macacos,

que são alvos de mosquitos que transmitem a febre amarela e a malária. Por outro lado, é preciso salientar que muita gente já pode ter sido vacinada anteriormente e não se lembra mais, correndo o risco de desenvolver a doença caso venha variar-se novamente.

Aristeu Bolonha, por e-mail, de Jardim de Montarui, Santa Teresita.

Prioridade
No dia 27/01, no ESTV Primeira Edição, da TV Gazeta, foram apresentados alguns procedimentos para evitar ser atacado pelo mosquito transmissor da febre amarela, bem como as prioridades para vacinação. Dentre as prioridades, estão os moradores das áreas rurais e os que irão viajar para áreas de risco. O interessante é que as secretarias de Saúde municipais estão vacinando na sede dos municípios, ou seja, vacinando a população urbana, ficando para um segundo ou terceiro plano a área rural. Será que o mosquito mudou de endereço ou será porque na área urbana é mais fácil detectar?

Antonio Cesar Zanoni, por e-mail, de Jardim Camburi, Vitória.

Atraso
O que deve ser feito já deveria ter sido. É uma questão de ecologia, se não vai quem não quer. Agora, a população sofre as consequências do desmatamento e da poluição dos rios. Vacinar as pessoas deve passar a ser obrigatório.

Carlos Marcos Marinho, por e-mail.

A próxima pergunta
O que você achou da escolha do ministro Edson Fachin como novo relator da Operação Lava Jato no Supremo?

FOTOLEITOR

FLASH

Dias de calor
"Um lindo pôr do sol de verão em Barra Nova, Guari." FOTO: Maramella Oliveira Martins

CARO LEITOR
Fale para nós sobre a cobertura, seja o qual for o assunto que lhe interessa. O e-mail é o melhor canal de contato e receberemos todo o seu feedback.

Fonte: Jornal A Gazeta (2017).

Na Coluna Victor Hugo uma nota critica a atitude de líderes comunitários de Vitória que por conta do título de liderança passavam na frente de quem estava na fila para serem vacinados primeiro. (Figura 23)

Figura 23 - Nota publicada na Coluna Victor Hugo, do dia 5/2/2017.

<p>O Transcães já apresentou a Secretaria de Segurança uma proposta de anteprojeto de lei que visa a criminalizar os estabelecimentos envolvidos na recepção de cargas. Essas empresas teriam suspensão temporária e, depois, cassação definitiva da inscrição fiscal no Estado. "Mais do que nunca precisamos fortalecer nossas ações de integração e prevenção", afirma Natali.</p>		<p>de seguros, pelo menos um terço das portarias de condomínios residenciais de Vitória e Vila Velha são ocupadas por mulheres.</p>
<p>A coisa tá feia Funcionários estão tendo que conviver com morcegos e até com cocô de pombo nas Varas de Família do Fórum de Vitória. Fora as gambiarras elétricas. Um perigo.</p>	<p>O BRILHO DA BELA Nascida em Colatina, Carol Poubel, de 29 anos, é formada em Design Gráfico pela Ufes. A nossa bela de domingo, supertalentedosa, tem uma escola de jóias. Ou seja, ela quer que todas as mulheres brilhem muito, como ela. E vão conseguir. Alguma dúvida? FOTO: CACA LIMA</p>	<p>O batismo Nesta terça será escolhido o nome do mais novo grupo interno do PT capixaba. Reúne, entre outros, o deputado estadual Padre Honório, Lúcia Dornelas e ex-secretários municipais do então prefeito Helder Salomão em Cariacica.</p>
<p>Não cola Cena muito comum nos postos de vacinação contra a febre amarela em Vitória. A pessoa chega às unidades de saúde, passa na frente de todo mundo e diz que é líder comunitário ou amigo do prefeito e dos vereadores. Os funcionários, claro, não aceitam quem tem Q.I. (quem indica).</p>	<p>Velha, o empresário Idalécio Carone Filho é só entusiasmo na sua primeira experiência no serviço público. Dois projetos estão entre suas prioridades: a iluminação permanente do Convento da Penha e do seu acesso e a construção de um teleférico entre o Convento e o Morro do Moreno.</p>	<p>Na torcida Apesar de fazerem parte do governo do Estado, tinha muito peitista ontem, nas redes sociais, comemorando o movimento dos PMs.</p>
<p>Corte radical Fabiano Conatarato, o corregedor-geral do Estado, radicalizou: cortou o cabelo à Cristiano Ronaldo.</p>	<p>Máquina sindical Segundo o Ministério do Trabalho, existem atualmente no país 16.249</p>	<p>Dúvida Por falar nisso, policiais militares foram "impedidos" de sair dos quartéis pelas mulheres dos PMs. E eles queriam sair?</p>
<p>Luzes na fé Secretário de Desenvolvimento de Vila</p>	<p>sindicatos ativos. Se não tivesse o Imposto Sindical, quantos estariam em atividade, caro leitor?</p>	<p>Terra de valor O capixaba Márcio Gouveia vai tomar posse na presidência da Federação Brasileira de Parkinson.</p>
	<p>Ônibus do barulho Leitor da coluna conta que ficou ouvindo, durante 20 minutos, uma pregação de um pastor no Transcol entre Laranjeiras e Camburi, na última terça-feira. Quando o moço parou, entraram em cena dois ambulantes. Pode isso, Ceturb?</p>	<p>Alô, Trump! A eslovena Melania corre o risco de ser deportada?</p>

TEMPO

Fonte: Fonte Jornal A Gazeta (2017).

O Jornal A Tribuna do dia 5 de fevereiro também trouxe na capa a informação sobre a manifestação dos familiares dos militares. Não repercutiu a febre amarela na capa, mas fez uma matéria sobre o assunto na editoria de Cidades informando que um lavrador interno recebeu alta do CTI. A matéria aborda os dados nacionais divulgados pelo Ministério da Saúde e também os divulgados pela Sesa. Novamente aborda o tumulto nos postos de saúde e informações gerais sobre a vacinação.

No dia 4 de fevereiro, a Comunicação da Sesa não divulgou nenhum texto no site oficial do governo sobre a febre amarela. No dia 5 de fevereiro, o jornal A Gazeta praticamente não abordou o assunto. O tema ficou restrito às colunas de Opinião e Victor Hugo.

O jornal A Tribuna fez uma matéria grande sobre o tema e aproveitou os dados epidemiológicos divulgados pela Sesa em dias anteriores.

No dia 6 de fevereiro, a febre amarela foi abordada no jornal A Gazeta na coluna de Opinião. Quatro depoimentos de leitores abordaram o tema no âmbito político, sanitário e quanto à credibilidade das fontes oficiais.

Uma outra nota sobre o acontecimento febre amarela informa que uma Unidade de Saúde no município de Vitória estará fechada por conta da crise de insegurança no estado. A vacinação contra a doença ficou suspensa temporariamente. A coluna Victor Hugo voltou a citar o tema em uma nota de cunho totalmente político, mas não ligada diretamente ao governo do estado.

O jornal A Tribuna do dia 6 de fevereiro priorizou a cobertura da falta de segurança no estado. Na editoria de Cidades foi publicada uma nota sobre a suspensão da vacina em unidade de saúde em Vitória, por causa da falta de segurança. O assunto ganhou destaque na mesma editoria com informações sobre mais uma morte com causa suspeita de febre amarela. As informações da Sesa, nesta matéria, referem-se a dados epidemiológicos.

As notícias divulgadas pelos dois diários, neste dia, estavam mais focadas na crise da insegurança no estado. A Gazeta não aproveitou nada da Sesa no seu noticiário e A Tribuna aproveitou os dados epidemiológicos divulgados nos relises.

No dia 7 de fevereiro, o noticiário de A Gazeta priorizou a cobertura da falta de segurança pública no estado e se limitou a informar os locais que teriam aplicação da vacina no município de Vila Velha, região metropolitana da Grande Vitória.

O jornal A Tribuna também destacou a situação de insegurança no estado, mas na capa do jornal trouxe chamada informando sobre mudanças na vacinação contra a febre amarela. O veículo anunciou a chegada de mais doses da vacina e o trabalho nos postos diante a falta de policiamento nas ruas do Espírito Santo.

Neste dia, nenhum dos dois veículos utilizou a Sesa como fonte ou aproveitou alguma informação divulgada no site oficial do governo sobre o tema.

No dia 8 de fevereiro, o jornal A Gazeta se restringiu a informar quais unidades de saúde estavam atendendo naquele dia. O Jornal A Tribuna deu uma chamada pequena na capa da edição (Figura 24) e abordou a suspensão temporária das vacinas por conta da manifestação dos familiares dos militares.

A Tribuna ainda utilizou dados da febre amarela atualizados pela Sesa. O material produzido pela Assessoria de Imprensa da Sesa foi aproveitado no jornal A Tribuna apenas.

Figura 24 - Chamada na capa do jornal A Tribuna no dia 8/2/2017.



Fonte: Jornal A Tribuna (2017).

No dia 9 de fevereiro, o jornal A Gazeta não abordou o assunto febre amarela de forma direta, mas divulgou o conteúdo do relise publicado pela Comunicação da Sesa sobre a necessidade do hemocentro em receber doadores de sangue. Na nota, a secretaria explica que o estoque de sangue estava prejudicado no município de Colatina, em função da impossibilidade de doações da população local que foi vacinada contra a febre amarela.

O jornal A Tribuna informou sobre a suspensão das vacinas em função da crise na segurança pública e informou os dados epidemiológicos divulgados pela Sesa. Na Coluna Maurício Prates uma nota questiona o fato da crise na segurança pública ter impactado a realização de vacinas no estado. (Figura 25)

Os dois veículos utilizaram informações do governo do estado; porém, A Gazeta aproveitou na íntegra a informação repassada pela Sesa no dia anterior. A Tribuna usou dados epidemiológicos e não abordou, neste dia, a questão da doação de sangue.

Figura 25 - Nota publicada na Coluna Maurício Prates, jornal A Tribuna, do dia 9/2/2017.

Febre que segue

O caos instalado no Estado com a falta de policiamento foi o foco de todas as atenções da população nos últimos dias, mas outro problema grave que afeta o Espírito Santo segue necessitando de alerta máximo: não se pode descuidar da situação da febre amarela. Muitos pos-

tos de saúde na Grande Vitória suspenderam o atendimento nos últimos dias e quem precisa da vacina deve acompanhar de perto as alterações. A boa notícia é que mais 500 mil doses chegaram esta semana e os municípios considerados prioridade já estão 100% cobertos.

Fonte: Jornal A Tribuna (2017).

No dia 10 de fevereiro, a febre amarela desapareceu do noticiário do jornal A Gazeta. Na mesma data, o jornal a Tribuna trouxe a preocupação da suspensão da aplicação da vacina em função da crise de segurança pública. A fonte desta matéria foi um especialista da área de infectologia independente, ou seja, sem ramificações com o governo. O veículo abordou ainda a questão da coleta de sangue e usou a Sesa como fonte para divulgar os dados epidemiológicos da doença.

As informações referentes à coleta e doação de sangue foram divulgadas pela Comunicação da Sesa, no dia anterior, no site do governo. Desta forma, o material divulgado pela secretaria foi aproveitado pelo jornal A Tribuna nesta data.

Entre os dias 10 e 13 de fevereiro o jornal A Gazeta não publicou notícias sobre a febre amarela. O veículo focou nas informações sobre a crise na Segurança no estado. No jornal A Tribuna o assunto também ganhou invisibilidade entre os dias 11 e 13 de fevereiro.

A Sesa também só voltou a divulgar os dados epidemiológicos atualizados da febre amarela no dia 13 de fevereiro. O jornal A Gazeta do dia seguinte, 14 de fevereiro, abordou a informação sobre o aumento de mortes com febre amarela como causa confirmada, destacou o retorno da vacinação nos postos após a semana configurada pela insegurança no estado com a paralisação dos militares.

O Jornal A Tribuna do dia 14 de fevereiro utilizou o mesmo foco de A Gazeta sobre o retorno da vacinação nos postos de saúde. O veículo também utilizou as informações divulgadas no dia anterior pela Sesa com os dados epidemiológicos da doença.

No dia 14 de fevereiro, a Sesa divulgou dois relises abordando a necessidade de doação e coleta de sangue. O jornal A Gazeta do dia 15 de fevereiro priorizou as informações sobre as grandes filas para vacinação, mais uma morte com suspeita da doença, e os locais e horários de vacinação. Não abordou a problemática da doação de sangue.

Na mesma data, 15 de fevereiro, o Jornal A Tribuna abordou os mutirões de vacina e locais de vacinação. Também não divulgou a informação da Comunicação da Sesa sobre a doação de sangue.

No dia 15 de fevereiro, a Assessoria de Imprensa da Sesa divulgou dados atualizados da febre amarela no estado. O conteúdo ganhou espaço no jornal A Tribuna do dia seguinte. O veículo divulgou também dados sobre vacinação, mas neste caso, utilizou como fonte os municípios.

No dia 16 de fevereiro, a Comunicação da Sesa divulgou novamente as ações para ampliar a coleta de doação de sangue muito afetada pela vacinação em massa e também pela crise na Segurança Pública do estado. No mesmo dia, o órgão atualizou os dados da febre amarela e confirmou mais uma morte provocada pela doença.

O Jornal A Gazeta do dia 17 de fevereiro não abordou os assuntos divulgados pela Sesa. Deu destaque para o agendamento online da vacinação na capital Vitória e os locais de vacinação na região metropolitana. (Figura 26)

Figura 26 - Matéria publicada no jornal A Gazeta no dia 17/2/2017.



Fonte: Jornal A Gazeta (2017).

O jornal A Tribuna, do dia 17 de fevereiro, também destacou o agendamento online em Vitória, mas utilizou os dados epidemiológicos divulgados pela Sesa, e ainda divulgou os locais de vacinação na Grande Vitória.

Na edição do dia 18 de fevereiro, nenhum dos dois diários abordou o tema febre amarela. A Comunicação da Sesa divulgou no dia anterior, dados epidemiológicos atualizados da doença.

No dia 20 de fevereiro, a Comunicação da Sesa divulgou novo relise com dados atualizados dos números da febre amarela com ênfase no número de pacientes que receberam alta hospitalar.

No dia 21 de fevereiro, o jornal A Gazeta destacou o decreto de emergência em Ibatiba em função dos números da doença no município. Àquela altura, a cidade já havia

registrado três mortes e apresentava o maior quantitativo de casos em investigação no estado. O veículo divulgou também os números atualizados da febre amarela no Espírito Santo e os postos de vacinação.

O jornal A Tribuna do dia 21 de fevereiro também deu destaque para a situação de Ibatiba, apresentou os dados epidemiológicos da febre amarela atualizados e informou os postos de vacinação.

Neste dia, o material divulgado pela Comunicação da Sesa foi aproveitado pelos dois veículos.

No dia 22 de fevereiro A Gazeta trouxe números da cobertura vacinal no estado e da chegada de novas vacinas. Na mesma data, A Tribuna abordou a chegada de novas vacinas, postos de atendimento e dados epidemiológicos da doença.

Em parte, o material produzido pela Sesa foi aproveitado nos dois veículos, apenas a questão da doação de sangue mais uma vez não foi abordada em nenhum dos dois diários.

No dia 22 de fevereiro, a Assessoria de Imprensa da Sesa divulgou informações referentes à campanha de doação de sangue no estado. Os jornais A Gazeta e A Tribuna não abordaram o assunto e também não citaram nenhuma informação sobre a febre amarela.

No dia 23 de fevereiro, a Comunicação da Sesa divulgou que o Espírito Santo receberia mais 1 milhão de doses de vacina contra a febre amarela. O texto citou ainda que o secretário Ricardo de Oliveira solicitou ao Ministério da Saúde a inclusão dos 18 municípios que ainda não faziam parte da vacinação cautelar; desta forma, todos no Espírito Santo deveriam ser vacinados. O assunto foi abordado nos dois diários.

A Gazeta destacou que a vacina será para todos no estado e destacou, além disso, o quantitativo solicitado ao Ministério da Saúde. Informou também que o governo quer incluir a imunização no calendário oficial. O jornal apresentou um quadro detalhado com os dados epidemiológicos da doença. Todas as informações tiveram como fonte a Sesa e o material divulgado pela Comunicação foi totalmente aproveitado.

O jornal A Tribuna do dia 24 de fevereiro abordou as informações divulgadas pela Comunicação da Sesa, praticamente na íntegra. Divulgou ainda os mutirões de

vacinação promovido pelos municípios, informações sobre a doença e dados epidemiológicos.

No dia 24 de fevereiro, a Comunicação da Sesa divulgou o último relise sobre febre amarela no mês de fevereiro. Foi uma pequena nota com um balanço geral de casos notificados e em investigação até a presente data.

No dia 25 de fevereiro, o assunto voltou a dominar o noticiário local. Em A Gazeta foram dedicadas cinco páginas ao tema febre amarela além de chamada de capa. O assunto voltou a repercutir após a confirmação de que o macaco morto na Ilha do Frade estava com febre amarela. As informações foram confirmadas pela secretaria Municipal de Saúde do município de Vitória, às vésperas do Carnaval. A prefeitura anunciou mutirão de vacina durante o feriado.

O jornal abordou as confusões nas filas para a vacina, e dedicou uma página inteira aos dados epidemiológicos divulgados pela Sesa. O diário trouxe entrevista com três especialistas infectologistas afirmando “*Não há necessidade para pânico*”. O veículo mais uma vez divulgou uma ilustração com a forma de contágio da doença e o quantitativo de macacos mortos encontrados em bairros de Vitória.

No dia 25 de fevereiro, o jornal A Tribuna deu como destaque a informação de que todos em Vitória seriam vacinados por conta da confirmação do macaco morto na Ilha do Frade. O acontecimento tomou conta de três páginas no jornal além da capa. A edição abordou o fechamento de doze parques naturais da cidade, a corrida aos postos, os macacos mortos e a opinião de especialista em zoologia da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Sérgio Lucena, de que seria necessário realizar novos testes no primata encontrado morto. O relise da Sesa com os dados epidemiológicos da doença também foi aproveitado pelo veículo.

No dia 26 de fevereiro, o jornal A Gazeta abordou o assunto febre amarela na capa, no editorial da edição e chamou a atenção para o número de pessoas vacinadas durante o feriado do Carnaval. O relise divulgado pela Comunicação da Sesa no dia 24 de fevereiro foi reproduzido na íntegra nesta edição.

No dia 26 de fevereiro, o jornal A Tribuna trouxe informações sobre o mutirão da vacina contra a febre amarela nos municípios, além de opinião de especialista da área de infectologia quanto às previsões para o fim do surto da doença no estado. O diário não abordou nenhuma informação da Sesa.

No dia 27 de fevereiro, segunda-feira de feriado de Carnaval, o jornal A Gazeta abordou a vacinação nos municípios, principalmente na Grande Vitória, e destacou a morte de macaco em Serra, região metropolitana. No jornal A Tribuna, na mesma data, o assunto ganhou destaque na capa.

17.500 senhas hoje em Vitória e na Serra contra a febre amarela” “Vacinação emergencial durante o Carnaval ocorre após a confirmação da morte de macacos com febre amarela na Grande Vitória. Veja os locais onde vão ser aplicadas as vacinas

O veículo trouxe informações sobre os mutirões de vacinação municipais, macacos encontrados mortos em Serra e o depoimento de pessoas que sobreviveram a doença.

No dia 28 de fevereiro, o jornal A Gazeta trouxe a matéria sobre macaco morto encontrado em Cariacica e realização de mutirão na cidade. O jornal A Tribuna destacou novamente o número na capa *“Prefeituras abrem 16 postos amanhã para vacinar 29.400”*. A matéria seguiu o mesmo tom, com informações sobre o quantitativo de vacinas e locais de vacinação. O jornal informou sobre a chegada de novas vacinas e atribui a informação à Sesa.

4.3.3 Março

No dia 1º de março, a notícia de que um jovem de 31 anos, morador de Vitória, morreu com suspeita de febre amarela ganhou destaque na capa do jornal A Gazeta. A manchete foi:

Vitória investiga primeira morte por febre amarela” “O Personal Trainer Patrick Shuckert, de 31 anos, morador de Jardim da Penha, morreu na Paraíba” “Prefeitura da capital anuncia reforço na vacina e fumacê. Confira os locais de imunização em toda a Grande Vitória

O assunto ganhou três páginas nesta edição do jornal. A fonte oficial foi o município de Vitória. A única informação da Sesa na matéria é que o órgão confirma a morte de macacos em 19 cidades inclusive Vitória.

A matéria mostra uma morte suspeita da doença e destaca o descontentamento do setor turístico da cidade de Pedra Azul com a possibilidade de a vítima ter contraído a doença no município.

O jornal busca infectologistas de credibilidade no Estado para garantirem que não há motivo para pânico, afastando a chance de surto em Vitória.

Figura 27 - Capa do jornal A Gazeta no dia 1/3/2017.



Fonte: Jornal A Gazeta (2017).

No dia 1º de março, a notícia da morte de jovem de 31 anos morador de Vitória, suspeita de febre amarela, também ganhou destaque na primeira página do jornal A Tribuna.

“Morador de Vitória morre com suspeita de febre amarela” “Patrick Lethieri Shuckert, 31 anos, era professor de educação física e morreu com sintomas de febre amarela. Ele morava em Jardim da Penha. Veja os locais de vacinação na Grande Vitória.”

A fonte desta matéria, que ocupou três páginas do jornal, foi a secretaria de saúde do município de Vitória, familiares do jovem que morreu (depoimento da sogra do rapaz divulgado em sua conta no Facebook e reproduzido no jornal), e (da mesma forma

que o jornal A Gazeta) médicos infectologistas respeitadas no estado dizendo que não há risco de febre amarela urbana e que o contágio se deu da forma silvestre.

Figura 28 - Capa do jornal A Tribuna no dia 1/3/2017.



Fonte: Jornal A Tribuna (2017).

No dia seguinte, 2 de março, a Comunicação da Sesa divulgou relise no site do governo com informações sobre a visita do Ministro da Saúde Ricardo Barros e o detalhamento da vacinação no Espírito Santo. O texto destacou depoimento do governador Paulo Hartung e a cobertura vacinal. O material de divulgação teve “tom” informativo, mas, principalmente, político.

No dia seguinte, 3 de março, a capa do Jornal A Gazeta chamou a atenção para o número insuficiente de doses de vacina, as longas filas, o tempo de espera e o número

de macacos mortos. O veículo dedicou sete páginas na editoria de Cidades sobre o assunto.

O diário noticiou o fato de que oficiais bombeiros ajudariam na aplicação da vacina e que para isso foram treinados pela Sesa. O jornal utilizou o órgão como fonte para reforçar que a vacinação não seria realizada em todo o Estado. A informação divulgada no *relese* do dia anterior de certa forma foi utilizada, mas o veículo entrevistou uma técnica da secretaria que reforçou as notícias referentes à visita do ministro.

O jornal A Tribuna, da mesma data, também destacou as confusões nos postos por causa da vacina e a insuficiência de doses para a população. O veículo divulgou uma reportagem especial com sete páginas dedicadas ao assunto. Abordou a corrida nos postos e a confusão para garantir uma senha e a vacina. Publicou depoimentos com histórias de vários cidadãos que passaram a noite e até dias na fila para conseguir a imunização.

O veículo abordou a visita do ministro da Saúde, no dia anterior, conforme divulgação da Comunicação da Sesa e ouviu também os prefeitos municipais da Região Metropolitana. O diário abordou ainda a realização de mutirões, a vacinação realizada por bombeiros, os locais de vacinação, a forma como é realizado o exame para se detectar a doença e como tratá-la, os macacos mortos encontrados na Ufes, o número de mortes no Estado e o movimento nas clínicas particulares para a aplicação da vacina.

Nesta data de 3 de março, os dois diários abordaram as informações da Assessoria de Imprensa da Sesa, mas o destaque, em ambos, foi a insatisfação da população nos postos de saúde. Nesta mesma data, a Sesa atualizou e divulgou os dados da febre amarela.

No dia 4 de março, o jornal A Gazeta dedicou 11 páginas da edição para a febre amarela. Os problemas nos postos de vacinação ocuparam quase todas as páginas dedicadas ao assunto. Uma página foi utilizada exclusivamente para tratar os números da doença, assunto divulgado pela Comunicação da Sesa.

O jornal A Tribuna, na mesma data, também destaca os mutirões e busca nos postos por vacina. Na capa da edição, novamente o veículo evidencia os números. O diário também publicou uma entrevista com o professor de Zoologia da Ufes, Sergio Lucena,

com o seguinte título: “Tem pessoas com vírus na área urbana”. O título da matéria induz os leitores a terem a certeza de que há vírus em área urbana; porém, lendo o texto o contexto é outro. (Figura 29)

Figura 29 - Entrevista com o professor de Zoologia da Ufes, Sérgio Lucena no jornal A Tribuna, no dia 4/3/2017.

guém notifica, nem se dá conta. paro à Pesquisa e Inovação do Es- surto até a análise de resultados. O tar eventos semelhantes no futuro.

SERGIO LUCENA PESQUISADOR E PROFESSOR DE ZOOLOGIA DA UFES

“Tem pessoas com vírus na área urbana”

A transmissão da febre amarela e os vetores envolvidos nesse processo foram alguns dos assuntos abordados em entrevista ao jornal **A Tribuna** pelo pesquisador Sérgio Lucena, doutor em Ecologia e professor de Zoologia da Ufes.

A TRIBUNA - Pode haver outro vetor da febre amarela além dos já conhecidos?

SERGIO LUCENA - A dispersão muito rápida do vírus por toda a região da Mata Atlântica sugere que pode ter algum elemento novo, ou até algum vetor novo (mosquito), que a gente ainda não identificou. Atualmente o que se tem conhecimento é que o vetor da febre amarela silvestre são os mosquitos dos gêneros *Haemagogus* e *Sabethes*. No passado, o *Aedes aegypti* foi o vetor da febre amarela urbana no Brasil e atualmente ainda é na África.

> Qual a razão de ainda não haver febre amarela urbana novamente, se há a presença do *Aedes aegypti*?

Em tese, ele é um mosquito que tem competência para ser o vetor da febre amarela. Por isso, não se entende bem porque que no Brasil não se reinstalou ainda a febre amarela urbana, já que há tantos *Aedes*. Uma das possibilidades é



LUCENA: “Com esse surto em toda a região da Mata Atlântica, com certeza tem pessoas com vírus viajando para a área urbana, principalmente as sem sintomas”

de febre amarela urbana?

No momento que você tem uma pessoa contaminada na área urbana, aumenta o risco de retomar o ciclo urbano. Mas as pessoas que adoecem vão para o hospital, são tratadas e isoladas. O problema maior são as pessoas que têm o vírus e não têm sintomas. De 80% a 90% das pessoas que contraem o vírus da febre amarela não têm sintoma nenhum ou têm sintomas brandos. Apenas de 10% a 20% apresentam sintomas mais graves.

As pessoas que têm sintomas brandos vão ficar com o vírus circulando alguns dias no organismo. Se elas forem para uma área que não tem vírus, elas podem levá-lo para lá. Então, o risco maior não é nem com as pessoas que adoecem, mas com as que não têm sintomas. Por isso que os epidemiologistas estão preocupados. Porque, com esse surto em toda a região da Mata Atlântica, com certeza tem pessoas com vírus viajando para a área urbana, principalmente as sem sintomas.

> Qual sua principal curiosidade sobre esse assunto?

A minha principal curiosidade é: por que esse surto avançou tão rápido apesar da Mata Atlântica ser fragmentada?

que essa variedade desses mosquitos no Brasil hoje tenha baixa competência para ser vetor do vírus.

> Então, o *Aedes* da África é diferente do que se observa aqui?

Trata-se de um mosquito que

“O risco maior não é com as pessoas que adoecem, mas com as que não têm sintomas. Por isso que os epidemiologistas estão preocupados”

ocorre em uma área geográfica muito ampla. Ele se dispersou pelo mundo quase todo e você tem diferenciações genéticas regionais. Então você pode ter uma população daqui geneticamente diferente da africana.

> Algo pode alterar a suposta baixa capacidade de ser vetor do vírus?

Se essa variedade genética que tem hoje no Brasil tiver baixa competência. Se houver uma mutação, pode surgir uma variedade de mosquito com uma competência maior. Aí, aumenta a chance de retomar o ciclo urbano.

> Se for confirmado que um morador de Vitória morreu com febre amarela aumenta a chance

Fonte: Jornal A Tribuna (2017).

Na última página da reportagem especial sobre o tema, o veículo abordou as informações da Sesa com os dados atualizados da febre amarela dando destaque para o número de mortes confirmadas.

No dia 5 de março, o jornal A Gazeta trouxe na chamada de capa os números de pessoas vacinadas no Espírito Santo. Foram quatro páginas dedicadas ao assunto. O veículo destacou a alta procura e o tamanho das filas por meio de fotos, depoimentos de cidadãos, e até o editorial repercutiu o assunto. A Sesa foi utilizada como fonte quando foi abordada a notícia sobre a chegada de novas doses da vacina.

O Jornal A Tribuna do dia 5 de março abordou as longas filas também, além de histórias da população na busca por vacina e até assuntos como uma pessoa que foi multada por estacionar em local proibido, e novamente os números divulgados pela Sesa anteriormente.

O jornal A Gazeta do dia 6 de março, trouxe na capa a seguinte chamada: “*Aedes Aegypti: Mosquito: pesquisas atrasam e doenças avançam*”. Ao lado da manchete uma foto de um ginásio com muitas pessoas na fila para a vacina, e o número de pessoas vacinadas em destaque. O editorial aborda o assunto (e a matéria em si critica o poder público que não avança em pesquisas e ações para conter o mosquito que causa dengue), Zika, Chikungunya, e que pode até transmitir a febre amarela. A matéria abordou também os números da febre amarela divulgados pela Sesa.

Figura 30 - Capa do jornal A Gazeta do dia 6/3/2017.



Fonte: Jornal A Gazeta (2017).

O jornal A Tribuna do dia 6 de março abordou a chegada de novas vacinas, os números atualizados da doença no Estado, os locais de vacinação, os macacos mortos, as confusões nos postos de saúde e o número de pessoas vacinadas.

As notícias divulgadas pela Comunicação da Sesa foram abordadas, mas os últimos dados atualizados da doença foram publicados pelo órgão três dias antes. Somente no dia 6 de março a secretaria voltou a divulgar relise no site do governo, apenas com os dados atualizados da febre amarela.

No dia 7 de março, o jornal A Gazeta trouxe três destaques sobre a febre amarela na capa da edição: *“Domingos Martins investiga se garçom morreu de febre amarela”* *“Traficantes invadem posto e exigem vacinas na Serra”* *“Vitória ajuda vizinhas a agendar vacinação”*.

O assunto sobre a suspeita de morte de uma pessoa em Domingos Martins foi abordada na editoria de Cidades e trouxe os dados de febre amarela divulgados pela Sesa em dia anterior. Embora a cidade de Domingos Martins não apareça no informativo da secretaria de Saúde, as demais estatísticas foram aproveitadas nesta edição do veículo.

O diário trouxe ainda uma matéria grande com o número de mortos por conta de dengue, e a informação de que uma pesquisa realizada no Campus de Goiabeiras na Ufes identificou que não havia mosquitos com o vírus da doença na universidade. Ainda na matéria especial, o veículo destacou a insegurança num Posto de Saúde no município de Serra, onde traficantes invadiram o espaço e exigiram a aplicação da vacina.

A ação de criminosos na Unidade de Saúde de Carapina, Serra, ganhou repercussão no jornal A Tribuna. O veículo destacou duas páginas da edição para abordar o assunto febre amarela. Também destacou a morte de uma pessoa com suspeita de febre amarela em Domingos Martins, aproveitou os números e dados da doença divulgados pela Sesa, fez uma matéria sobre a vacina para diabéticos, e novamente divulgou as confusões nas filas e os locais de vacinação.

O jornal A Gazeta do dia 8 de março destaca a confirmação de um caso de febre amarela no município de Serra. As informações, conforme traz a matéria, são do boletim divulgado pela Sesa no dia anterior. No entanto, desde o dia 3 de março, a secretaria já havia publicado no site do oficial, entre os dados atualizados da doença,

a informação que no município serrano constava um caso confirmado da doença. Mas o veículo só atentou para isso dias depois, e utilizou as informações da Sesa na íntegra.

O veículo trouxe ainda na edição uma matéria com o professor da Ufes Sergio Lucena, levantando hipóteses sobre a morte dos macacos em área urbana e uma delas seria de que humanos poderiam ter levado a doença para a Região Metropolitana.

O jornal A Tribuna do dia 8 de março também abordou a informação do primeiro caso de febre amarela confirmado em Serra, em um texto muito parecido com o do jornal A Gazeta, inclusive. A matéria abordou ainda os locais de vacinação e números da doença no Estado.

No dia 9 de março, o jornal A Gazeta trouxe na capa a informação de que a Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda que visitantes no Espírito Santo tenham que tomar a vacina. O veículo mais uma vez trouxe os locais de vacinação, e uma matéria com orientações em caso de reação à vacina. Novamente abordou o caso confirmado em Serra, e utilizou como fonte a secretaria municipal e o relise da Sesa para divulgar os dados gerais publicados no site do governo no dia anterior.

Na mesma data, o jornal A Tribuna destacou as informações divulgadas pela Comunicação da Sesa em dia anterior, dando ênfase para casos confirmados em Domingos Martins e Santa Leopoldina, uma morte suspeita em Santa Teresa e uma nota sobre o fato de o Estado vir a ser área de risco segundo a OMS.

No jornal A Gazeta do dia 10 de março, o destaque foi para a realização de mutirões de vacinação nos municípios e também para os locais de vacinação. Dentro da série de reportagens sobre o assunto a edição trouxe a matéria sobre o risco de vacinar-se duas vezes, ato que algumas pessoas já haviam cometido, segundo apuração do veículo.

As informações divulgadas pela Comunicação da Sesa no dia anterior sobre os dados atualizados da doença foram abordadas no jornal.

Da mesma forma o jornal A Tribuna também deu visibilidade às informações divulgadas pela Comunicação da Sesa e mais uma vez aos mutirões e locais de vacina.

No dia 11 de março, o jornal A Gazeta não abordou as informações divulgadas pela Comunicação da Sesa, mas uma chamada na editoria de Cidades chamou a atenção. Na matéria intitulada: “*Hoje é o dia D da vacinação*”, há uma pequena chamada acima: “*Garanta sua dose*” (Figura 31). A frase, no contexto que foi inserida, incita os leitores a manterem a corrida aos postos.

Figura 31 - Matéria publicada no jornal A Gazeta no dia 11/3/2017.

GARANTA SUA DOSE

Hoje é o dia D de vacinação

Mutirões acontecem em Cariacica, Serra, Vila Velha, Vitória e Guarapari

ONDE SE IMUNIZAR

HOJE

CARIACICA
▼ Dia D
 Hoje, no Estádio Kleber Andrade, no bairro Rio Branco, terá vacinação com início às 8h. Maiores de 60 anos poderão tirar o laudo no local.

GUARAPARI
▼ Hoje
 Das 8h às 16h, nas unidades de Setiba, Santa Mônica, Jabará, CAIC, Pedro Machado, Perocão, Adalberto, Centro Municipal, Roberto Calmon, Camurugi, Kubischek e Meaipe.

SERRA
▼ Sábado
 Serão 20 mil doses nas unidades de Jacaraípe, Serra-Sede, Serra Dourada, Boa Vista, Feu Rosa, Novo Horizonte e Nova Almeida. Das 9h às 16h, distribuição de...

ACESSO

EDSON CHACAS - 08/03/2017

Em Vila Velha, o Tartarugão vai receber mutirão

(antiga Casa de Cultura); Assembleia de Deus, São Torquato; e Zona rural de Vila Velha, Fazenda Xuri.

VITÓRIA
▼ Dia D
 As senhas serão distribuídas a partir das 8h em: Santo Antônio, São Pedro, Jardim da Penha, Jardim Camburi,

▼ Unidades
 Mucuri, Nova Canaã, São Francisco, Alto Lage, Bela Aurora, Bela Vista, Cariacica-Sede, Graúna, Itapemirim, Itaquari, Jardim Botânico, Mucuri, Nova Brasília, Novo Brasil, Nova Canaã, Nova Rosa da Penha I, Operário, Oriente, Padre Gabriel, Porto de

▼ Unidades
 André Carloni, Bairro de Fátima, Barcelona, Barro Branco, Boa Vista, Campinho da Serra, Carapebus, Carapina Grande, Chácara Parreiral, Cidade Continental, Eldorado, Feu Rosa, Jacaraípe, Jardim Carapina, Jardim Tropical, José de Anchieta, Laranjeiras Velha, Manguinhos, Manoel Plaza, Nova Almeida, Nova Carapina I, Nova Carapina II, Oecania, Parque Residencial Laranjeiras, Pitanga, Planalto Serrano A, Planalto Serrano B, Porto Canoa, São Diogo, São Marcos, Taquara I, Taquara II, Vila Nova de Colares, Vista da Serra, Novo Horizonte, Serra Dourada e Serra-Sede.

▼ Nova Almeida
 Em Nova Almeida, as doses continuam a ser disponibilizadas em um

▼ Agendamento
 A dose da vacina estará disponível na Unidade de Saúde de Vila Bethânia, para agendamento que pode ser feito pelo endereço: agendamento.vitoria.es.gov.br/. Os atendimentos serão de 8h às 16 horas.

VILA VELHA
▼ Unidades
 As vacinas serão ofertadas a partir das 8 horas, até sexta-feira. Os locais onde terá vacinação são as unidades de Glória, Vale Encantado, Ibes, Santa Rita, Vila Nova, Barramares, Ulysses Guimarães, Jardim Marilândia, Paul, Dom João Batista, Araças, Vila Garrido, São Torquato, Barra do Jucu, Ponta da Fruta, Terra Vermelha e também no Ginásio

Fonte: Jornal A Gazeta (2017).

O jornal A Tribuna do dia 11 de março, destacou a realização dos mutirões e abordou os números divulgados pela Comunicação da Sesa.

O dia 12 de março foi um domingo, e a edição do jornal A Gazeta trouxe matéria sobre o mutirão de vacina. A Sesa foi citada como fonte ao confirmar o número de pessoas imunizadas no Estado. O jornal A Tribuna, na mesma data, abordou a procura por vacina, os mutirões e os riscos da vacina. Não citou a Sesa.

Em 13 de março, o jornal A Gazeta deu como manchete a importância do diagnóstico precoce da febre amarela e as chances de cura. A edição trouxe novamente as contraindicações da vacina, e a espera nas filas. Na mesma data, o jornal A Tribuna abordou os mutirões, os locais de vacinação, depoimentos de cidadãos e, assim como o jornal A Gazeta da mesma data, não abordou nenhuma informação da Sesa.

No dia 14 de março, os dois diários destacaram a morte de lavrador em Domingos Martins, região serrana do Espírito Santo, e divulgaram os números da Sesa sobre a doença.

No dia 15 de março, o relise divulgado pela Comunicação da Sesa no dia anterior foi abordado pelos dois diários. Ambos destacaram os 21 mortos, onde se vacinar e a vacinação noturna no município de Vila Velha. A Gazeta trouxe ainda informações sobre o ciclo da doença.

No dia 16 de março, o jornal A Tribuna divulgou as informações da Comunicação da Sesa referentes à cobertura vacinal.

No dia 17 de março, o jornal A Gazeta abordou as informações divulgadas no dia anterior pela Sesa. Abordou os mutirões e ainda divulgou uma estatística por gênero e idade dos casos notificados e confirmados de febre amarela. O Jornal A Tribuna não abordou as informações da Sesa nesta data.

No dia 18 de março, os jornais A Gazeta e A Tribuna publicaram matérias sobre os números da doença abordando as informações divulgadas pela Sesa no dia anterior.

No dia 19 de março, o jornal A Tribuna divulgou os mutirões para vacina. Da mesma forma no dia 20 de março fez o jornal A Gazeta. Já A Tribuna divulgou apenas uma nota sobre a vacinação noturna na cidade de Vila Velha.

No dia 21 de março, os dois veículos abordaram as notificações, confirmações e mortes, conforme divulgado pela Comunicação da Sesa. Os dois veículos dedicaram espaços menores nas edições do dia sobre o assunto.

No dia 22 de março, A Gazeta divulgou o resultado de pesquisa que apresenta espécie de mosquito responsável pela transmissão da febre amarela no estado. O jornal A Tribuna destacou a abertura dos Parques Naturais do Espírito Santo. Nesta data, nenhum dos dois diários abordou as informações divulgadas pela Sesa sobre os dados epidemiológicos da doença atualizados (Figura 32).

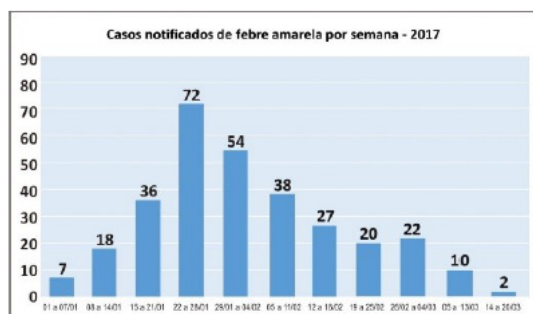
Figura 32 - Relise divulgado pela Assessoria de Comunicação da Sesa no dia 21/3/2017.

Governo ES ¹⁰

21/03/2017 14h36 - Atualizado em 21/03/2017 16h54

Febre amarela: notificações diminuem a cada semana

A Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) registrou queda de 80% nas notificações de casos suspeitos de febre amarela em relação à última semana, conforme demonstra quadro abaixo.



Dados

Este ano, até segunda-feira (20), a Sesa recebeu 309 notificações de suspeita de febre amarela. Sessenta e duas notificações foram descartadas. Do total de 247 casos, 105 foram confirmados para febre amarela silvestre, sendo que 32 casos evoluíram para óbito – Muniz Freire (05), Brejetuba (04), Colatina (03), Irupi (03), Ibatiba (02), Itarana (02), Laranja da Terra (02), Pancas (02), Afonso Cláudio (02), Conceição do Castelo (02), São Roque do Canaã (01), Domingos Martins (01), Santa Maria de Jetibá (01), Vargem Alta (01) e Aracruz (01).

Fonte: Sesa (2017).

No dia 23 de março, os dois veículos informaram a confirmação da morte de morador de Vitória por febre amarela. Os dados de notificação da doença divulgados pela Sesa foram abordados por ambos os diários.

No dia 22 de março, a Sesa divulgou novamente que as notificações da doença continuam diminuindo. No dia 24 de março, A Gazeta divulgou matéria com esta chamada: *“Surto de febre amarela diminui, mas gripe H3N2 pode ser nova vilã”* e A Tribuna publicou a aplicação da vacina contra a gripe na rede privada. (Figura 33)

Figura 33 - Matéria publicada no jornal A Tribuna no dia 24/3/2017.

VITÓRIA, ES, SEXTA-FEIRA, 24 DE MARÇO DE 2017 **TRIBUNA 7**

Cidades

PREVENÇÃO

Vacina contra gripe a partir de 90 reais

Casos da doença aumentam no outono, e clínicas particulares já oferecem o imunizante. Rede pública começa a vacinação dia 17 de abril

Weslei Radavelli

O outono chegou e, com ele, o aumento no número de casos de gripe em todo o Estado. Diante desse quadro, clínicas particulares da Grande Vitória se antecipam ao Sistema Único de Saúde (SUS) e já estão disponibilizando a vacina contra a gripe.

Para atender a alta demanda, a Clínica CVP, em Vitória, reforçou o estoque da vacina em 5 mil doses. Já a Prophylaxis, localizada em Vila Velha, possui 3 mil doses à disposição dos pacientes.

A vacina pode ser aplicada em pessoa de qualquer idade, e acima dos 6 meses de vida no caso dos bebês. Quem tem alergia a ovo, entretanto, não pode se vacinar.

Segundo especialistas, com a chegada do outono, aumentam os casos de doenças respiratórias, principalmente para aqueles que têm asma ou bronquite. A gripe, por sua vez, é tratada com atenção pelos médicos, uma vez que, diante da chegada do paciente a doentes

influenza tipo B.

ANTONIO MOREIRA/AT



SAIBA MAIS

Clínicas particulares

- > A VACINA contra a gripe já pode ser adquirida nas clínicas particulares da Grande Vitória. O preço varia entre R\$ 90 (trivalente) e R\$ 130 (quadrivalente).

Vacinação na rede pública

- > O MINISTÉRIO DA SAÚDE divulgou que começará a enviar as vacinas contra a gripe no próximo dia 10 de abril. A campanha nacional vai começar uma semana depois, dia 17.
- > NO DIA 6 DE MAIO, um sábado, será realizado o "Dia D", uma grande campanha de vacinação, em todos os municípios, contra a gripe.
- > O MINISTÉRIO, entretanto, ainda não definiu quais serão os grupos prioritários que serão vacinados durante este período.

Municípios

- > EM NOTA, Vitória e Cariacica informaram que ainda aguardam orientações da Secretaria de Estado da Saúde (Sesa) para definir como será a vacinação deste ano. A reunião deve acontecer nos próximos dias.
- > JÁ A PREFEITURA DE VILA VELHA, informou que usará a mesma estratégia que adotou para a campanha contra febre amarela - acontecerá nas 17 unidades de saúde e no Ginásio Tartarugão. Já no "Dia D", haverá

A TÉCNICA de enfermagem Suelen Mai mostra vacina que está disponível

Fonte: Jornal A Tribuna (2017).

No dia seguinte, A Gazeta divulgou a importância das duas vacinas para prevenção das duas doenças e só foi divulgar nova informação relacionada a notificações da Sesa no dia 29 de março.

No dia 28 de março, o jornal A Tribuna destacou a confirmação de morte de lavrador em Cariacica e abordou as informações de notificação divulgadas pela Sesa. No dia 29 de março, o jornal publicou o depoimento do filho do lavrador que morreu de febre amarela em Cariacica. O veículo informou que aquela era a primeira morte na Grande Vitória, porém, dias antes, já havia sido divulgada a confirmação da morte pela doença de morador de Vitória.

No dia 30 de março, A Gazeta abordou assuntos sobre febre amarela que não foram divulgados pela Comunicação da Sesa. No dia 31 de março, o veículo divulgou a confirmação de febre amarela em macacos na Ufes e em Vila Velha. O diário não abordou as informações divulgadas pela Sesa, mas A Tribuna publicou os números notificados, suspeitos e mortes.

4.4 ANÁLISES, CONSIDERAÇÕES E CONCLUSÕES

Os três meses pesquisados tiveram situações diferenciadas acerca do acontecimento febre amarela. No primeiro mês a abordagem sobre o assunto foi mais intensa. A cobertura foi diária. A cada dia um fato novo e uma notícia em extrema evidência.

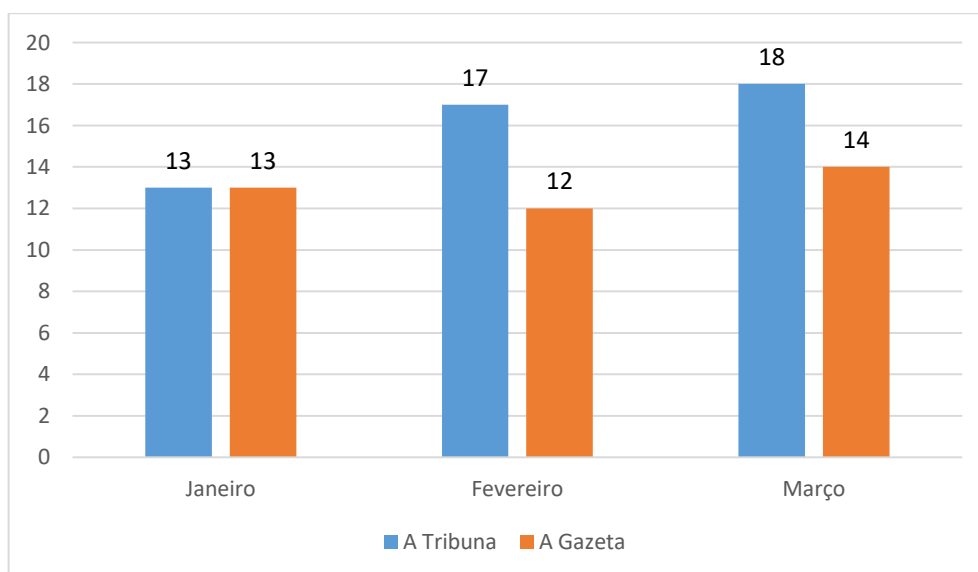
Em fevereiro, a crise na Segurança Pública tirou um pouco o foco da doença dos noticiários e também dos postos de saúde, uma vez que por medo as pessoas não saíam de suas residências.

Em março, por conta do próprio ciclo da doença o assunto começou a perder força. Manteve-se no noticiário, porém de forma mais branda.

A análise do primeiro trimestre de 2017 permitiu conhecer o aproveitamento que os veículos deram ao trabalho da Assessoria de Comunicação da secretaria de Saúde e em que medida o conteúdo repassado contribuiu para a formação cidadã e para a capacidade de tomada de decisão da sociedade.

As informações divulgadas por meio de relises publicados no site do governo foram aproveitadas nos diários — nem sempre na íntegra, nem sempre com o mesmo enquadramento, mas as informações repassadas oficialmente ganharam repercussão nos dois veículos. (Gráfico 7)

Gráfico 7 – Frequência em que os jornais abordaram as informações da Assessoria de Comunicação da Sesa



Fonte: Elaborado pela autora.

Pela análise das matérias veiculadas nos impressos analisados, percebeu-se que os veículos divulgam as informações da administração estadual, mas sempre que possível há um especialista, não ligado ao governo, apresentando uma versão alternativa não necessariamente diferente do acontecimento. Versões estas que por vezes concordam com o posicionamento adotado pelo governo em relação ao acontecimento, e às vezes apresentam visões diferentes e até contrárias às oficiais. São posicionamentos com olhares alternativos, ampliando as possibilidades de um maior esclarecimento à sociedade, mas também abrindo possibilidades de aumentar o temor da população.

Um exemplo deste último foi a reprodução de uma entrevista do jornal O Globo com o presidente da Sociedade Brasileira de Virologia, Maurício Lacerda Nogueira, que defendeu a necessidade da vacina em todo o estado. Até então, os governos federal e do Espírito Santo apontavam a necessidade de imunização apenas para pessoas em contato com áreas de risco.

A fala do especialista ganhou repercussão nacional, por meio do jornal O Globo, e destaque local nos dois veículos pesquisados. Após declaração do médico, a reportagem segue informando que outros especialistas em saúde no estado concordam com a afirmação do infectologista, mas *“No entanto, isso não significa que a população deve entrar em pânico.”*

É verdade que esta forma de apresentar o acontecimento dá ao cidadão mais conhecimentos sobre o tema, o que amplia as possibilidades para fazer suas escolhas, mesmo que embora talvez de forma menos sensata. Um posicionamento enfático de um especialista, e as inúmeras matérias sobre a grande procura por vacina veiculadas na mídia, dariam mesmo ao cidadão comum a capacidade de pensar de outra forma além de que era necessário tomar a vacina? Será que este tipo de conteúdo não elevou ainda mais o pânico da população? Isto pode ter elevado o temor das pessoas, mas ofereceu perspectivas mais plurais de visões de especialistas e, indiretamente, abriu as possibilidades para mais esclarecimentos.

A iniciativa de divulgar vários lados de um mesmo acontecimento é cabível, faz parte da atuação jornalística; no entanto, cabe reavaliar se a forma adotada pelos veículos impressos gera conhecimento à população, e dessa forma abre opções de escolha, ou, ao contrário, gera pânico e a corrida aos postos de saúde de quem, por exemplo, não tinha necessidade de tomar a vacina. De todo modo, a iniciativa partiu do jornal

O Globo, por fora de nossa amostra. Não haveria outra alternativa, senão omitir uma informação qualificada — mesmo que problemática — de um jornal de referência.

Assessoria de Comunicação

Em relação à Assessoria de Comunicação da secretaria de saúde do Espírito Santo, objeto de análise desta dissertação, foi possível verificar que as informações divulgadas nos relises foram aproveitadas pelos dois veículos.

A partir desta constatação passamos a verificar se o conteúdo repassado pela assessoria de comunicação proporcionava aos cidadãos acesso à informação para tomada de decisões, para possíveis escolhas.

A Assessoria de Imprensa da Sesa criou um formato de comunicação com a imprensa, especialmente, onde o conteúdo da informação era padrão. Todos os relises divulgados continham as mesmas informações com dados epidemiológicos sobre a doença e sobre os primatas. Um conteúdo técnico, porém, didático, mas que não passou disso. Informou, mas não em sua totalidade. Certamente poderia ir além, apostando na informação de qualidade e na sociedade suficientemente esclarecida.

Os textos foram produzidos seguindo um padrão com informações sobre o número de doses da vacina concedidas pelo governo federal e o prazo de distribuição no Espírito Santo. Em seguida, as informações sobre os municípios que já haviam recebido as doses da vacina e os próximos a receber. Os relises continham sempre o número de casos suspeitos com sintomas para febre amarela, febre maculosa, dengue e outras doenças com sintomas semelhantes.

De modo geral, os relises continham ainda informações sobre o público com contraindicação à vacina, ações da secretaria e sintomas da doença. A maioria dos textos disponíveis no site da secretaria de Saúde seguiam este padrão.

Ou seja, os relises eram técnicos e políticos. Transmitiram informações, mas não pareceu que foram suficientes para dar aos cidadãos clareza para suas escolhas. As matérias oficiais apresentavam um padrão que sustentavam a imagem política do governo, e não um conteúdo capaz de gerar debates e produzir conhecimento a ponto de fazer as pessoas pensarem de forma mais racional e menos impulsiva.

Identificamos que as informações repassadas mereciam atenção, promoviam conhecimento, mas alguns dados importantes não foram abordados pela assessoria, como, por exemplo, que em 80% dos casos os sintomas da doença não se manifestam. Informavam o público-alvo para imunização, mas não aprofundavam as possíveis doenças associadas à vacina, e nem o porquê do esforço em evitar a contaminação por febre amarela urbana. Neste último caso, nem governo e nem os veículos conseguiram dar conta de elucidar e transparecer esta informação.

Como o aproveitamento deste material quase invariavelmente era acrítico, quase nunca tomado apenas como ponto de partida para matérias jornalísticas mais consistentes, este assunto foi, ao fim, abordado com pouca clareza nas matérias jornalísticas. *Grosso modo*, não causou problemas, mas poderia ser o ponto de partida para informações mais consistentes.

A assessoria não divulgou materiais com o intuito de amenizar os danos provocados pelas notícias veiculadas na mídia, mas utilizou algumas vezes o recurso da entrevista coletiva, alcançando repercussão nos dois diários — uma forma positiva de garantir espaço nos jornais, ampliar a comunicação governamental, além de ter sido um elemento fundamental pelo qual a sociedade foi informada.

Mas uma análise do material publicado mostra que jornais e jornalistas não parecem ter se esforçado numa maior capacitação, de forma a de fato levantar questões, apresentar problemas, estabelecer um diálogo entre jornalistas e fontes.

Isto não é recomendável que aconteça. Isto, segundo princípios básicos do jornalismo, são os veículos pendendo para apenas um lado do acontecimento. Foi intensamente veiculado nos dois jornais relatos da alta procura por vacina nos postos e o medo de se contrair a doença e de morrer. A insistência nos veículos em questionar as autoridades o porquê de não se vacinar de uma vez toda a população transformou a pauta de saúde em pauta política. E, vale destacar, os jornais pressionavam por uma vacinação mais extensiva, abrangendo todo o estado, e não por uma vacinação mais intensiva, focada de fato nas áreas de risco. Em outras palavras, os jornais operavam apenas com aquilo que Sylvia Moretzsohn chama de “senso comum”: um olhar superficial sobre o acontecimento, sem um conhecimento mais denso e profundo do conjunto de questões que o envolvem.

Em determinados momentos governo e especialistas com conhecimento no assunto orientavam a população a manter a calma, mas as abordagens jornalísticas escolhidas pelos veículos, por vezes, poderiam induzir ao medo e à desconfiança nas informações oficiais. Parece ser o preço a pagar pela informação de qualidade. Um jornalista não pode ser responsabilizado pelo efeito que uma informação de qualidade e bem apurada pode produzir. O direito de saber, supomos, deve prevalecer sobre uma eventual tranquilidade decorrente de omissões propositadas – apenas com o objetivo de não atemorizar.

Se uma informação assusta, a sociedade não pode desconhecê-la apenas para ser preservada de um, digamos, “incômodo”.

No dia 19 de janeiro, por exemplo, o jornal A Tribuna divulgou uma matéria sobre o número de mortes em investigação após a aplicação da vacina. O texto foi publicado na editoria de cidades com o intertítulo: “Avanço do Vírus” (Figura 34)

Figura 34 - Matéria publicada no jornal A Tribuna no dia 19/1/2017.

Cidades

AVANÇO DE VIRUS

Investigadas 4 mortes após aplicação de vacina

O Ministério da Saúde confirmou ontem oito mortes por febre amarela em Minas Gerais. Deste número, quatro mortes foram confirmadas por contágio em ambiente rural, a febre amarela silvestre.

Já nos outros quatro casos, o ministério investiga se as mortes estão relacionadas a complicações pela aplicação da vacina, a febre amarela vacinal, o que é raro e não teve registros relevantes nos últimos anos.

De acordo com o Ministério da Saúde, não há registro de suspeita de contágio da doença em ambiente urbano. "A vacina, em algumas situações, pode vir a causar febre amarela. Em situações em que é vacinado um número grande de pessoas, pode ocorrer, principalmente, em pessoas que não têm indicação de vacinação por exemplo", declarou o diretor do Departamento de Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde, Eduardo Hage.

Ao todo, 53 mortes registradas no leste mineiro são investigadas por suposta relação com a doença.

O infectologista, especialista em doença tropical e professor da Ufes Reynaldo Dietze ressaltou que a orientação é que o cidadão só tome a vacina se for viajar para áreas de risco, como os municípios onde há casos suspeitos em humanos e macacos.

"Se a pessoa vai visitar uma área rural, onde há suspeita de macacos mortos, ou se mora nestas áreas ou vai visitar as cidades das áreas de risco, precisa tomar a vacina. Caso contrário, ela não é recomendada", declarou.

O infectologista Lauro Ferreira Pinto explicou que ao vacinar um grande número de pessoas, aumenta o risco de haver complicações ou algum tipo de alergia.

"Podemos estar diante de quadros que o paciente talvez desconheça, como um a gravidez ou doença pré-existente."

IMUNIZAÇÃO



OPINIÕES



“ Se a pessoa vai para uma área de risco, a vacina é recomendada. Se não é o caso, ela é contraindicada.”

Reynaldo Dietze, Infectologista.



“ Ao vacinar um grande número de pessoas, há um aumento no risco de ocorrer complicações.”

Lauro Ferreira Pinto, Infectologista.



“ Não há evidências de risco de transmissão da febre amarela na Grande Vitória.”

Cristiano Cordeiro, Infectologista.

Busca para poder ir a Minas

A mãe de uma Valéria Guimarães, 49, moradora de Caracica, precisa viajar com a família para São Manoel do Mutuípe, interior de Minas Gerais, mas não consegue ser vacinada, mesmo depois de rodar por quatro postos de saúde. "Minha sogra vai fazer uma cirurgia na próxima segunda-feira, mas ainda não consigo ser vacinada para ir até lá ficar com ela. O posto não pode um comprovante que não tem, já que eu vou do carro", contou.

A Prefeitura de Caracica explicou, em nota, que a apresentação do comprovante de viagem é opcional e disse ainda que as vacinas acabaram diante da alta procura.

Fonte: Jornal A Tribuna (2017).

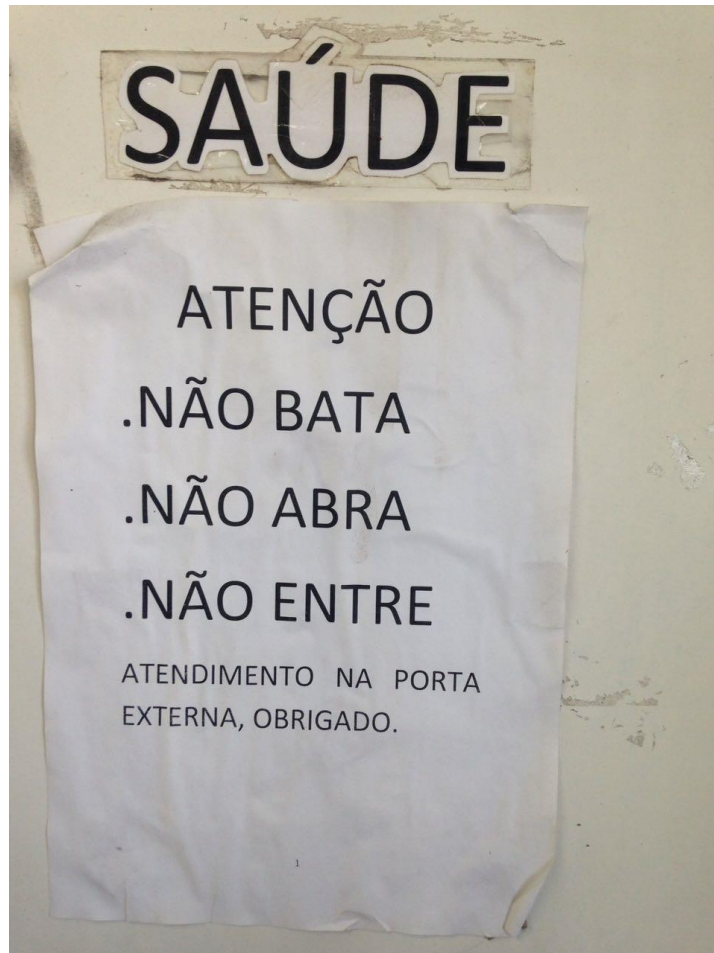
O intertítulo e o próprio título da matéria podem ter gerado medo nos leitores. Se os casos de fato aumentam, a população deve ser informada sobre isso, mas será que o governo e a própria mídia não poderiam ter buscado formas de comunicação no sentido de informar sem atemorizar? É possível realizar isso, informar sem criar temor? O risco de produzir temor justificaria a omissão da informação? Uma sociedade mal informada seria o preço para não se ter uma sociedade amedrontada?

A Sesa se preocupou em informar suas ações na área da Saúde, em mostrar a atuação do secretário da pasta, muito protagonista nos relises e matérias veiculadas nos jornais, mas parece não ter estruturado uma ação em Comunicação, envolvendo: 1 - os municípios; 2 - quem está na base, no caso os profissionais que atendem nos postos de saúde e convivem diretamente com os cidadãos e 3 – realizando esforços de capacitação de jornalistas e demais profissionais da comunicação.

Os profissionais de saúde, diante do caos gerado nos postos em busca da vacina, estavam, em sua maioria, despreparados, desinformados e dessa forma não tinham condições de fornecer ao usuário do sistema a tranquilidade da qual o secretário de estado informava.

Este estado de desinformação foi percebido *in loco*. Ao visitar uma unidade de saúde no município de Vila Velha, Região Metropolitana de Vitória, um cartaz em uma sala de vacinação exibia a seguinte orientação: “Atenção: Não bata, não abra, não entre. Atendimento na porta externa. Obrigado.” (Figura 35)

Figura 35 - Cartaz preso à porta da sala da vacina da Unidade de Saúde de Vale Encantado, Vila Velha.



Fonte: Unidade de Saúde de Vale Encantado, Vila Velha (2017).

Ao buscar informação na porta externa a resposta da atendente foi: “Se o assunto for febre amarela não pergunte nada porque não sei responder! ”.

O Ministério da Saúde disponibiliza cartilhas e materiais informativos para a população em geral e também normativas para os servidores. Qualquer cidadão pode ter acesso a esses documentos. Embora a linguagem utilizada seja técnica, a linguagem é de fácil compreensão e há material disponível para sanar as dúvidas sobre o assunto.

Pela fala da técnica em questão, não dá para afirmar se ela teve ou não acesso ao material disponibilizado pelo Ministério da Saúde ou pela secretaria de Saúde, mas ficou evidente que naquele momento a prática, preconizada pelo órgão federal, não passou da teoria.

Uma outra situação registrada pelo jornal A Tribuna no mês de fevereiro, referente ao episódio do roubo de vacinas em um município do estado, reforça mais uma vez o despreparo dos profissionais que atuam na rede básica de saúde.

O depoimento de um cidadão que aguardava na fila para receber a dose da vacina revela, mais uma vez, a ineficiência no atendimento ao público.

Eu estava na fila desde cedo com minha namorada, e como uso muletas, pedi para sentar na cadeira dentro do posto para esperar. Vi quando chegaram umas caixas de isopor, que deviam ser as vacinas. Passou o tempo e vi as caixas saindo de novo, colocaram tudo em um carro da prefeitura. Foi aí que uma funcionária falou que eu podia até ir tomar um cafezinho, porque tinha dado BO. Falaram que cerca de 600 doses foram roubadas, contou. (Depoimento de Lúcio Augusto Alves, cidadão que foi ao posto de saúde em Santa Leopoldina tomar vacina. Era o primeiro da fila e ouviu o depoimento de uma funcionária da unidade sobre o furto das vacinas.)

Os relatos apresentados nesta dissertação sobre a qualidade no atendimento nas unidades de saúde municipais alertam para a necessidade de um olhar diferenciado para esta situação. Unidade básica é de responsabilidade direta dos municípios, mas o estado, numa situação de “crise” na saúde com o surto de febre amarela, pode e deve intervir orientando ações de comunicação unificadas, por exemplo.

Talvez fosse viável estruturar um planejamento de comunicação ampliado, a fim de atingir os servidores da saúde que lidam diretamente com o público, no intuito de minimizar os impactos da desinformação e conseqüentemente de mídia espontânea negativa.

É preciso pensar em estratégias na área da saúde para conter o avanço da doença, mas também elaborar estratégias para a melhor forma de divulgação das ações e capacitação dos agentes técnicos para orientar a população.

Se os jornalistas e demais profissionais de comunicação tivessem tido alguma preparação que os ajudassem em sua atividade profissional, certamente também os problemas poderiam ser tratados com mais segurança. Coisas relativamente simples.

O material sobre como trabalhar a comunicação nesta situação já existe. As cartilhas do Ministério da Saúde, disponíveis no site do órgão, estão estruturadas para atender a demanda, mas é preciso que os agentes de saúde tenham entendimento e acesso à mesma e isso pode ser conduzido pela Assessoria de Imprensa. Nada diferente do material que usamos para o capítulo sobre febre amarela desta dissertação.

O planejamento de comunicação, no entanto, é uma alternativa que para obter sucesso depende de quem o gerencia ou coordena, dos técnicos que atuam diretamente no atendimento à sociedade.

Esses profissionais estão impactados por inúmeras questões que vão interferir em suas ações. Podem ser quesitos de ordem intelectual, política, econômica, ideológica. Portanto, esse tipo de ação não pode ser pensado unicamente num momento de crise, mas deve ser algo contínuo, para que num momento de conflito o processo se desenvolva com mais facilidade.

A crise na Segurança Pública

Em condições ditas normais, planejar é necessário e cabível. Daqui para frente a análise se dará sob o aspecto da crise na Segurança Pública no Espírito Santo, no intuito de dar a conhecer o que foi este período vivenciado pela população do estado em análise. Por conta desta situação, a febre amarela inexistiu nos noticiários pesquisados durante alguns dias no mês de fevereiro.

No sábado, 4 de fevereiro de 2017, começou a circular nas redes sociais que familiares e amigos de policiais militares haviam acampado na porta do 6º Batalhão da Polícia Militar do município de Serra, na Região Metropolitana da Grande Vitória. (Figura 36)

Figura 36 - Matéria publicada no Jornal A Gazeta do dia 4/ 2/ 2017

DE CADA TRÊS PRESOS NO ESTADO, UM É POR TRÁFICO

Lei de 2006 tornou mais severa a punição para tráfico de drogas e provocou uma explosão na população carcerária de todo o Brasil: **de 422 mil, em 2007, para os atuais 668 mil detentos**. A regra é questionada por especialistas e até por um ministro do STF Págs. 3 e 4



CARLOS ALBERTO SILVA

SEM DINHEIRO Delegacias vão fechar as portas na Serra

Prefeitura informou ao Estado que não pagará mais o aluguel dos seis imóveis onde ficam os policiais. Págs. 14 e 15

FEBRE AMARELA Após vacina, três são internados em estado grave

Causas das internações ainda são investigadas, mas reação à vacina é o mais provável. Pág. 12

Fonte: Jornal A Gazeta (2017).

Inicialmente, acreditava-se que era apenas mais um protesto como tantos outros que não surtem o efeito desejado; que começaria no sábado e terminaria na segunda-feira, assim como veiculado nas matérias jornalísticas daquele fim de semana.

No domingo, 5 de fevereiro, os jornais A Gazeta e A Tribuna exibem a notícia que o governador do Espírito Santo havia se licenciado por conta de uma cirurgia de emergência para a retirada de um câncer na bexiga. Paulo Hartung foi a São Paulo, na semana anterior, para uma consulta de rotina e durante o procedimento encaminhado para o centro cirúrgico.

No jornal A Gazeta a matéria de capa: *“Exclusivo: Rombo na previdência estadual – Quase metade da folha da PM é para pagar aposentados”*. Ainda na capa, no rodapé, uma chamada sobre a manifestação dos familiares dos PMs.

Da mesma forma, o jornal A Tribuna veio exibindo na capa as informações sobre a licença médica do governador e o movimento dos familiares dos militares. No domingo

à noite, no entanto, a propagação de informações sobre delitos de toda a natureza começou a circular nas redes sociais. Assaltos, arrastões em shoppings, sequestros relâmpagos, arrombamentos e saques em lojas, tiroteio e muitos áudios (majoritariamente) e vídeos ameaçadores espalhando terror e medo.

Escolas, faculdades privadas e instituições públicas começaram a divulgar em suas redes o cancelamento das atividades na segunda-feira. A movimentação fez com que a secretaria de Estado de Segurança Pública divulgasse um vídeo do secretário André Garcia informando a situação e as ações do Governo para conter a onda de crimes. (Figura 37)

Figura 37 - Matéria publicada no Jornal A Gazeta do dia 6/ 2/ 2017



PM SEGUE PARADA

ESTADO VAI À JUSTIÇA E SUSPENDE NEGOCIAÇÃO

Após dois dias de policiais nos quartéis, secretário de Segurança endureceu o discurso. André Garcia disse que o movimento é ilegal e determinou a investigação dos envolvidos. Ministro da Justiça pôs tropas federais à disposição *Páginas 3 a 7*



Fonte: Jornal A Gazeta (2017).

O protesto que duraria apenas dois dias ganhou proporções inesperadas. Sem militares nas ruas, o governo solicitou apoio na esfera federal e, inicialmente, foram

enviados ao Espírito Santo 200 oficiais da Força de Segurança Nacional. Soldados do exército, aeronáutica e força aérea também foram para as ruas para conter o avanço da violência.

Em 10 dias de manifestação, mais de 140 pessoas morreram vítimas de homicídio no Estado. Segundo informações oriundas do sindicato de policiais civis mas não oficiais, a maioria das vítimas era ligadas ao tráfico de drogas.

O ministro da defesa Raul Jungmann, em menos de 10 dias, esteve no Espírito Santo por duas vezes. Além dele vieram o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, o ministro da Justiça em exercício, José Levi Mello do Amaral Júnior, e o ministro da secretaria de governo, Antônio Imbassahy. Mas a presença da base governista do presidente Michel Temer não garantiu o avanço das negociações entre o governo do estado e os policiais militares.

A falta de diálogo aberto deu o tom às negociações entre familiares dos PMs e Comissão Permanente de Negociação do governo (Figura 38). Ao longo da semana, o clima ia ficando mais tenso, as pessoas com medo de saírem de casa, e inúmeras informações (falsas e verdadeiras) circulavam pelas redes sociais mantendo o clima de terror e fortalecendo o movimento.

Foram várias entrevistas coletivas, a maioria delas veiculadas ao vivo pelo governo via Facebook. A mídia questionava a administração estadual quanto ao efetivo nas ruas ser insuficiente, e pouco se ouvia quem liderava o movimento.

Figura 38 - Matéria publicada no Jornal A Tribuna do dia 9/ 2/ 2017

“Não podemos sucumbir às chantagens”, diz Hartung

O governador afirmou que o Estado não tem como pagar o reajuste pedido pelos policiais militares. Uma nova rodada de negociações para acabar com a greve vai acontecer hoje. >2 a 15



MANIFESTANTES ocuparam parte da avenida Expedito Garcia, principal via do bairro de Carliacca, onde 25 lojas foram arrombadas. Prejuízo no comércio do Estado chega a R\$ 145 milhões

Protesto de comerciantes pede volta da PM

Lojistas de Campo Grande caminharam com faixas e cartazes pedindo policiamento para voltarem ao trabalho >14

Fonte: Jornal A Tribuna (2017).

Na sexta-feira, 10 de fevereiro, o Jornal Nacional (JN), principal noticioso televisivo brasileiro, gerado pela Rede Globo, encerra a edição do dia informando o fim da manifestação. Um repórter, ao vivo, em uma das vias de lazer noturno mais movimentadas da capital, anuncia o fim do movimento, com pessoas festejando ao fundo.

Ao mesmo tempo, inúmeras mensagens de voz bombardeavam as redes sociais contradizendo a veracidade da informação divulgada no JN. Mais tarde, o governo, em entrevista coletiva, anuncia a assinatura de um acordo com as associações dos policiais militares para pôr fim ao movimento. Associações estas que desde o início da paralisação foram para a imprensa falar das necessidades da categoria, mas que não respondiam pelo movimento.

Depois de mais de uma semana nesta situação, o comando da Segurança Pública resolveu retirar os policiais de dentro do quartel geral em um helicóptero. Cerca de 70 militares foram retirados do local e enviados às ruas para o trabalho. A ação enfraqueceu, mas não conseguiu pôr fim ao movimento. (Figura 39)

Figura 39 - Matéria publicada no Jornal A Tribuna do dia 12/ 2/ 2017

Policiais militares começam a voltar às ruas no Estado

Após nova determinação do Comando Geral, 600 PMs se apresentaram ontem à tarde fora dos batalhões. Familiares, porém, continuam acampados na frente dos portões. >2 a 15



GRUPO DE POLICIAIS que se apresentou na Praça Oito, em Vitória. Do Quartel do Comando Geral, PMs foram retirados de helicóptero



Hoje tem Caminhada das Famílias pela Paz em Camburi >14

Desemprego faz 4 mil jovens voltarem para a casa dos pais >26 e 27

Fonte: Jornal A Tribuna (2017).

Mais uma vez, as redes sociais foram utilizadas para denunciar a situação em que se encontravam alguns militares. Vários deles tiveram surtos psicóticos, mais de 30 precisaram ser afastados e impossibilitados de utilizar arma de fogo. A TV *Al Jazira* registrou em Vitória o momento em que um PM ao retornar ao posto de trabalho teve uma crise de choro.

Só a partir da difusão nas redes sociais é que a situação dos PMs passou a ter voz nas TVs, jornais e rádios. Mais uma vez foi possível perceber o poder da sociedade em rede e também da comunicação ou ausência dela.

A situação de insegurança vivenciada no Espírito Santo no mês de fevereiro democratizou um problema já institucionalizado nas periferias. A partir deste movimento, na aparência liderado por familiares de policiais militares, a elite, a classe média, a população mais abastada da sociedade puderam vivenciar um tipo de temor de violência que só era sentido pelos economicamente mais desfavoráveis. As 140 mortes, segundo se sabe, atingiram praticamente apenas este setor mais desprotegido da sociedade.

A expressão “toque de recolher” figurava nas páginas policiais dos jornais como ações isoladas em bairros carentes ou de extrema pobreza. Com o movimento dos familiares de militares até moradores do bairro mais nobre do Estado aprenderam o que é reclusão domiciliar por medo, pânico, terror.

A realidade cotidiana da população do estado foi afetada. Parte deste medo foi gerado pela difusão de informações veiculadas nas redes sociais. É fato que boa parte delas, talvez a maioria, eram mentirosas, mas no fundamental, todas amedrontadoras. Com a internet o acesso à informação e a difusão das mesmas ganharam contornos diferenciados.

Foram veiculadas imagens de pessoas mortas no chão do necrotério da Divisão de Homicídios, de um homem morto com um tiro na cabeça dentro de seu próprio carro, vídeos de tiroteios, assaltos, saques a lojas, inúmeros áudios com ameaças de assaltos em bairros nobres e também de periferia, áudios de familiares e também de policiais militares, tudo veiculado nas redes sem nenhum juízo crítico. Também sem condições de ter nos jornais instrumentos de checagem de sua veracidade.

Todo esse conteúdo foi forjado nas redes sociais por sujeitos interlocutores, inscritos em relações complexas que podem assumir diferentes configurações. Para Guimarães e França (2006) o receptor passivo cedeu lugar a novas categorias analíticas: a natureza e a intervenção dos sujeitos, o formato e a dinâmica da relação, a presença de mediações.

As redes sociais tiveram um forte papel neste movimento, mas, em alguns momentos, as notícias só passaram a ter crédito quando também foram mediadas pelos grandes

veículos de comunicação, dando um novo sentido à afirmação de Gentilli (2005), em texto produzido em circunstâncias bem diferenciadas: “A informação jornalística é, simplesmente, indispensável para o estar no mundo nos dias de hoje. O que alguns autores chamam de “necessidade social da informação” é hoje suprida sobretudo pelo jornalismo” (Gentilli, 2005).

De volta a febre amarela

Durante a crise na Segurança Pública, o tema “febre amarela” perdeu força nos veículos de comunicação. O fato é que os dois acontecimentos geraram medo e pavor para a população do Espírito Santo.

Nas duas situações, os capixabas se viram diante do medo. O terror foi reforçado pelos meios de comunicação e, no caso da insegurança, pelas redes sociais também. Nos dois episódios, ficam evidentes o poder político atrelado à esfera pública e o poder de mobilização da mídia e das redes sociais.

O governador Paulo Hartung manteve seu nome afastado do problema da saúde pública no seu ápice. Ficou a cargo do secretário da pasta vir a público trazer as informações sobre o assunto. Isto não foi possível no caso da semana da insegurança, pois, mesmo ausente por questões de saúde, o governador ainda concedeu entrevistas, inclusive em rede nacional.

Em março, o assunto febre amarela voltou a ganhar destaque nos diários, principalmente nos primeiros dias do mês (Figura 40). O formato das publicações da Assessoria de Imprensa da Sesa também começou a mudar.

Figura 40 - Matéria publicada no Jornal A Gazeta do dia 1/ 3/ 2017

DOCUMENTO REVELA ATUAÇÃO DE MILITARES DURANTE MOTIM DA PM

EXCLUSIVO A GAZETA teve acesso às investigações que basearam os pedidos de prisão de quatro militares; elas mostram uma greve bem articulada. Ontem, Capitão Assunção se entregou. Um segue foragido *Págs. 3 a 6*

VITÓRIA INVESTIGA PRIMEIRA MORTE POR FEBRE AMARELA

O personal trainer Patrick Schuckert, de 31 anos, morador de Jardim da Penha, morreu na Paraíba *Págs. 7 a 9*



Facebook/BeProVitoria

Prefeitura da Capital
anuncia reforço na
vacinação e fumacê

Página 8

Confira os locais de
imunização em toda
a Grande Vitória

Página 8

Fonte: Jornal A Gazeta (2017).

Até então, a Comunicação da Sesa utilizava um formato padrão para divulgar os dados epidemiológicos da doença, sempre informando os casos notificados, os suspeitos, os confirmados, em quais cidades e a quantidade de pessoas por município em cada situação.

A partir do dia 8 de março, a assessoria de comunicação da Sesa começa a colocar no título dos relises o número de pacientes que receberam alta, ou o número de notificações descartadas.(Figura 41)

Figura 41 - Relise divulgado pela Assessoria de Comunicação da Sesa no dia 8/3/2017.

2017-5-7

Governo ES - Sesa atualiza dados de febre amarela: 185 tiveram alta
 Governo do Estado do Espírito Santo

Governo ES [↗](#)

08/03/2017 15h39 - Atualizado em 08/03/2017 15h42

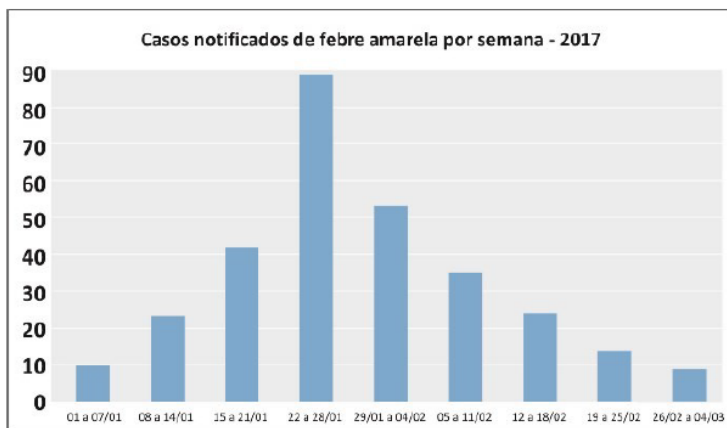
Sesa atualiza dados de febre amarela: 185 tiveram alta

Este ano, até terça-feira (07), a Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo (Sesa) recebeu 266 notificações de suspeita de febre amarela. Trinta e uma notificações foram descartadas. Do total de 235 casos, 81 foram confirmados para febre amarela silvestre, sendo que 20 casos evoluíram para óbito – Muniz Freire (03), Colatina (03), Ibatiba (02), Irupi (02), Itarana (02), Brejetuba (02), Laranja da Terra (01), Pancas (01), São Roque do Canaã (01), Afonso Cláudio (01), Conceição do Castelo (01) e Aracruz (01).

Os 81 casos confirmados são de moradores de Ibatiba (17), Colatina (14), Brejetuba (07), Baixo Guandu (04), Conceição do Castelo (04), Afonso Cláudio (03), Muniz Freire (04), Laranja da Terra (04), Castelo (03), Itarana (03), Itaguaçu (02), Pancas (02), São Roque do Canaã (02), Irupi (02), Iúna (01), Marilândia (01), Cachoeiro de Itapemirim (01), Fundão (01), Ibirapu (01), Aracruz (01), Serra (01), Santa Leopoldina (01), Domingos Martins (01) e Ibitirama (01). Com isso, há 154 casos em investigação com quadro indicativo também de leptospirose, febre maculosa, dengue e outras doenças com sintomas semelhantes.

Total internados	5
Estáveis: 4	
Grave: 1	
Confirmados	81
Alta hospitalar	185
Casos Descartados	31
Óbitos	45
Confirmados: 20	
Descartados: 04	
Investigação: 21	
Total de notificações	266

Casos notificados por semana



Macacos

A Sesa recebeu notificação de mortes de macacos em 52 municípios, dos quais 21 municípios tiveram amostras confirmadas para febre amarela: Afonso Cláudio, Cariacica, Castelo, Colatina, Conceição do Castelo, Domingos Martins, Guarapari, Ibatiba, Irupi, Itaguaçu, Itarana, Iúna, Laranja da Terra, Marechal Floriano, Pancas, Santa Maria de Jetibá, Santa Teresa, Serra, Venda Nova do Imigrante, Viana e Vitória.

Fonte: Sesa (2017).

No dia 10 de março, o jornal A Tribuna divulgou o primeiro caso suspeito de febre amarela em Guarapari (Figura 42). O jornal utilizou como fonte a esposa do jovem internado com sintomas da doença. A suspeita nem configurava entre os casos notificados divulgados pela Comunicação da Sesa.

Figura 42 - Matéria publicada no Jornal A Tribuna do dia 10/ 3/ 2017

Cidades

FEBRE AMARELA

Guarapari tem primeiro caso suspeito da doença

Um jovem de 24 anos, morador de Guarapari, está internado no Hospital Dório Silva, na Serra, com suspeita de febre amarela. A informação é da mulher do rapaz, que tem 24 anos. O caso, que é o primeiro de suspeita da doença no município, está sendo investigado.

A mulher do jovem contou que ele começou a sentir fortes dores de cabeça no último sábado e foi até a Unidade de Pronto-Atendimento (UPA) do município.

“Eles falaram que era uma virose, medicaram e ele voltou para casa, mas a dor não passava”, disse.

Ela contou que, no domingo, o marido começou ter febre alta, foi para a UPA, onde novamente foi atendido, medicado e liberado.

“No mesmo domingo, à noite, ele já estava ruim mesmo, estava com dor no corpo, febre alta, dor de cabeça e vômito e as manchinhas começaram a aparecer”.

A mulher disse que, ao dar entrada pela terceira vez na UPA, o jovem passou por vários exames e foi diagnosticado com suspeita de febre amarela. “Na segunda-feira ele estava muito mal mesmo, estava com o corpo manchado, febre alta, dor de cabeça forte e a pele estava amarelada. Pedi pelo amor de Deus para interná-lo”, afirma.

Os exames de sangue, fezes e urina identificaram hepatite e suspeita de febre amarela, segundo a mulher. “Os médicos me informaram que ele está com suspeita de febre amarela”.

O jovem foi transferido ao Hospital Dório Silva. A Prefeitura de Guarapari informou que o que existe é uma notificação e não um caso confirmado, e a prefeitura só vai se manifestar sobre o caso após a conclusão dos exames que devem ser enviados ao município no prazo máximo de 12 dias.

macacos, acompanhando o comportamento social, doenças e condições de saúde.

O mapeamento faz parte do projeto “Aspectos Ecológicos do Surto de Febre Amarela Silvestre no Espírito Santo”.

Biólogos estudam saguis

Pesquisadores da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) iniciaram um trabalho de pesquisa com os macacos saguis do campus. Coordenado pelo pesquisador e professor Sérgio Lucena, o trabalho busca monitorar os grupos de

OS NÚMEROS

271 NOTIFICAÇÕES

de suspeita de febre amarela foram recebidas pela Secretaria de Estado da Saúde (Sesa). Trinta e quatro delas foram descartadas. O boletim informativo foi atualizado ontem.

DOS 237 CASOS INVESTIGADOS: 87 FORAM CONFIRMADOS

CIDADE	CASOS
Ibatuba	18
Colatina	14
Brejetuba	7
Conceição do Castelo	5
Muniz Freire	5
Baixo Guanandu	4
Laranja da Terra	4
Itarana	4
Afonso Cláudio	3
Castelo	3
Panacas	3
São Roque do Canaã	3
Itaguacu	2
Irupi	2
Itira	1
Marilândia	1
Cachoeiro de Itapemirim	1
Funilão	1
Ilhiraçu	1
Ilhiraíva	1
Aracruz	1
Serra	1
Santa Leopoldina	1
Domingos Martins	1

20 MORTES

CIDADES	MORTES
Muniz Freire	3
Colatina	3
Brejetuba	2
Ibatuba	2
Irupi	2
Itarana	2
Laranja da Terra	1
Panacas	1
São Roque do Canaã	1
Afonso Cláudio	1
Conceição do Castelo	1
Aracruz	1

Fonte: Secretaria de Estado da Saúde (Sesa).

Fonte: Jornal A Tribuna (2017).

Nos últimos 10 dias do mês de março, as notícias sobre febre amarela começaram a reduzir e se limitar aos números de mortes, e de casos notificados e confirmados. O número de páginas dedicadas ao noticiário sobre o assunto nos dois diários também diminuiu.

Quando a Sesa começou a divulgar a diminuição das notificações (Figura 43) os jornais passaram a abordar o assunto confirmando a notícia oficial do governo, mas já apresentando um novo “vilão”: o vírus H3N2.

Figura 43 - Relise divulgado pela Assessoria de Comunicação da Sesa no dia 9/3/2017.

Governo ES ⁽¹⁾

09/03/2017 17h12 - Atualizado em 09/03/2017 17h02

Sesa atualiza dados de febre amarela: 34 foram descartados

Este ano, até quarta-feira (08), a Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo (Sesa) recebeu 271 notificações de suspeita de febre amarela. Trinta e quatro notificações foram descartadas. Do total de 237 casos, 87 foram confirmados para febre amarela silvestre, sendo que 20 casos evoluíram para óbito – Muniz Freire (03), Colatina (03), Ibatiba (02), Irupi (02), Itarana (02), Brejetuba (02), Laranja da Terra (01), Pancas (01), São Roque do Canaã (01), Afonso Cláudio (01), Conceição do Castelo (01) e Aracruz (01).

Os 87 casos confirmados são de moradores de Ibatiba (18), Colatina (14), Brejetuba (07), Baixo Guandu (04), Conceição do Castelo (05), Afonso Cláudio (03), Muniz Freire (05), Laranja da Terra (04), Castelo (03), Itarana (04), Itaguaçu (02), Pancas (03), São Roque do Canaã (03), Irupi (02), Itina (01), Marilândia (01), Cachoeiro de Itapemirim (01), Fundão (01), Ibitira (01), Aracruz (01), Serra (01), Santa Leopoldina (01), Domingos Martins (01) e Ibitirama (01). Com isso, há 150 casos em investigação com quadro indicativo também de leptospirose, febre maculosa, dengue e outras doenças com sintomas semelhantes.

Total internados	04
Estáveis: 03	
Grave: 01	
Confirmados	87
Alta hospitalar	185
Casos Descartados	34
Óbitos	48
Confirmados: 20	
Descartados: 05	
Investigação: 23	
Total de notificações	271

Fonte: Sesa (2017).

Cada vez atuando com menos profissionais, os jornais têm no trabalho das assessorias de imprensa, de forma geral, um apoio para que o maior número de conteúdos possa ser explorado e divulgado em suas edições.

Só foi possível perceber o quanto a atuação da Comunicação da Sesa foi expressiva e importante, até para a imagem do governo, fazendo a análise comparativa proposta como método desta pesquisa. Até então, a hipótese era de que o governo vivenciava uma grave crise na Saúde.

Diante desta percepção do poder da assessoria de comunicação, é preciso levar em consideração a análise do papel deste profissional e do trabalho realizado por ele. Dada a importância e a visibilidade que o conteúdo veiculado pelo órgão alcança junto a grande mídia, os profissionais, independentemente das posições ideológicas ou partidárias, deveriam aproveitar o espaço para produção de conteúdo que de fato alcançarão o cidadão com vista a garantir a eles condições de expressão e de acesso à direitos.

Não faz parte dos objetivos desta pesquisa criar juízo de valor a respeito do trabalho desempenhado pelos profissionais da comunicação da secretaria de Saúde do governo, mas propõe-se, a partir desta análise, pensar novas formas de trabalho, que possam ser aplicadas de maneira ampla em qualquer assessoria de comunicação, no intuito de promover de fato o direito à informação.

Diante desta análise, percebe-se que há um longo caminho a ser percorrido para fazer valer na prática o direito à informação fundamental onde o cidadão tenha condições de atuar na vida política, econômica, social e civil, onde cada um consiga cobrar e exercer seus direitos.

Para isso, é necessária uma mudança de mentalidade geral dos gestores políticos, da classe empresarial, dos comunicadores, dos acadêmicos, dos pesquisadores, num esforço mútuo para provocar uma busca incessante em prol das condições para o pleno esclarecimento do cidadão comum, o efetivo portador de direitos numa sociedade democrática e com plenas condições de agir com liberdade e autonomia, pressupostos de um ser emancipado que dispensa tutela de qualquer tipo ou natureza.

Sabe-se que é um processo difícil, talvez longo, mas, sendo otimista, não impossível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Luiz. **Assessoria de Imprensa nos Estados Unidos**. In DUARTE. Jorge (org) **Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a Mídia – 2ª ed.** - São Paulo: Atlas, 2006.

ARAÚJO, Inesita Soares de. CARDOSO, Janine Miranda. **Comunicação e saúde**. – Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa, Portugal, 1989.

_____, Pierre. **Sobre a Televisão seguido de a Influência do Jornalismo e os Jogos Olímpicos**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1997.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. **Conceito de comunicação pública**. In DUARTE. Jorge (Org) **Comunicação Pública: Estado, governo, mercado e interesse público – 1. Ed** - São Paulo: Atlas, 2009.

BRASIL. **Febre amarela: Guia para profissionais de Saúde – Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde – Brasília: Ministério da Saúde, 2017.**

_____. **Febre Amarela: Guia para profissionais - Ministério da Saúde. Brasília, 2017.**

_____. **Guia de vigilância de epizootias em primatas não humanos e entomologia aplicada à vigilância da febre amarela - Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis – 2. ed. atual. – Brasília: Ministério da Saúde, 2017.**

BUCCI, Eugênio. **O Estado de Narciso – 1ª ed.** – São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

_____. **Profissões diferentes requerem códigos de ética diferentes**. Observatório da Imprensa, edição nº 984. Extraído da internet em 30 de abril de 2018. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/profissoes-diferentes-requerem-codigos-de-etica-diferentes/>

CHAPARRO. Manuel. **Cem Anos de Assessoria de Imprensa**. In DUARTE. Jorge. (Org) **Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a Mídia – 2ª ed.** - São Paulo: Atlas, 2006.

COSTA, Caio Túlio. **Um modelo de negócio para o jornalismo digital**. Columbia Journalism Review, 2014.

DUARTE, Jorge; VERAS, Luciara (org). **Glossário de Comunicação Pública**. Brasília: Casa das Musas, 2006.

DUARTE, Jorge. **Assessoria de Imprensa no Brasil**. In DUARTE, Jorge. (Org) **Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a Mídia – 2ª ed.** - São Paulo: Atlas, 2006.

_____, Jorge. **Comunicação Pública - Estado, Mercado, Sociedade e Interesse Público – Ed. Atlas 3ª Ed.** 2012

FENAJ, Federação Nacional dos Jornalistas. **Manual de Assessoria de Comunicação – 4ª ed.** Brasília

GENTILLI, Victor. **Democracia de Massas: Jornalismo e Cidadania - Edipucrs.** 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social – 6ª ed.** São Paulo: Atlas, 2008.

GÓES, Laércio Torres de. **Contra-hegemonia e Internet: Gramsci e a Mídia Alternativa dos Movimentos Sociais na Web**. IX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Nordeste – Salvador – BA. 2007.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. **Comunicação pública: direitos de cidadania, fundamentos e práticas**. In: MATOS, Heloíza. (Org.) **Comunicação Pública – Interloquções, Interlocutores e Perspectivas. 2012**. Disponível em <http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/ata/pos/ppgcom/ciencias%20da%20comunicacao.%20e-books.%20%20comunica%C3%A7%C3%A3o%20publica.pdf>.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. 4. ed. rev. e atual. Florianópolis, SC: Insular, 2012.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967

MATOS, Heloíza. **Comunicação pública, esfera pública e capital social**. In DUARTE, Jorge (Org.) **Comunicação Pública: Estado, governo, mercado, sociedade e interesse público** – 1ª ed. – São Paulo: Atlas, 2009.

MAZETTI, Henrique Moreira. **Mídia alternativa para além da contra-informação**. V Congresso Nacional de História da Mídia – São Paulo. 2007.

MENDEL, Toby. **Liberdade de informação: um estudo de direito comparado**. Brasília: UNESCO, 2009

MOUTINHO, Ana Viale e SOUSA, Jorge Pedro. **Assessoria de Imprensa na Europa**. In DUARTE, Jorge. (Org) **Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a Mídia** – 2ª ed. - São Paulo: Atlas, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 1999

PAIM, Jairnilson Silva e FILHO, Naomar de Almeida. **Saúde coletiva: teoria e prática** – 1ª ed. – Rio de Janeiro: MedBook, 2014.

SCHEDLER, Andreas. **Qué es rendición de cuentas?** In: Cuadernos de transparência, n.03. México: IFAI, 2008

WOLTON, Dominique. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

ZÉMOR, Pierre. **La Communication Publique**. PUF, Col. Que sais-je? Paris, 1995.

Referencias:

Portal Saúde. **Ministério da Saúde. Disponível em:**
<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/informacoes-tecnicas-febreamarela>.
 Acesso em: 11 de dezembro de 2017.

_____. **Ministério da Saúde. Disponível em:**
<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/situacao-epidemiologica-dados-febreamarela>. Acesso em: 11 de dezembro de 2017.

_____. **Ministério da Saúde. Disponível em:**
<http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2017/marco/18/Informe-especial-COES-FA.pdf>. Acesso em: 14 de outubro de 2017.

_____. **Ministério da Saúde. Disponível em:**
<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/febreamarela/historico.php>. Acesso em: 11 de dezembro de 2017.

Portal **Bio-Manguinhos/Fiocruz. Disponível em:**
<https://www.bio.fiocruz.br/index.php/febre-amarela-sintomas-transmissao-e-prevencao>. Acesso em: 11 de dezembro de 2017.

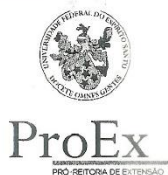
Portal das **Nações Unidas no Brasil. Disponível em:** <https://nacoesunidas.org/oms-inclui-areas-urbanas-de-rj-ba-e-sp-em-recomendacao-de-vacina-contr-febre-amarela/>. Acesso em: 11 de dezembro de 2017.

Portal **governo do estado do Espírito Santo. Disponível em:**
<http://saude.es.gov.br/Not%C3%ADcia/febre-amarela-notificacoes-estao-diminuindo>. Acesso em: 11 de dezembro de 2017.

Portal **IBGE disponível em:** <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/panorama>, acesso em 10 de dezembro de 2011.

ANEXOS

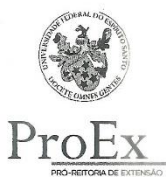
ANEXO A – Apresentação do Observatório Saúde na Mídia – Regional ES



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA
PROGRAMA SAÚDE COLETIVA, COMUNICAÇÃO E CULTURA
OBSERVATÓRIO SAÚDE NA MÍDIA – REGIONAL ES



**APRESENTAÇÃO DO OBSERVATÓRIO SAÚDE NA MÍDIA –
REGIONAL ES**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA
PROGRAMA SAÚDE COLETIVA, COMUNICAÇÃO E CULTURA
OBSERVATÓRIO SAÚDE NA MÍDIA – REGIONAL ES



1 OBSERVATÓRIO SAÚDE NA MÍDIA – REGIONAL ESPÍRITO SANTO (OSM-ES): Do que se trata?

O Observatório Saúde na Mídia – Regional ES (OSM –ES) faz parte do Programa de Extensão “Saúde Coletiva, Comunicação e Cultura”, financiado pelo edital PROEXT 2016 – Ministério da Educação. Este projeto objetiva fomentar a reflexão crítica sobre a mídia, tornando disponíveis seus resultados para a comunidade.

Trata-se de uma iniciativa desenvolvida através do Convênio entre o Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da UFES (PPGSC/UFES) e o Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT/FIOCRUZ), o qual conta com o Observatório Saúde na Mídia, coordenado pelo Laboratório de Comunicação e Saúde (LACES/ICICT/FIOCRUZ).

Tal parceria prevê, além da Regional ES do Observatório de Saúde, a implantação da VideoSaúde Distribuidora/ES e uma gama de atividades em ensino, pesquisa e extensão, realizadas em conjunto entre as duas instituições (<http://www.icict.fiocruz.br/content/videosa%C3%BAde-estreia-sua-programa%C3%A7%C3%A3o-na-tv-ufes>).

Possui ainda como parceiros o Departamento de Comunicação Social da UFES, a TV Universitária (TV/UFES), Observatório da Mídia – Direitos Humanos, Políticas e Sistemas.

O OSM–ES objetiva acompanhar e analisar criticamente os modos pelos quais os meios de comunicação capixabas constroem discursivamente os sentidos sobre o SUS e os temas específicos da saúde. Além disso, propõe uma interlocução com a sociedade civil, instituições acadêmicas, governos e com órgãos de imprensa para debate e disponibilização das análises e produtos do Observatório.

O projeto OSM-ES tem como um de seus pilares relevantes a relação com as empresas jornalísticas e o acesso ao conteúdo produzido, publicado e disponibilizado para os leitores.

Quando se destaca a importância da relação com as empresas/veículos regionais de comunicação, neste caso, os jornais, é porque a UFES compreende, enquanto instituição acadêmica, que determinadas parcerias potencializam e qualificam a produção de conhecimentos que impactam e repercutem de forma importante não só no ambiente da formação científica, mas também em outros processos que contribuem e impulsionam o desenvolvimento social e econômico no ES.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA
PROGRAMA SAÚDE COLETIVA, COMUNICAÇÃO E CULTURA
OBSERVATÓRIO SAÚDE NA MÍDIA – REGIONAL ES



Por isso, o OSM-ES, prevê como contrapartidas aos jornais a possibilidade participação e contribuição dos profissionais envolvidos em outras iniciativas propostas pelos parceiros, bem como a realização de Media Training para temas específicos na saúde. Além disso, a VideoSaúde Distribuidora- Regional ES possibilitará o acesso para pesquisa ao acervo de vídeos disponíveis.

2 EQUIPE DE COORDENAÇÃO DO OSM-ES

Este Observatório possui como núcleo estruturante, responsável pela organização, coordenação e supervisão das atividades desempenhadas:

1. Prof. Dr. Edson Theodoro dos Santos-Neto – coordenador do Programa: Saúde Coletiva, Comunicação e Cultura; prof. do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da UFES
2. Prof. Dr. Adauto Emmerich – coordenador do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PPGSC/UFES)
3. Dr^a. Aline Guio Cavaca – pós-doutoranda do PPGSC/UFES; sub-coordenadora do OSM-ES
4. Ms. Tatiana Breder Emerich – doutoranda do PPGSC/UFES; sub-coordenadora do OSM
5. Ms. Michelle Nacif – doutoranda do PPGSC/UFES; pesquisadora do OSM-ES
6. Sérgio Brito – coordenador da VideoSaúde - Regional ES; documentarista da Fiocruz
7. Prof. Dr. Edgard Rebouças – prof. do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da UFES; coordenador do Observatório da Mídia, Direitos Humanos, Políticas e Sistemas e pesquisador do OSM-ES.

3 IMPORTÂNCIA DA PARCERIA COM A MÍDIA CAPIXABA

Para viabilizar o funcionamento deste Observatório, gostaríamos de poder contar com o apoio e parceria dos dois jornais capixabas de maior relevância no estado: Jornal A Gazeta e Jornal A Tribuna. Por isso estamos realizando esse contato, almejando que os jornais sejam nossos parceiros.

Sabemos que os jornais são de caráter público. Entretanto, compreendemos que o acervo desses meios de comunicação não são públicos e por isso, gostaríamos de solicitar uma autorização formal (Solicitação de Autorização em Anexo – ANEXOS 1 e 2) junto a esses meios de comunicação para viabilizar a implantação desse importante Observatório e para que possamos realizar análises desse material.

Os objetivos da parceria com os jornais são:

- 1) Obter a autorização formal dos jornais para análise da mídia capixaba



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA
PROGRAMA SAÚDE COLETIVA, COMUNICAÇÃO E CULTURA
OBSERVATÓRIO SAÚDE NA MÍDIA – REGIONAL ES



Esta análise será de caráter acadêmico, sem fins lucrativos, respeitando todos os critérios éticos previstos e os acordos firmados previamente entre ambas as partes: Observatório Saúde na Mídia – Regional ES e Jornais Capixabas. Portanto, as Normas de funcionamento do Observatório e Protocolo de utilização do acervo serão cumpridas integralmente (em anexo)

- 2) Obter, sem custos, em formato PDF o acervo das edições dos Jornais Impressos, compreendendo o período de Janeiro de 2011 a Dezembro de 2017.

4 ESTRUTURAÇÃO E ATIVIDADES DESEMPENHADAS PELO DO OSM-ES

Após contar com o acervo completo dos periódicos capixabas do período acima citados, será realizada análise da veiculação e abordagem capixaba da saúde a partir dos seguintes grandes temas:

- A. Políticas e Programas de Saúde no Brasil
- B. Sistema Único de Saúde
- C. Surtos, Epidemias, Endemias, Pandemias
- D. Medicamentos e Biotecnologias
- E. Saúde da Mulher e da Criança
- F. Doenças Crônicas e degenerativas
- G. Desastres ambientais
- H. Nutrição e Agrotóxicos
- I. Epidemiologia do Câncer e tipos de terapias
- J. Saúde Bucal
- K. Saúde Mental
- L. Saúde e Comunicação
- M. Saúde da População Negra e Indígena
- N. Saúde do trabalhador
- O. Saúde da Terceira Idade
- P. Doenças Negligenciadas

Estas análises serão disponibilizadas à sociedade civil, aos próprios jornais capixabas, às secretarias de saúde e instituições de ensino, pesquisa e extensão por meio de releases de imprensa, relatórios de pesquisas e artigos científicos.

Em todos esses documentos os nomes dos jornais não serão citados.

Vitória, 02 de maio de 2017.

Edson Theodoro dos Santos Neto

Prof. Dr. Edson Theodoro dos Santos-Neto (coordenador)

Edson Theodoro dos Santos Neto
Departamento de Medicina Social
CCS/UFES - SIAPE: 1699235



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA
PROGRAMA SAÚDE COLETIVA, COMUNICAÇÃO E CULTURA
OBSERVATÓRIO SAÚDE NA MÍDIA – REGIONAL ES



**NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO OBSERVATÓRIO E
PROTOCOLO DE UTILIZAÇÃO DO ACERVO**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
 PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA
 PROGRAMA SAÚDE COLETIVA, COMUNICAÇÃO E CULTURA
 OBSERVATÓRIO SAÚDE NA MÍDIA – REGIONAL ES



1 EQUIPE RESPONSÁVEL PELO OBSERVATÓRIO

- I. Prof. Dr. Edson Theodoro dos Santos-Neto – coordenador do Programa: Saúde Coletiva, Comunicação e Cultura; prof. do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da UFES
- II. Prof. Dr. Aduino Emmerich – coordenador do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PPGSC/UFES)
- III. Dr^a. Aline Guio Cavaca – pós-doutoranda do PPGSC/UFES; sub-coordenadora do OSM-ES
- IV. Ms. Tatiana Breder Emerich – doutoranda do PPGSC/UFES; sub-coordenadora do OSM
- V. Ms. Michelle Nacif – doutoranda do PPGSC/UFES; pesquisadora do OSM-ES
- VI. Sérgio Brito – coordenador da VideoSaúde - Regional ES; documentarista da Fiocruz
- VII. Prof. Dr. Edgard Rebouças – prof. do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da UFES; coordenador do Observatório da Mídia, Direitos Humanos, Políticas e Sistemas e pesquisador do OSM-ES.
- VIII. Bolsistas selecionados para atuarem no Observatório, supervisionados pela equipe de pesquisadores do OSM-ES

2 HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO E COLETA DE DADOS

Segundas-feiras :13 às 17h

Terças-feiras : de 13 às 17h

Quintas-feiras : de 13 às 17h

Durante a permanência na sala do Observatório deverá ser observado o máximo de silêncio, de modo a não prejudicar os trabalhos aí realizados.

3 CONTATOS PARA COLETA DE DADOS

E-mail: comunicasaude.ufes@gmail.com

Telefone: (27) 3335-7287



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
 PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA
 PROGRAMA SAÚDE COLETIVA, COMUNICAÇÃO E CULTURA
 OBSERVATÓRIO SAÚDE NA MÍDIA – REGIONAL ES



4 PROTOCOLO DE UTILIZAÇÃO DO ACERVO

4.1 COMO PROCEDER?

Os interessados em realizar pesquisas no acervo do Observatório deverão seguir o fluxo abaixo:

1. Ler as Normas De Funcionamento do Observatório e Protocolo de Utilização do Acervo
2. Preencher a Ficha de Identificação
3. Entregar a Ficha de Identificação no Observatório
4. Realizar o agendamento para a coleta de dados
5. Coleta de dados

A coleta de dados será realizada por um dos membros da equipe do Observatório, com a supervisão de um dos responsáveis pelo Observatório.

O bolsista realizará a coleta dos dados, salvará em uma pasta no computador do Observatório e disponibilizará ao interessado, via pen-drive, uma cópia da pasta com os arquivos selecionados.

Não é permitido o próprio interessado realizar a coleta dos dados.

Não é permitido cópia do acervo na íntegra.

Não é permitida a utilização dos nomes dos jornais nas publicações.

Não é permitida a cópia, reprodução ou comercialização dos dados coletados.

4.2 DISPOSIÇÕES FINAIS

O não cumprimento do disposto neste regulamento pode implicar a inibição de utilização do Observatório pelos interessados

Qualquer situação omissa neste regulamento é de competência da equipe responsável pelo Observatório.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
 PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA
 PROGRAMA SAÚDE COLETIVA, COMUNICAÇÃO E CULTURA
 OBSERVATÓRIO SAÚDE NA MÍDIA – REGIONAL ES



FICHA DE IDENTIFICAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE DADOS

Item A: Área de Atuação

- Organização não governamental
- Profissional liberal / Autônomo
- Setor Público: Municipal
- Setor Público: Estadual
- Setor Público: Federal
- Setor Privado
- Movimento Social
- Instituição de Ensino – neste caso, preencher de acordo com o item B.
- Outro _____

Responsável: _____

Contato (E-mail e Telefone): _____

Item B: Para alunos de Instituições de Ensino Públicas ou Privadas

Nome do Aluno: RENATA FERNANDES ROCHA MARCELINO

Nome do Docente Responsável: VICTOR GENTILLI

Contatos do Docente (E-mail e Telefone): victor.gentilli@ufes.br/ (27)98816-4900

Curso em que o aluno está matriculado: COMUNICAÇÃO E TERRITORIALIDADES

Semestre: 3º SEMESTRE

CPF do aluno: 084.743.237-89



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
 PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA
 PROGRAMA SAÚDE COLETIVA, COMUNICAÇÃO E CULTURA
 OBSERVATÓRIO SAÚDE NA MÍDIA – REGIONAL ES



Item C: Objetivo da Pesquisa

OS DADOS COLETADOS NO ACERVO DO OBSERVATÓRIO SAÚDE NA MÍDIA SERÃO UTILIZADOS EM PESQUISA NO CAMPO DA SAÚDE E COMUNICAÇÃO QUE TEM COMO UM DOS OBJETIVOS VERIFICAR SE O CONTEÚDO SOBRE FEBRE AMARELA PRODUZIDO PELA COMUNICAÇÃO PÚBLICA INSTITUCIONAL FOI UTILIZADO PELOS PERIÓDICOS.

Item D: Palavras-chave selecionadas para a busca das matérias no banco de dados (máximo 5)

1. FEBRE AMARELA
2. ESPÍRITO SANTO
3. VACINA
4. INSEGURAÇÃO PÚBLICA
5. MEDO

Declaro que estou ciente das Normas de funcionamento do Observatório e Protocolo de Utilização do acervo. Declaro ainda que fui informado que não é permitido o próprio interessado realizar a coleta dos dados; não é permitido cópia do acervo na íntegra; não é permitida a utilização dos nomes dos jornais nas publicações; não é permitida a cópia, reprodução ou comercialização dos dados coletados.

Ciente dessas informações, nos comprometemos a utilizar os dados apenas para os fins desta pesquisa, aqui sinalizados.

Vitória, 02 de maio de 2017.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA
PROGRAMA SAÚDE COLETIVA, COMUNICAÇÃO E CULTURA
OBSERVATÓRIO SAÚDE NA MÍDIA – REGIONAL ES



RENATA FERNADES ROCHA MARCELINO

Renata Rocha

Nome e Assinatura do Interessado

U.S.H.

Nome, Assinatura e Carimbo do Docente Responsável (caso se aplique)

Stepany Dubz Lavaca

Nome e Assinatura do Bolsista que realizará a coleta dos dados



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA
PROGRAMA SAÚDE COLETIVA, COMUNICAÇÃO E CULTURA
OBSERVATÓRIO SAÚDE NA MÍDIA – REGIONAL ES



AUTORIZAÇÃO PARA COLETA DE DADOS E REALIZAÇÃO DE PESQUISA

O Observatório Saúde na Mídia - Regional ES, autoriza Renata Fernandes Rocha Marcelino, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Ufes, a coletar e analisar dados do acervo deste Observatório, respeitando as orientações previamente estabelecidas, conforme acordado na “Ficha de Identificação para Utilização de Dados”.

O Observatório Saúde na Mídia - Regional ES acompanha e analisa criticamente os modos pelos quais os meios de comunicação constroem discursivamente os sentidos sobre o SUS e os temas específicos da saúde. É um projeto pertencente ao Programa de Extensão Saúde Coletiva, Comunicação e Cultura (coordenado pelo prof. Edson Theodoro dos Santos-Neto). Possui aprovação para funcionamento e realização de suas pesquisas por meio do parecer CAAE 58948516.5.0000.5060 do CEP, em conformidade com a Resolução 466/2012.

Vitória, 02 de maio de 2017.

Edson Theodoro dos Santos Neto
Departamento de Medicina Social
CCS/UFES - SIAPE: 1699235

Edson Theodoro dos Santos Neto

Edson Theodoro dos Santos-Neto (Coordenador Geral do Programa de Extensão Saúde Coletiva, Comunicação e Cultura).

Aline Guio Cavaca

Aline Guio Cavaca (Pesquisador Responsável pelo Observatório Saúde na Mídia – Regional ES)